

Gilda Maria Nunes Alves Pestana

**A FUNÇÃO DO VERBO NO TEXTO PROVERBIAL:
O VERBO COMO INSTANCIADOR LEXICAL, MODAL,
TEMPORAL E ASPECTUAL**

Universidade da Madeira

2004

806.90
PES Fmm
+C
T/H

Universidade da Madeira

**A FUNÇÃO DO VERBO NO TEXTO PROVERBIAL:
O VERBO COMO INSTANCIADOR LEXICAL, MODAL,
TEMPORAL E ASPECTUAL**

UNIVERSIDADE DA MADEIRA
SECTOR DE DOCUMENTAÇÃO
E ARQUIVO

A autora deste trabalho contou, enquanto bolsreira, com o apoio das seguintes entidades:
C.I.T.M.A. – Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira, Fundo Social Europeu e
P.O.P.R.A.M. – Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira.



**Dissertação de Mestrado de
Gilda M^a Nunes Alves Pestana
sob a orientação do Professor
Doutor Mário Vilela**

RESUMO

A presente dissertação, intitulada *“A função do verbo no provérbio: o verbo como instanciador lexical, modal, temporal e aspectual”*, surgiu da necessidade de resposta à seguinte questão:

- Como sobrevivem os provérbios – reservatórios de ensinamentos ancestrais – à voracidade do Tempo, mantendo-se sempre válidos e actuais?

Numa tentativa de resposta a esta questão gerou-se o tema desta dissertação que explica, em grande parte, a permanente actualidade e validade do provérbio.

Assim, numa fase introdutória caracterizamos os conceitos de provérbio e verbo de modo a obter uma análise rigorosa do objecto de estudo desta dissertação – o verbo no provérbio.

Como o objectivo axial deste trabalho era analisar a função do verbo no contexto específico do texto proverbial e verificar de que modo o mesmo influía no carácter atemporal, universal e sempre actual destas “vozes da sabedoria”, partiu-se de um breve *corpus* constituído a partir de alguns romances saramaguianos, não deixando, no entanto, de recorrer a outros escritores e a exemplos de notáveis colectâneas de provérbios e procedeu-se ao estudo do verbo no provérbio norteado pelas respectivas subcategorias verbais: tempo, aspecto, modo, pessoa e número.

Verificou-se, então, o peso e contributo das respectivas subcategorias na atemporalidade e actualidade típicas do enunciado parémico.

Posteriormente, e já numa etapa final, considerou-se pertinente explorar de que modo as alterações de tempo, modo e aspecto, implicavam ou não uma leitura subversiva do provérbio, falando-se, então, de variantes ou de desconstruções proverbiais.

Abstract

The present dissertation, under the title of *“The function of the verb in the proverb: the verb as a lexical, modal, temporal and aspectual agent”*, arose from the need to answer to the question:

How proverbs – reservoirs of ancestral teaching – survive the voracity of time, while remaining valid and current?

It was an attempt to find an answer to this question that the theme of this dissertation was generated, which largely explains the permanent currentness and validity of the proverb.

Thus, in the introductory fase, we define the concept of proverb and verb in order to reach an accurate analysis of the object of this dissertation – the verb in the proverb.

An core aim of this study was to analyse the function of the verb in its specific proverbial context and to determine in what way this influences its atemporal, universal and always current character of this “voices of wisdom”. Our study is based on a brief corpus, comprising some novels by Saramago, although other writers are not forgotten, as well, as examples of notable collections of proverbs. We proceed with a study of verb and proverb regulated by the following verbal sub-categories: time, aspect, mode, person and number.

The weight and contribution of the respective sub-categories in the atemporality and currentness, typical of the uttered proverb, were found to be true.

Later and at final stage, it was considered to be pertinent to explore the ways in which the alterations of time, mode and aspect implied a subversive reading of the proverb or not, therefore referring to proverbial variation or deconstruction.

ÍNDICE GERAL

PREÂMBULO.....	5
LISTA DE ABREVIATURAS.....	7
0. INTRODUÇÃO.....	8
1. DEFINIÇÃO GENÉRICA DE PROVÉRPIO.....	13
2. O VERBO NO PROVÉRPIO.....	24
2.0. Caracterização geral de verbo.....	24
2.1. O verbo como lexema.....	27
2.2. Classes de verbos.....	30
2.3. O verbo como instanciador lexical, modal, temporal e aspectual.....	32
2.4. Genericidade e atemporalidade proverbial.....	35
3. O TEMPO VERBAL: Breves considerações teóricas.....	39
3.1. O tempo verbal no texto proverbial.....	46
3.1.1. Presente.....	55
3.1.2. Futuro.....	61
3.1.3. Pretérito Perfeito Simples e Pretérito Imperfeito.....	67
3.1.4. Formas nominais.....	75
3.1.5. Não realização lexical do verbo.....	78
4. O ASPECTO VERBAL: Breves considerações teóricas.....	80
4.1. Aspecto ‘indeterminado’ e aspecto ‘gnómico’.....	88
4.2. Valores aspectuais no texto proverbial.....	90
5. MODO E MODALIDADES: Breves considerações teóricas.....	94
5.1. O modo e as modalidades no texto proverbial	100
5.2. Provérbios descritivos.....	103
5.3. Provérbios normativos	106

6. PESSOA E NÚMERO: Breves considerações teóricas.....	111
6.1. A pessoa e o número no texto proverbial.....	112
7. VARIAÇÕES E MODULAÇÕES CRIATIVAS NA LINGUAGEM PARÉMICA.....	115
7.1. Variação modal, temporal e aspectual nas recriações proverbiais.....	120
7.2. Variação lexical nos enunciados proverbiais.....	129
8. CONCLUSÕES.....	139
BIBLIOGRAFIA.....	145
ANEXOS.....	157

PREÂMBULO

O presente estudo é o resultado de uma necessidade íntima de crescer humana e cientificamente, não tanto para atingir uma realização pessoal e profissional, mas por estar consciente de que a nossa formação inicial deve continuar ao longo da vida, tendo necessariamente de ser enriquecida a cada dia.

Fruto de longas horas de pesquisa, este trabalho só foi possível graças à ajuda e colaboração de muitas pessoas ricas em saber e amizade. A todos agradeço. Ainda que as palavras sejam insuficientes para agradecer, gostaria de particularizar alguns agradecimentos.

Impõe-se, de imediato, o meu reconhecimento a duas referências familiares, pelo apoio que me prestaram do primeiro ao último momento:

- aos meus pais e irmãos pelo amor e confiança que sempre depositaram em mim;
- ao meu marido Nicolau pelo incentivo constante e alento nos inevitáveis momentos de desânimo.

Agradeço também profunda e sinceramente o auxílio e total disponibilidade do Professor Mário Vilela. Recebi deste sábio Professor um pouco da sua grande sabedoria de vida e usufruí muito da sua capacidade pedagógica e científica sempre aliada a uma grandeza de alma e humildade humana. Pela dedicação e empenho como acompanhou a evolução do meu trabalho, a minha sincera gratidão.

Não quero ainda esquecer a ajuda recebida de alguns amigos e colegas de mestrado. Agradeço particularmente:

- ao António pelo apoio e leitura paciente e atenta de todos os textos enviados, seguida de sugestões sempre pertinentes, sábias e rigorosas;
- à Catarina pela dedicação, empenho e paciência investidas na leitura de muitos dos trabalhos realizados ao longo do Mestrado, nomeadamente a dissertação final;

- à Valentina e à Dalila pelo auxílio e atenção constantes e ao resto do “Clube da Moldura”¹ pela alegria, ânimo e carinho que imprimiam aos nossos encontros quinzenais.

A minha PROFUNDA GRATIDÃO a todos!!

¹ Designação atribuída a um grupo de amigos e colegas do Mestrado.

LISTA DE ABREVIATURAS

OBRAS DE JOSÉ SARAMAGO:

A Caverna – A.C.

A Jangada de Pedra – J.P.

Ensaio sobre a Cegueira – E.C.

Evangelho segundo Jesus Cristo – E.J.C.

História do Cerco de Lisboa – H.C.L.

Levantado do Chão – L.C.

Memorial do Convento – M.C.

Todos os Nomes – T.D.

OBRAS DE MIA COUTO:

Estórias Abensonhadas – E.A.

Mar me quer – M.M.Q.

Cronicando – C.

OBRAS DE CARDOSO PIRES:

O Delfim – O.D.

OBRAS DE LUÍS DE STTAU MONTEIRO:

Felizmente há Luar – F.H.L.

0. INTRODUÇÃO

Quem corre por gosto não cansa, lá ecoa o avoengo provérbio e, num primeiro momento, o que nos levou a dar os primeiros passos na área da paremiologia foi, sem dúvida, o gosto particular por essas vozes da sabedoria, herdadas dos nossos antepassados e inscritos em verdadeiros mananciais de sabedoria – os adagiários². Soando como música para os nossos ouvidos e constituindo o “sal da conversa”³, os provérbios sempre encantaram gerações e gerações e o seu poder encantatório e seráfico parece ser eterno⁴, quer pela sua musicalidade, quer pelo seu dom artificioso de transmitir verdades.

É graças à memória colectiva, à universalidade do seu domínio, à sua peculiar natureza (simplicidade de expressão; concisão do conceito; suave ironia e fina sátira, flexibilidade de adequação contextual), e ao gosto em coleccioná-los em adagiários que ainda hoje temos o privilégio de desfrutar da sabedoria destas “vozes dos deuses”⁵.

² Sendo os provérbios parte integrante da linguagem de todos os povos, antigos e modernos, e de constante emprego na conversação familiar e em obras literárias, para ampliar, criticar, enfatizar e justificar o que se enuncia com a fala, ou o que se escreve, o gosto de os reunir em colecções data já da Antiguidade, e continuou na Idade-Média, e em tempos posteriores até hoje. A este propósito leia-se o significativo excerto que se segue: “Bossuet em seu prefácio sobre os provérbios, e antes e depois d’elle outros tem feito observar, que os antigos preferiam ás definições, ás divisões, e aos argumentos de uma philosophia sêcca, aquellas breves e vivas sentenças, que encerravam grande sentido em poucas palavras, que iam como flechas cravar-se no espírito, que passavam facilmente de bôca em bôca, se retinham sem fadiga, e se repetiam com prazer. Ellas eram de um uso quasi geral.(...) Versavam sobre a religião, a moral, a política, a economia; estendiam-se a tudo aquillo, que era de uma verdadeira conveniência, quer para a existência privada, quer para a existência social: e circulavam e corriam sem nome de author, recebendo-se pelo seu próprio pêso, pelo seu merecimento intrínseco, pelo seu real e incontestável valor. Passou-se depois a fazer collecções d’ellas. Salomão, superiormente inspirado, excedeu a todos n’este género de escriptura. Cleobulo, e Phocylides, entre os Gregos; Syro entre os Romanos, tornaram-se dignos de louvores e de bênção (...)” (Bastos, 1865: IX-XI)

³ Expressão usada pelo Pdre Estermann: “Como em toda a parte, os provérbios constituem o sal da conversa. Mas, como é regra fazer para este condimento, convém não abusar.” (Estermann, 1956: 193).

⁴ “As idades passam, as civilizações desaparecem, os heróis mais grandiosos caem no olvido (...) só o adágio vive, perdura e atravessa vitorioso o rodar constante do tempo” (Batalha, 1924: 17).

⁵ Os filósofos falam de uma sabedoria primitiva que teria sido revelada aos homens por Deus ou pelos deuses, daí quiçá a justificação para a existência do provérbio *Vox populi, vox Dei*. Para Aristóteles “os provérbios eram fragmentos da velha sabedoria que pela sua cômoda brevidade se salvaram das calamidades de que foram vítimas os homens” (Coelho, 1993: 228). Vico, no seu entusiasmo pelos provérbios, não hesita em chamar-lhes *a linguagem dos deuses*. Adolfo Coelho (1993: 228) encara os provérbios simplesmente como “resultados de aquisições lentas da humanidade anterior, na sua marcha multissecular, manifestações sucessivas do desenvolvimento da consciência e da reflexão do homem sobre si e o que o rodeava; não como filosofemas de uma sabedoria clara no começo e depois obscurecida, mas como impulsos, tanto mais obscuros quanto mais antigos, para uma concepção do universo”.

Na génese deste projecto está presente o gosto de “proverbiar” aliado à necessidade de compreensão de um fenómeno: como sobrevivem os provérbios – reservatórios de ensinamentos ancestrais - à voracidade do Tempo que passa e tudo destrói, à excepção destas douradas e voláteis vozes? Motivados por esta curiosidade, decidimos investigar um pouco acerca da natureza do texto proverbial e daí nasceu o presente tema: **A função do verbo no texto proverbial: o verbo como instanciador lexical, modal, temporal e aspectual** - explicando, em parte, a permanente actualidade do provérbio.

A escolha deste tema deve-se, ainda, ao facto de não existir nenhum estudo dedicado exclusivamente à análise do verbo no texto proverbial, embora existam trabalhos que forneçam um importantíssimo contributo para a compreensão do mesmo⁶. Para determinar e especificar o objecto de estudo desta dissertação, partiremos de uma definição genérica de provérbio que abarca três pontos:

- outras designações para o termo “provérbio”;
- o provérbio – tentativa de definição;
- génese e atemporalidade do mesmo.

Um dos grandes objectivos da primeira parte é especificar o nosso objecto de estudo, uma vez que os provérbios se confundem muitíssimas vezes com as expressões idiomáticas. Embora o universo dos dois enunciados seja muito similar, há um traço que é exclusivo da linguagem parémica, trata-se do seu típico carácter sentencioso portador de um juízo de valor ou moralidade sempre implícitos.

Numa segunda parte, a nossa atenção vai para a definição de verbo que engloba uma análise das suas funções básicas: a de localizar temporalmente um evento ou situação, perspectivar o modo de ser da acção e revelar a atitude do sujeito falante perante o facto ou situação exposta. Quanto à categoria “tempo” serão, apenas, objecto de estudo e análise os principais tempos gramaticais que figuram no universo paremiológico: as formas verbais que indicam, por defeito, a actualidade (presente), a posterioridade (futuro) e a anterioridade (pretéritos) e as formas nominais (gerúndio, infinitivo e particípio passado).

Só numa etapa posterior, já definidos os conceitos de “provérbio” e “verbo”, se empreende a viagem à volta do comportamento do verbo no provérbio.

⁶ Referimo-nos, por exemplo, a trabalhos de dissertação como o de Ana C. Macário Lopes intitulado *Texto Proverbial Português – Elementos para uma análise semântica e pragmática* (1992).

O estudo do verbo no provérbio implica, fundamentalmente, o estudo e análise de duas noções linguísticas que andam intimamente interligadas sendo quase impossível separá-las: o Tempo e o Aspecto. Não falta quem saliente a dificuldade em separar estas duas categorias: «Les deux catégories grammaticales (...) sont, quoique parfaitement distinctes, intimement apparentées, aussi bien parce que, d'une manière ou d'une autre, elles se trouvent presque toujours, associées dans les systèmes flexionnels du verbe des langues les plus variées, que parce que, plus profondément, toutes les deux concernent la nature même du verbe comme manifestation d'un processus, d'un phénomène soumis à l'étendue temporelle» (Carvalho, 1984 : 202). Dada a ambiguidade da categoria «tempo» que tanto se pode referir ao «tempo real, físico» como ao «tempo gramatical», optamos por importar e empregar, algumas vezes, o neologismo de Câmara: “morfotaxe”, quando nos queremos referir aos tempos gramaticais.

Outras duas categorias linguísticas serão também objecto de análise: o modo e a concordância.

Pretendemos, assim, com este trabalho, que analisa o verbo no provérbio, cumprir os seguintes objectivos:

- contribuir para o enriquecimento do universo dos estudos paremiológicos;
- compreender a dimensão espaço-temporal do texto proverbial;
- analisar a estrutura morfossintáctica do provérbio, nomeadamente, o funcionamento do verbo na frase proverbial;
- explicar a atemporalidade típica dos textos proverbiais, demonstrando, em parte, como a categoria “Tempo” não é mais relevante do que a categoria “Aspecto” no estudo do verbo.

Infelizmente, nos programas escolares privilegia-se a categoria “Tempo” em detrimento do “Aspecto”. Campos (1997: 11) justifica, de certo modo, este fenómeno ao afirmar que: “A importância atribuída ao tempo gramatical nas gramáticas portuguesas e nos métodos do ensino do português decorre do facto de a nossa língua, como as outras línguas românicas, organizar o sistema verbal em torno do eixo temporal, dividido em passado e presente, ou em passado, presente e futuro, localizando o enunciador o seu enunciado em relação ao momento da sua enunciação, origem da estruturação da temporalidade discursiva.”

No entanto, o âmbito do trabalho é mais alargado, pois é também nosso objectivo investigar e aprofundar o comportamento do verbo nas variantes e desconstruções

proverbiais. Consideramos pertinente demonstrar como a utilização e desconstrução de provérbios pelos escritores portugueses é um fenómeno muito produtivo e criativo⁷. Para isso, analisaremos algumas desconstruções operadas por alguns dos melhores escritores da língua portuguesa, no que diz respeito ao lexema verbal. Um dos escritores que mais usou e abusou destes ditos foi José Saramago, daí que grande parte do nosso *corpus* tenha sido retirado da obra saramaguiana.

O *corpus* deste trabalho é constituído, fundamentalmente, por uma recolha de provérbios retirados de alguns dos mais “popularizantes”⁸ romances de José Saramago: *Memorial do Convento*⁹, *Levantado do Chão*, *Ensaio sobre a cegueira*, *A Jangada de Pedra* e *A Caverna*. Porém, consideramos pertinente ilustrar o nosso trabalho com exemplos de outros escritores, como Mia Couto e Cardoso Pires, cujas obras também primam pelo uso de provérbios.

Fizemos o levantamento dos provérbios existentes em algumas obras destes escritores, confirmando o seu estatuto em *O Grande Livro dos Provérbios* de José Pedro Machado e em *O Livro dos Provérbios Portugueses* de José Ricardo Marques da Costa. A tarefa revelou-se complexa e morosa por várias razões. Por um lado, embora disponhamos de uma “competência proverbial” normal, um conhecimento mais ou menos activo das expressões proverbiais, consideramos necessário verificar a sua existência em dicionários de provérbios. Por outro, as metamorfoses que os escritores, nomeadamente Saramago, operam nos provérbios retira, ao estudioso que procura num dicionário, a certeza da exactidão da estrutura frásica, o que nos levou a várias tentativas para encontrar o provérbio na sua forma standardizada, admitindo, porém, pequenas variantes. Além disso, à medida que o levantamento ia sendo feito, fomos confrontados com expressões de sabor proverbial que os dicionários referidos não atestavam. Optámos, por esta razão, por não englobar as expressões não registadas em dicionário,

⁷ José Saramago, como veremos, apropria-se dos provérbios e, envolto num processo dinâmico entre tradição e inovação, inova-os genialmente, alterando-os, parodiando-os, amplificando-os num processo de constante (re)criação.

⁸ Mendes (2000, p.17) define o termo popularizante do seguinte modo: “É popularizante a apropriação consciente e intencional de temas ou formas populares por um autor culto. (...) É popularizante a obra que entretece o discurso literário com excertos de textos tradicionais, com intenções específicas, promovendo intercomunicação e permeabilidade entre estes dois tipos de discurso. Ressalta, deste modo, o movimento de intercomunicação entre eles, o que implica uma assimilação ou apropriação de «elementos estranhos» pelos textos pertencentes à literatura canonizada.”

⁹ “(...) *Memorial do Convento* é o romance mais popularizante, não só pelo maior número de provérbios aí presente como pela apropriação desse género popular em formas que são fruto da «elaboração pessoal feita por um temperamento» e de um ponto de vista diferente, isto é, formas recriadas.” (Mendes: 2000, p. 25).

admitindo, no entanto, que algumas possam ter existência como provérbio, ainda que sejam de origem diversa e remota¹⁰.

Segundo Mendes (2000, p. 21), a literatura que faz uso da linguagem parémica é uma “literatura de tipo popularizante que postula precisamente o dialogismo entre duas culturas opostas”: a cultura popular e a cultura erudita. Ainda que a nossa intenção não seja analisar este jogo intertextual, o mesmo permite-nos explorar a natureza proverbial e, mais especificamente, o comportamento do verbo, pois uma simples alteração do tempo verbal permite ao narrador questionar e invalidar o sentido primitivo do provérbio, como teremos oportunidade de constatar no sétimo capítulo deste trabalho, onde será analisado o comportamento temporal, modal e aspectual do verbo nas variantes e desconstruções proverbiais.

¹⁰ Alguns ditos sentenciosos usados pelo escritor, como os que a seguir apresentamos, oferecem dificuldades de análise e enquadramento, pois alguns não apresentam registo em livros e colecções de provérbios. Há, contudo, sempre uma reminiscência de algum provérbio:

A melhor lição é sempre o bom exemplo (M.C.: 51)

Contos contados são contos acrescentados (J.P.: 100)

Histórias de perdizes, tanto mentes quanto dizes (L.C.: 228)

Homem, casa, filhos, vida dobrada (L.C.: 68)

Mal deitado o remendo, mal agulhado o pesponto (L.C.: 323)

O dia de amanhã só a Deus pertence (M.C.: 119).

O que se há-de fazer pelo tarde, faz-se pelo cedo (L. C.: 68)

Paga a dívida bem não olhes a quem (M. C.: 289)

Pela catadura se conhece o catacego (M.C.: 352)

Por caminhos errados se acerta (L.C.: 258)

Quem a uma árvore se recolhe, duas vezes se molha (J. P.: 268)

Quem contou um conto, de não contar outro se dará desconto (J. P.: 68)

Quem mais ordena não é quem mais pode, quem mais parece não é quem mais parece (L.C.: 119)

Tanto faz rei como carvoeiro, não há melhor que o parrameiro (M.C.: 320).

1. DEFINIÇÃO GENÉRICA DE PROVÉRPIO

Não é de fácil definição o termo *provérbio*¹¹ e numerosas designações existem, em português e em outras línguas românicas, para recobrir a noção de «provérbio»¹², muitas delas sinónimas¹³.

Os termos que mais ocorrem como sinónimos de «provérbio» são efectivamente adágio, aforismo, apotegma, dito, ditado, máxima, provérbio, rifão e sentença. Como postula Muñoz (1993: 15), “Muy pocos son los estudiosos que han tratado de poner un poco de orden en esta compleja cuestión terminológica y los resultados no siempre han sido satisfactorios”. No entanto, ao considerar o uso e a consciência linguística dos vocábulos mais utilizados é nítida e unânime a fronteira entre aforismo, apotegma, máxima e sentença¹⁴, criações individuais eruditas, e adágio, ditado, provérbio e rifão, de carácter colectivo e anónimo¹⁵ (Cunha, 1883: 6-21; Conca, 1987: 55-58; Muñoz,

¹¹ “Como a Paremiologia conta com uma longa tradição, seria de crer que o provérbio se apresentasse devidamente caracterizado. No entanto, nas publicações da especialidade, não encontramos nem uma definição global nem uma caracterização comum de texto proverbial” (Funk, 1993: 14). A autora (13-14) refere que, por um lado, há estudiosos que apresentam definições muito pormenorizadas do provérbio, e, por outro, há aqueles que consideram impossível defini-lo (Taylor, 1985: 3). Tal como há os que defendem a necessidade de uma definição de provérbio (Dundes, 1981: 44) e os que a consideram desnecessária (Whiting, 1952: 331).

¹² M. Severim de Faria em seus *Discursos Políticos* para fundamentar a descomunal riqueza do nosso idioma, menciona entre outras razões a abundância dos sinónimos evocando como exemplo a sinonímia do substantivo “adágio”: “Dos nomes seja demonstração o nome *Adágio* que é o mesmo que Provérbio, Rifão, Exemplo, Sentença, Ditado e Anexim” (*apud* Freire, 1983: 40), ou seja, para o respectivo estudioso passavam por sinónimos os sete mencionados vocábulos.

A confusão terminológica é contudo evidente em testemunhos como: “A sabedoria do povo exprime-se por máximas (provérbios, adágios, rifões, ditados, aforismos, anexins), expressão lapidar e, geralmente, sob a forma de metáforas. Essas sentenças têm enorme interesse sob muitos aspectos. Traduzem a moralidade popular, o sentimento da justiça e do dever, a concepção da vida. De modo simples e conciso afirmam-se por vezes conceitos profundos que denotam a maior justeza de observação. A forma literária é também digna de nota, pelo vigor dos termos e valor evocativo das imagens ou metáforas utilizadas” (Freire, 1983: 40)

¹³ “A sinonímia mais comum trata os provérbios como máximas expressas em poucas palavras e que se tornaram populares, igualando a sentenças morais, adágios, ditados, anexins e rifões (...)” (Costa, 1999: 12).

¹⁴ Sarinago distingue claramente “ditado” de “sentença”, empregando esta para se referir a verdades concebidas no momento da diegese, sendo naturalmente fruto do seu génio pessoal: “Acha então vossa majestade que eu seria pior marido que meu irmão, *Maus são todos os homens*, a diferença só está na maneira de o serem, e com esta sábia e céptica sentença se concluiu a conversação em palácio, primeira das muitas com que D. Francisco fatigará a rainha (...)” (M.C.: 116).

¹⁵ A fonte da secular e demiúrgica doxa cristalizada nos provérbios é um sujeito indeterminado que se confunde com a «sabedoria das nações». Daí que os provérbios sejam considerados veículos de uma experiência e de um saber colectivos, onde se plasmam valores e juízos morais, verdades socioculturais e normas de conduta que alicerçam a vida da comunidade.

1993: 15-19; Anscomb, 1997: 41-45). Embora muitos estudiosos tenham procurado diferenciar estas múltiplas designações¹⁶, actualmente ainda se usa indiferentemente os vocábulos provérbio, dito, ditado, adágio e rifão pela divergência de definições existentes.

Batalha (1924: 26) distingue *provérbio* de *ditado* ou *anexim* advogando que o primeiro tem uma origem erudita¹⁷, ao contrário do ditado ou anexim que são filhos da tradição oral popular.

Francisco Rolland no prólogo ao livro que publicou sob o título de *Adágios, Provérbios, Rifões e Anexins da Língua Portuguesa* dá-nos o seguinte testemunho:

“Todas as nações têm ajuizado que os *Provérbios* ou *Adágios* são de grande utilidade para os homens. Muitas cerimónias e costumes antigos se encerram nos *Provérbios*. Eles são o depósito de toda a Antiguidade. Neles se encontram muitas vezes críticas aos perversos costumes dos homens. O grande Camden chama-lhes um discurso conciso, espirituoso, sábio e fundado numa longa experiência que ordinariamente contém alguma mensagem importante e útil...”

Aplicado embora pelo comum das pessoas no mesmo sentido que *adágio*, o *provérbio* é frequentemente reservado para aquelas máximas ou sentenças que apresentam origem bíblica. *Parémia* é um vocábulo grego que significa ‘alegoria’ ou ‘parábola’. Nos *Provérbios* de Salomão abundam efectivamente as alegorias ou parábolas. *Parémia* se chama ainda hoje a uma expressão proverbial em que predomina a feição alegórica, por vezes mesmo repassada de um certo tom de ironia.

Por alegóricos na sua essência primam sobretudo os *anexins*, que se definem como axiomas vulgares ordinariamente em verso em que se contém regras práticas de moral, com um sentido satírico, alusivo e em forma metafórica.”

Ana Vellasco também ousa empreender a difícil tarefa de estabelecer a distinção entre estes sinónimos “imperfeitos” afirmando o seguinte:

¹⁶ Como e quando a nossa língua ficou enriquecida com tão rica panóplia de sinónimos são questões que merecem um pouco da nossa atenção. Teófilo Braga (1986: 248-249) afirma que “A designação mais antiga da poesia aforística ou paremiológica em Portugal é o *dito* e *ditado* (...)” e acrescenta “Assim como o *dito* e *ditado*, aparece-nos a sua forma culta nos escritores designando as máximas, como *verbo* e *provérbio*”. Nos *Cancioneiros* dos séculos XIII e XVI, aparecem já alguns provérbios designados ali pela denominação de *vervo* ou *vervo antigo*. Nos séculos XV e XVI, segundo Adolfo Coelho (1993: 232), a denominação mais frequente dos provérbios é *exemplos*. No entanto, depois que no século XV se desenvolveu em Portugal a influência da literatura castelhana, a designação do *rifão* e *refrão* tornou-se quase exclusiva e em toda a primeira metade do século XVI usou-se o termo *rifão*. Segundo Carolina Michaelis (1912: 394) o termo “refrã foi deturpado no século XV em rifão, e referido peculiarmente a adágios populares”

A designação de *anexim* e *adágio* preponderaram na segunda metade do século XVI. Segundo Teófilo Braga (1986: 252) “No século XVII as máximas tradicionais eram designadas pela palavra *adágio*, pela influência culta da Itália.”

¹⁷ “O provérbio erudito é, pois, apenas a generalização oral de certos pensamentos de sabor literário colhidos nas obras dos antigos filósofos gregos, romanos e outros, no Velho e Novo Testamento e nos escritores clássicos, cronistas, poetas ou prosadores antigos e modernos da Europa e Ásia.” (Batalha, 1924: 26).

“Entendo o rifão e o anexim como francamente vulgares. O rifão em estilo baixo e muitas vezes em baixos termos: *Da cintura pra baixo, tanto faz a galinha como a sardinha; Amor de rameira e convite de hoteleiro, sempre custam dinheiro*; e o anexim geralmente encerrando o mesmo estilo, com ironia ou chiste: *Mais vale um cachorro amigo do que um amigo cachorro*. Refrão é vocábulo praticamente desusado nesta acepção, absorvido por rifão. Ditado é a designação geral do provérbio ou adágio, do rifão e do anexim. Parémia é a voz grega (*Paroimia*) equivalente à latina provérbio, sinónimo perfeito”¹⁸, mas não tão usual¹⁹.

Também F. Rodegam (*apud* Chacoto, 1994: 24) se mostra consciente da confusão vigente nos dicionários relativamente à definição de cada um destes termos ao afirmar:

“Toutefois, l’usage, comme dans l’oralisme, confond proverbe, dicton, aphorisme, etc. Les lexicographes sont victimes de la même confusion, survivance de l’oralité. S’il faut en croire certains parémiologues, le serait rebelle à toute tentative de définition ».

Deduz-se, deste modo, que a maioria dos falantes, mesmo os de um meio académico, diverge na distinção estabelecida entre provérbio (parémia), rifão (refrão), adágio, anexim, dito e ditado. No entanto, entre a rica panóplia de termos sinónimos, as designações «provérbio»²⁰ e «ditado» foram as que mais se generalizaram²¹, de maneira

¹⁸ Citação retirada do endereço <http://www.deproverbio.com/Dpbooks/VELL.../INTRODUÇÃO.htm> (p. 8 de 21)

¹⁹ A selecção de um termo englobante continua a revelar divergências nos títulos de revistas especializadas, como *Proverbium* e *Paremia*, embora haja consenso nas denominações paremiografia, para o registo, e paremiologia, para o estudo.

²⁰ Adolfo Coelho (1993: 227) diz adoptar o termo provérbio por estar muito generalizado e acrescenta “(...) achando-se entre nós antiquados nesse sentido *verbo* ou *verbo*, o mais antigo, e *exemplo*; temos, porém, a expressão *ditado*, que o povo emprega correntemente, no sentido de *provérbio*. A palavra refrão, rifão, (...), passou da França para a nossa península na Idade Média (...) e significa pois fundamentalmente «o que se reflecte, repete» (...) O termo refrão, rifão, designou «o que anda na boca do povo, dito vulgar, murmuração acerca de alguém»; o seu sentido é pois mais largo do que o de provérbio (...). Adágio é sinónimo de provérbio; Littré pretende que o primeiro termo significa uma sentença directa, que não implica nem metáfora, nem parábola (por exemplo: «Quem me avisa meu amigo é»); enquanto o provérbio pode ser e é muitas vezes uma sentença revestida de uma metáfora ou a condensação de uma parábola (por exemplo: «Furtar galinha / apregoar rodilha»; «Amigo, amigo / de longe te trouxe um figo, / apenas te vi, comi-o».)” Para Vellasco, o provérbio é também “designação genérica dos ditos cristalizados que exprimem, em geral metaforicamente, uma verdade ou resumem uma experiência” (*apud* Mendes, 2000: 19)

²¹ De uma análise aos provérbios contidos nas obras de Mia Couto; Cardoso Pires e Saramago, podemos retirar curiosas ilações a este respeito. A primeira, e mais evidente, é a de que os autores escolheram o vocábulo “ditado” como termo privilegiado para denominar as sábias e anónimas sentenças do povo, talvez por ser o mais conhecido e divulgado entre o vulgo e, por isso, o mais popular, como assere Filho (1998: 78): “Em Portugal, vulgarizou-se o termo ditado (...). Em *Levantado do Chão*, embora surja uma referência ao termo “dito”, predominam as referências ao termo “ditado” (“Em tempo de peregrinações se dizia que *todos os caminhos iam dar a Roma*, era só ir andando e perguntando, desta maneira se arranjam **ditados** que depois ficam e se repetem distraidamente, é o caso daquele outro, *Quem tem boca vai a Roma* (...)” (310); “Assim nasceu o **ditado** que promete, *Sobre queda, coice*, modo hípico de declarar outro mais melancólico, *Uma desgraça nunca vem só, (...)*” [322]).

que os dicionários do português contemporâneo permitem identificar a hiperonímia de «provérbio». Daí a utilização deste termo ao longo do nosso trabalho, a par de outras expressões similares como: texto proverbial; enunciado parémico; parémia.

Embora os provérbios contem com uma longa tradição²², “pode considerar-se que o estudo dos provérbios foi inaugurado nos finais do século XIX pelos folcloristas e etnógrafos, no esforço de preservação e estudo do património popular oral²³, e pelos filólogos, que o recolheram e apreciaram na literatura”²⁴. (Serenó, 2002: 304). Na verdade, só no século passado aparece o primeiro estudo de grande dimensão, *The proverb* (1931) de Archer Taylor, que assume logo no início do seu estudo a impossibilidade de definir tal objecto de estudo: “An incommunicable quality tells us this sentence is proverbial and that one is not. Hence no definition will enable us to

Em *Memorial do Convento*, Saramago, dos múltiplos sinónimos existentes para qualificar estes textos breves e anónimos, emprega “ditado” (224), “provérbio” (225) e “ditos” (119) em três únicas referências. A especial predilecção por estes três termos, os primeiros a constarem na história da paremiologia, quiçá se explique aduzindo o gosto pelos termos e construções sintácticas com sabor clássico e arcaico, como por exemplo: “*Haveremos convento*” (76). Não podemos, ainda, deixar de destacar que Saramago emprega o termo “refrão” como sinónimo de ditado, dito, provérbio no seu romance *Jangada de Pedra* (268), o que comprova mais uma vez que o autor dá novo alento, vida e vigor a vocábulos que já caíram em desuso.

²² Esvai-se no ciclo eterno dos tempos a origem dos provérbios já abundantes na antiga literatura portuguesa. A estudiosa Carolina Michaelis demonstra num estudo publicado na *Revista Lusitana* (1887: 70) como nas cantigas trovadorescas coligidas no *Cancioneiro da Vaticana* há abundantes provérbios, como é exemplo: A boi velho non lhi busques abrigo (1162), etc.

²³ Tendo uma origem privilegiadamente popular reflectem, em seu conjunto, os usos e costumes, a índole e a psicologia de uma nação, além de se incorporarem, muitas vezes, no folclore nacional, como é exemplo o provérbio brasileiro “Quem não gosta de samba, é ruim da cabeça ou doente do pé.” Como afirma Ladislau Batalha (1924: 118): “Nos adágios não se contém apenas uma lição de história, das leis, dos usos e costumes, mas também e sempre um tratado muito completo da psicologia peculiar a cada povo ou geral a cada raça”. Eles são parte do folclore dos povos, assim como as lendas, os mitos, as superstições, as canções, as lengalengas, etc.

²⁴ No âmbito português, cabe destacar José Leite de Vasconcelos, Teófilo Braga e Carolina Michaelis. Porém, há que salientar, como o fez Agostinho Fortes no estudo preambular à obra de Ladislau Batalha (1924: 18), que “Nem sempre, (...), o adágio, na sua tão característica, por fundamental, maneira sentenciosa, é filho da espontaneidade ou da experiência popular, antes provém, em bastantes casos, da mais alta actividade literária ou erudita. (...) Muitos e muitos adágios e provérbios tiveram origem absolutamente literária e fixaram-se pela corrente da erudição (...)”. Chegam até nós provérbios de tempos antigos ou “porque escritores, cuja leitura é sempre em todos os tempos feita com agrado e simpatia, os fixaram, ou porque muitas das suas expressões, pela beleza do conceito e sintético do dizer, arrancadas foram às suas obras de carácter essencialmente literário, para ingressarem na categoria de sentenças morais que, natural e espontaneamente, sem consciência já da sua origem, aplicamos às diversas contingências da vida” (1924: 20). Na verdade, as influências da cultura oral sobre a cultura escrita e vice-versa sempre sucederam. Cortazar admite dois tipos de relações entre o folclore e a literatura dita culta: a) material temático de carácter folclórico, incluído episodicamente em obras literárias de qualquer género; b) as obras (v.g. contos e poesias de determinados escritores) que, por circunstâncias especiais, «se convertem em expressão folclórica, depois de cumprido o conseqüente processo cultural» (Pavão Jr., 1981: 16). Passam hoje por provérbios populares frases eruditas que traem a sua origem. Tornou-se frase popular o grandioso verso camoniano: “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”. Deste brotaram outras variantes: “Mudam-se os tempos, mudam-se as ideias”, “Mudam-se os tempos, mudam-se os pensamentos”.

identify positively a sentence as proverbial” (Taylor, 1931: 3). Contudo, ainda que o provérbio não esteja devidamente definido nos estudos paremiológicos, existe em cada falante uma “competência proverbial”²⁵, uma consciência intuitiva²⁶ que identifica o provérbio numa situação de comunicação, precisamente porque a memória linguística colectiva zela pela sua preservação e sobrevivência.

Como frases breves e sentenciosas, autênticos documentos vivos da cultura de um povo, os provérbios inscrevem-se na nossa memória com um vigor titânico. Com efeito, quem não terá claramente presente na sua memória um ou outro provérbio? Quem nunca terá ouvido a declamação imperiosa de um provérbio num contexto habitual de conversação familiar? Como afirma A. Taylor (1985, p.46) “(...) everybody has some small store of living proverbs which he has heard, has repeated and heard others repeat. These one sets down from memory.” Além da brevidade que caracteriza o provérbio, Taylor esboça uma descrição que aponta: a fixação sintáctica, sempre relativizada pela variação resultante da transmissão oral (Taylor, 1931: 22); o sentido metafórico e idiomático, sempre relacionado com uma situação concreta (Taylor, 1931: 10); a simplicidade vocabular e a tendência de desaparecimento dos elementos arcaicos (Taylor, 1931: 155); o ritmo, paralelismo, metáfora e contraste (Taylor, 1931: 135-155).

Outros estudiosos, apoiando-se nos estudos de Coseriu (1966: 115-118)²⁷, convocam uma abordagem alargada da comunicação assumindo a dimensão textual do provérbio. Assim, Norrick (1985: 11-30) sublinhando o carácter oral e textual do

²⁵ Considera Schmidt-Radefeldt (1984: 233) que “Cada falante de uma determinada comunidade linguística possui por assim dizer uma «competência proverbial»: ouvindo um provérbio na conversa pela primeira vez sabe no mesmo instante «intuitivamente», que se deve tratar de um provérbio; lendo nos anúncios de um jornal um provérbio devidamente integrado num texto da publicidade reconhece-o imediatamente.” Também Milner (1969: 50) postula que nós somos possuidores de uma competência proverbial: «On dirait que chaque parémiographe sait intuitivement ce que c’est qu’un proverbe».

²⁶ Segundo alguns autores (Funk: 1993), os paremiólogos não prestaram ainda a devida atenção ao domínio da intuição individual. Por isso, Funk (1993: 263) introduziu, no primeiro capítulo do seu trabalho “A Função do Provérbio em Português e em Alemão”, os conceitos de repertório de provérbios, competência paremiológica parcial e de actuação paremiológica individual, que representam um ponto de partida para uma pesquisa posterior no campo da Psicolinguística.

A este propósito, têm também algum interesse as palavras de José Saramago. O escritor afirma-nos que o «uso» e «abuso» dos provérbios na sua obra “está relacionado com um *saber-que-não-é-saber, como estar olhando uma árvore e compreender o que ela é sem conhecer uma palavra de botânica...*” (Mendes, 2000: 12).

²⁷ A noção de “discurso repetido” inaugurada por Coseriu foi um grande contributo para o estudo do provérbio. O estudioso comparando a dimensão sintagmática, separou, em termos classificativos, as unidades substituíveis por palavras ou sintagmas das unidades comutáveis com orações ou textos: sintagmas estereotipados e perífrases léxicas / frases metafóricas, provérbios, ditados, sentenças...

provérbio, verifica o seu funcionamento na conversação (1985: 15-18)²⁸, na obra de Shakespeare e na imprensa. Para definir provérbio, desenha uma matriz onde refere como traços definitórios: turno conversacional potencial²⁹; carácter tradicional e falado; forma fixa (embora admitindo variantes) e pendor didáctico; de natureza geral e anónima (impessoal). Acrescenta ainda como traços facultativos: carácter figurativo, características prosódicas e traços humorísticos (1985: 73).

Lopes (1992) e Gabriela Funk (1993), no âmbito português, prosseguem tal abordagem. Lopes centra a sua atenção no carácter genérico da formulação dos provérbios, ao nível do Sintagma Nominal (1992: 75-131) e da localização temporal (1992: 137-180) e esboça uma tipologia de funções discursivas: as que relevam dos valores ilocutórios relacionais dos enunciados inscritos em sequências discursivas, as macro-discursivas (ou de organização textual) e os tropos ilocutórios. Funk (1993: 49) após evocar uma série de autores que empreenderam a difícil tarefa de estabelecer critérios que permitissem definir o provérbio³⁰, sintetiza os critérios necessários à delimitação do conceito (critérios extra-linguísticos: conhecido geralmente como provérbio; usado com frequência; divulgado oralmente; irrelevância do autor; critérios funcionais: apresentado pelo enunciador como regra universal; critérios estruturais e semântico-pragmáticos: existência de uma forma canónica; prioridade do significado cultural relativamente ao significado literal; texto mínimo geralmente realizado por uma frase autónoma; empregue num contexto; ausência de uma referência explícita ao contexto) e, posteriormente, analisa a função do provérbio em textos de imprensa e n' *O Novo Testamento*.

Relembrando algumas propriedades do provérbio como a natureza fixa e o carácter idiomático, há que remarcar que muitos outros autores as convocam para

²⁸ Funcionam quer como comentários avaliativos sintacticamente independentes, quer como argumentos avaliativos integrados em discursos mais longos, além de, também com autonomia sintáctica, serem aplicados directamente à situação, sem clara função avaliativa.

²⁹ Para Norrick, o provérbio, fenómeno caracteristicamente conversacional, é superiormente definido pela noção de «turno» (1985: 67-69).

³⁰ De facto, Wolfgang Mieder no seu estudo sobre o provérbio apresenta cinquenta e cinco definições, recolhidas entre estudantes, amigos e conhecidos, e, depois de analisar os denominadores comuns de cada resposta, chega à mínima definição possível: "A proverb is a short sentence of wisdom". É claro que, como o próprio autor reconhece, não é uma definição abrangente uma vez que não contém outros aspectos como a economia verbal, a fácil memorização, o seu conteúdo por vezes metafórico, o seu carácter diacrónico e popular. Mendes (2000: 19) apresenta uma definição de provérbio que concentra os seus principais traços definidores: "(...) podemos definir provérbio como enunciado cristalizado, pertencente ao património linguístico mas de autoria anónima, transmitido oralmente, ao qual subjaz uma verdade de carácter geral e cuja autonomia sintáctica permite a sua conexão com as múltiplas situações em que se aplica."

caracterizar as fraseologias. Zuluaga (1980: 192) debruça-se sobre o que designa por enunciados fraseológicos enquanto sequências autónomas de fala e unidades mínimas de comunicação e aponta o funcionamento do rifão como texto dentro de um texto, servindo de resumo, comentário, explicação e argumento (1980: 200-203). De modo idêntico, Corpas (1996: 270-271) propõe uma taxinomia de fenómenos fraseológicos, onde situa as parémias (enunciados com autonomia textual e unidades de fala) e enumera as funções de comentário valorativo, explicação, apoio de postura ou afirmação (justificação), resumo, comentário global sobre uma situação (1996: 228-230). Além disso, classifica as manipulações criativas atestadas em textos jornalísticos, literários e publicitários (1996: 235-258).

Efectivamente, a definição dos provérbios e das expressões idiomáticas continua a ser um ponto difícil de precisar, daí que o termo fraseologia venha sendo utilizado como noção genérica integrando os coloquialismos e os idiomatismos, ou seja, as expressões idiomáticas e os provérbios sem que seja estabelecida uma diferenciação precisa entre estes conceitos.

Ainda que os dois conceitos (provérbios / expressões idiomáticas) se encontrem intimamente interligados, existem critérios que permitem distingui-los. A primeira distinção a fazer é a de que o provérbio é uma unidade textual³¹ e a expressão idiomática é normalmente uma unidade léxica ou uma unidade fraseológica. Segundo K. D. Pilz, citado por Funk (1993: 40), “é o carácter de frase que distingue fundamentalmente o provérbio da expressão idiomática. Embora esta partilhe com o provérbio o estatuto de combinação fixa de palavras, não apresenta, no entanto, a autonomia sintáctica e semântica do texto proverbial.” A classificação do provérbio como unidade textual advém, precisamente, do facto de o mesmo ser um enunciado linguístico coerente e completo a nível do significado e, em termos argumentativos, ser auto-suficiente³². A expressão idiomática, pelo contrário, não é auto-suficiente, ela

³¹ Segundo J. Schmidt-Radefeldt (1984: 213) “São textos mínimos que se podem apresentar descontextualizados, reunidos em dicionários de provérbios. Distinguem-se de outros textos mínimos em forma de frase, por virtude de uma marca essencial – são anónimos, não têm autor senão a respectiva comunidade linguística e cultural, na qual se veicula, através do provérbio, uma experiência colectiva, um saber colectivo ou uma ideologia social.”

³² Caracterizado por Sousa (2001: 13) como um “Fragmento discursivo globalmente coerente”, o provérbio “pode ocorrer quer isolado, funcionando como unidade comunicativa mínima, e enquanto texto incorporado num fragmento discursivo mais vasto, funcionando com uma outra função que, normalmente, se situa numa estratégia argumentativa.” Lopes (1992: 23) alude igualmente a estudiosos que partilham a mesma ideia: “Taylor, nome consagrado na área dos estudos paremiológicos, aponta como traço característico do provérbio o facto de se bastar a si próprio, isto é, de poder funcionar como enunciado completo num acto de comunicação. Tal traço permitiria estabelecer desde logo uma fronteira entre as

exige um acompanhamento contextual que clarifique e precise o seu sentido. Por exemplo, no enunciado: “A Joana apanhou o Luís *com a boca na botija*” a expressão idiomática “com a boca na botija” não é uma expressão completa e coerente a nível do significado, ela necessita de outros lexemas para se tornar perceptível e funcional.

No entanto, tanto os provérbios como as expressões idiomáticas comungam de características idênticas: brevidade, polilexicalidade; estabilidade sintáctica; idiomaticidade; lexicalização e reprodutibilidade (Rebelo, 2000: 16-29). Apesar destas similitudes, os provérbios não são simples unidades fraseológicas. São formas que têm força argumentativa³³, e uma função particular, a de ampliar, enfatizar, reforçar, criticar, explicitar, documentar, dar foros de autoridade a uma outra afirmação que não a contida

locações idiomáticas do tipo “bater a bota” ou “de fio a pavio” e os provérbios: estes têm sempre um valor semântico autónomo em termos comunicativos, ao contrário das expressões idiomáticas que são apenas constituintes de frase e nunca podem ocorrer como enunciados completos.”

³³ Digamos que os provérbios empregues pelos escritores servem, basicamente, duas **funções**, ambas ligadas ao discurso argumentativo. Uma delas, a mais comum, é a função avaliativa, com **sentido didáctico**. Usam-se os provérbios para aconselhar uma atitude, para prevenir um mal (Ex.: “A história dos casamentos está cheia de gente que ficou do lado de fora da porta, por isso, para evitar vexames, se avisa que *a boda e a baptizado não vás sem ser convidado*”, *M.C.*: 300).

Uma outra função, igualmente comum, é a do **argumento da autoridade** – é no princípio da ancestralidade que se baseia a «autoridade» desse conhecimento, veiculado normalmente pelos mais velhos. Pelos provérbios, sabedoria testada pelo tempo, o falante impõe a sua autoridade e amplia, naturalmente, o valor de verdade do seu próprio enunciado (“...muita verdade é o **que se diz**, *pequenas causas, grandes efeitos*, por nascer uma criança em Lisboa levanta-se em Mafra um montanhão de pedra”, [*M.C.*: 162]) acrescentando força e credibilidade à sua elocução (Ex.: “Quando o pobre come galinha, diz o ditado, não há luxo nem desgoverno: um dos dois está doente” [Cardoso Pires, *O Delfim*, p.66]; “Nunca perguntamos se haverá juízo na loucura, mas vamos dizendo *que de louco todos temos um pouco*” [*M.C.*: 199]). Esta função particular dos provérbios visa reforçar, explicitar, documentar, dar foros de autoridade a uma outra afirmação (Ex.: “Vós bem sabeis que não tenho outro açúcar, nem de onde me venha, a obra não é minha, senão vossa, vós disponde o que fordes servido, a virtude a poreis vós, não eu, e tendo dito, lembrando-se de que talvez não bastasse a intimação, cortou uma partícula da corda que o senhor leva à cinta e deitou-a ao tacho, *meu dito, meu feito*, começa o açúcar, de amarelo e abatido que estava, a tornar-se tão branco e subido, que dali se fizeram caramelos como em tempo algum se vira na história dos mosteiros, ora toma” (*M.C.*: 183). É precisamente porque escapa à contingência de uma enunciação meramente individual que o provérbio pode funcionar como **argumento de autoridade**: o consenso da comunidade legítima por si só o saber experiencial ou ideológico que através deles se veicula.

Invocando a tradição e a comunidade como um todo, o falante não apenas desaparece como um agente directo, mas impõe o peso das sanções sociais. É igualmente devido ao estatuto de citação do texto proverbial que o locutor dele se pode distanciar em absoluto, desresponsabilizando-se do enunciado que profere: a citar um provérbio, o locutor limita-se a reproduzir um enunciado alheio, sem qualquer compromisso de adesão aos conteúdos expressos. Daí que um provérbio possa ser utilizado ironicamente, como forma de contestação das verdades ou normas impostas pela tradição. Por vezes, os provérbios tornam-se um valioso auxiliar a quem já não tem mais argumentos ou permitem evitar comprometimentos e refutações pessoais, por exemplo, quando os falantes são solicitados a tecer um julgamento sobre algo que pode vir a magoar alguém ou revelar as suas preferências íntimas. Enfim, um provérbio é uma **estratégia** para lidar com uma situação-problema, é uma estratégia argumentativa através da qual alguém tenta persuadir outrem em direcção a um argumento. Em alguns usos discursivos é evidente a lógica silogística “(...) se a lagoa é a abundância e se, como diz o ditado, toda a abundância traz castigo, convém estar de pé atrás” (Cardoso Pires, *OD.*: 113). Seu **efeito** é elevar uma afirmação de um nível neutro para um nível enfático para punir, criticar, ironizar, informar, ensinar; elogiar, persuadir, convencer ou prevenir, advertir, envergonhar, restringir e desencorajar atitudes.

no seu conteúdo, daí o destaque que lhe é confiado no texto já que ou aparece no título com função catafórica ou no final do texto como resumo anafórico. Funcionam sempre como a síntese moral de uma história, a sentença ou a lição relativa a qualquer situação, a *vox populi* na sua mais pura expressão. Pelo contrário, nas fraseologias ou idiomatismos está ausente qualquer juízo, valoração ou moralidade, daí a não assumpção de um lugar de destaque no texto.

Sendo textos com poder argumentativo, os provérbios, muitas vezes, servindo essa função persuasiva aceitam variadas modificações (expansões, trunicações, inversões), ao contrário das suas almas gémeas (expressões idiomáticas).

Outra distinção-chave prende-se com o carácter factual ou não factual das expressões. Os provérbios são enunciações de generalidades atemporais e nunca factuais, daí que eles exerçam a sua função de argumento de autoridade independentemente do contexto enunciativo-pragmático, enquanto as fraseologias ou idiomatismos, pelo contrário, admitem “(...) leur inscription dans le système aspectuo-temporel dependant du contexte d'enonciation” (Kleiber, 1988: 244).

Desta multiplicidade e variedade³⁴ de características anteriormente evocadas, privilegiamos como traços essenciais³⁵ do provérbio os seguidamente indicados:

- em primeiro lugar, trata-se de uma “unidade pluriverbal”³⁶ em cuja enunciação o locutor reproduz uma sequência de fala já conhecida. Como narrativa mínima com autonomia sintáctico-semântica e funcional integra-se perfeitamente dentro doutro texto mais longo (daí a mudança de entoação quando ocorre na oralidade);

- em segundo lugar, consiste num discurso ecóico, cujo enunciador nunca corresponde ao criador, numa indeterminação que implica toda a colectividade;

- em terceiro lugar, veicula uma mensagem de referência aspecto-temporal e pessoal genérica, pelo que o verbo aparece geralmente no presente (daí a possibilidade de aplicá-lo a múltiplas situações, pessoas e épocas) e a sua utilização desempenha funções de relação dos enunciados no texto (como comentário, argumento, justificação, etc.), respeitantes à globalidade textual (por exemplo, resumo anafórico ou catafórico) ou de comentário de uma situação precisa.

³⁴ O Pdre. Carlos Estermann (1956: 193) chamou às manifestações literárias que se exprimem por provérbios e adivinhas «género intermediário entre a prosa e a poesia», precisamente pela natureza híbrida e multiforme do texto proverbial.

³⁵ Síntese baseada em Sereno (2002: 307-308)

³⁶ Sereno (2002: 307)

Como características secundárias, prováveis e frequentes em muitos provérbios, mas facultativas na sua identificação, temos:

- em termos enunciativos, ser antecedido de uma fórmula abonatória da autoridade do tipo *Diz-se*, etc.;
- no nível léxico-semântico, possuir sentido figurado (por metáfora³⁷, metonímia, sinédoque, etc.) e conter arcaísmos, associações vocabulares naturais, repetições;
- no plano sintáctico, apresentar paralelismos, solecismos e reticências³⁸;
- a nível prosódico, destacar-se pelo ritmo, marcado pela estrutura rítmica binária, regularidade métrica, rima³⁹, aliteração⁴⁰ ou assonância.

³⁷ Pertencente ao domínio da semântica da linguagem figurada, a metáfora e a metonímia são comumente caracterizadas por um fenómeno elíptico evidente. A metáfora apresenta-se como uma “figura pela qual a significação natural de uma palavra se transforma numa significação diferente; comparação abreviada” (*apud* Le Guern, 1973: 65). Herculano de Carvalho perante a definição de metáfora como uma “comparação abreviada”, contrapõe: “não é a metáfora que representa uma abreviação de comparação, é esta que constitui de certo modo um desenvolvimento daquela” (Le Guern, 1973: 11). É certo que na comparação existem três termos – o teor, a propriedade e o veículo e na metáfora há só o veículo, mas a metáfora não pode ser entendida simplesmente como uma “comparação abreviada”. Ela deve ser entendida como “expressão unitária, espontânea e imediata (sem instrumento de comparação) de uma visão ou intuição poética, que pode implicar a identificação momentânea de objectos distintos” (Le Guern, 1973: 11). Em Saramago surgem, integrados na narrativa, alguns comentários acerca do uso metafórico dos provérbios: “Em Portugal, talvez pela impossibilidade, até hoje, de expurgar da linguagem quotidiana certos persistentes arcaísmos, a conclusão mais aproximada que pudemos obter foi, Tantas Vezes Vai O Cântaro À Fonte que Por Fim Lá Fica A Asa, metáfora que não fez mais que confundir os espíritos, uma vez que de asa não se tratava, nem de fonte, nem de cântaro, mas na qual não é difícil descortinar um factor ou princípio de repetição, que por sua própria natureza, dependendo da periodicidade, nunca se sabe aonde vai parar, tudo depende da duração do fenómeno, do efeito acumulado das acções, uma coisa assim no género de Água Mole Em Pedra Dura Tanto Dá Até Que Fura, fórmula que, curiosamente, nunca foi expressa pelos computadores, e bem podiam, que entre ela e a outra não faltam semelhanças de toda a ordem, no primeiro caso o peso pesado da água no cântaro, no segundo caso ainda a água, mas gota a gota, em queda livre, e o tempo, o outro ingrediente comum.” (*J.P.*: 135-136).

³⁹ Esta característica reenvia para a génese ancestral dos provérbios, pois a cadência e a rima serviam a função mnemónica deste tipo de textos: “Quase todas as literaturas se iniciam por obras em verso (...) Antes de se fixarem no bronze, na pedra, no papiro, no papel ou no pergaminho, as histórias, as narrativas e até os códigos morais e jurídicos gravavam-se na memória dos ouvintes (...) O verso é inicialmente, entre outras coisas, uma forma de rimar a fala e facilitar a memória. Vestígios desta literatura oral são ainda os provérbios que, como facilmente se verifica, obedecem a ritmos ou recorrências sónicas de fácil fixação” (Saraiva e Lopes, 1989: 43) Ex.: “(...) o mal e o bem à face vem”. [*M.C.*: 285]; “a boda e a baptizado não vás sem ser convidado” [*M. C.*: 300]; “Às três foi e vez, é a conta que Deus fez”. A este propósito convém lembrar as palavras de J. Leite de Vasconcelos (1928: 226): “Nos adágios não rítmicos devemos lembrar-nos que muitos nos vieram de Espanha, e que o ritmo se modificou ou desapareceu na passagem de lá para cá. Na Espanha, em verdade, diz-se: *Tantas veces va el cantaro a la fuente que alguna se quiebra*, onde há um meio ritmo entre *fuente* e *quiebra*. Como em português a *fuente* corresponde *fonte*, o ritmo desapareceu inteiramente.”

⁴⁰ Há nas formas aliterantes, geralmente, um princípio rítmico que ajuda a fixar melhor o sentido delas. Acrescenta Correia (*apud* Carrusca, 1974: 54) que “A aliteração cria associações de elementos de desigual altura lógica. Um exemplo está no provérbio: “Mulher, mula e muleta / tudo se escreve co’a mesma letra” (...) Quanto à rima aliterante (...) tem contribuído para aproximar a mula e a mulher com desmerecimento desta (...)”.

Em jeito de conclusão, torna-se, neste momento, viável avançar com uma possível definição de *provérbio*, definição essa que abarca apenas algumas características essenciais do mesmo, dada a impossibilidade de englobar todos os seus traços definidores. Digamos, então, que um provérbio é um enunciado de autoria anónima, transmitido oralmente, ao qual subjaz uma verdade de carácter universalizante e cuja autonomia sintáctico-semântica e carácter genérico e atemporal permitem o seu emprego em múltiplas e variadas situações.

De entre as características essenciais do provérbio, destacaremos ao longo do nosso trabalho a sua atemporalidade que emana quer de enunciados proverbiais nominais, onde está ausente a forma verbal, quer de enunciados proverbiais verbais.

Urge, assim, como necessário um estudo ao verbo, ainda que breve, de modo a podermos analisar com rigor a função do verbo no provérbio.

2. O VERBO NO PROVÉRPIO

2.0. CARACTERIZAÇÃO GERAL DE VERBO

Definido o conceito de “provérbio”, caracterizaremos seguidamente o verbo, que como veremos na segunda parte deste trabalho, assume um comportamento específico na construção dos provérbios.

O verbo foi concebido, nos primórdios da gramática⁴¹, e ainda hoje se mantém, como uma classe de palavras que se caracteriza por oposição aos nomes pela natureza dos seus semantemas. Daí que uma caracterização rigorosa do lexema verbal não possa descurar uma abordagem, ainda que meramente comparativa, ao lexema nominal.

Enquanto os verbos possuem um valor dinâmico⁴², já que “indicam os processos, quer se trate de acções, de estado ou da passagem de um estado a outro” (Câmara Jr., 1997: 239), os nomes têm um valor estático porque são indicadores de “coisas” referentes ao mundo real, quer se trate de objectos concretos, de noções abstractas, de seres reais ou de espécies animais e vegetais. Conforme aponta Meillet (*apud* Câmara (1989: 151): “O nome e o verbo são deduzidos da mesma realidade objectiva ou do mundo real, conforme ela se apresenta ao nosso espírito sob um aspecto ESTÁTICO ou sob um aspecto DINÂMICO (...) O semantema refere-se assim, respectivamente, a um SER ou a um PROCESSO”.

A classificação destas duas classes (nomes e verbos) reporta-se, primordialmente, ao conteúdo nocional dos respectivos vocábulos que contêm um semantema e, conseqüentemente, uma significação externa, referente a qualquer coisa do mundo real, objectivo: enquanto representativo do “mundo dos objectos”. Digamos que a classificação dos lexemas em nominais e verbais deriva basicamente da significação do seu semantema. Note-se que facilmente se verifica a transmutação de um nome a verbo (*ancorar, azeitar e escudar*) mediante um processo de derivação sufixal, como de um verbo a nome mediante a derivação regressiva (*dança, ataque e amparo*). Por vezes, é

⁴¹ “«Palavra da acção», o verbo é também «palavra temporal», como sabemos desde Aristóteles” (Fonseca, 1992: 163).

⁴² “Tesièere desenvolve as implicações da natureza do verbo como «palavra da acção», natureza que já fora explicitamente reconhecida pelos gramáticos gregos”. (Fonseca, 1992: 161)

difícil saber qual é a palavra derivada e qual a primitiva, mas se olharmos para a natureza dos seus semantemas, é possível descobrir. Mário Barreto, citado por Cunha (1991: 105), afirma que “se o substantivo denota acção, será palavra derivada, e o verbo palavra primitiva; mas, se o nome denota algum objecto ou substância, verificar-se-á o contrário.”

A distinção que se opera entre a classe nominal e a verbal não é, contudo, meramente nocional. Elas apresentam formas tão típicas e opostas que quase se podiam definir apenas por um critério morfológico. Nas antigas línguas indo-europeias a distinção era perfeita: o nome era um vocábulo com declinação e o verbo um vocábulo com conjugação (Câmara: 1997). Daí que os estudiosos da língua definam o verbo incluindo os dois critérios: o nocional e o morfológico.

São os verbos caracterizados como formas dinâmicas, variáveis em Tempo, Modo, Voz, Aspecto, Pessoa e Número. No entanto, a categoria em que mais se apoiam os gramáticos da língua para definir o verbo é, sem dúvida, a categoria temporal⁴³. Digamos que o verbo configura linguisticamente a acção mas também o tempo, ou seja, o verbo é simultaneamente «palavra da acção» e «palavra temporal». Como tal, os enunciados sem verbo ganham de imediato um carácter atemporal.

Assim, Fonseca (1992: 165) caracteriza o verbo como “uma categoria gramatical que permite significar os objectos cognoscíveis de forma dinâmica, com referência ao tempo”. Cunha e Cintra (1991: 377) apresentam o verbo como “(...) uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo”. Vilela (1999: 60-61) também concebe o verbo como uma “categoria gramatical que configura os processos da realidade objectiva no seu enquadramento temporal. Esta configuração faz-se por meio da combinação do lexema verbal com os morfemas gramaticais ou com os verbos auxiliares, com que se atribui ao verbo, nas formas finitas, uma ordenação categorial em pessoa, número, tempo, voz ou género”. Porém, há que acrescentar que nem sempre o verbo actualiza a categoria “tempo”, dominando então a categoria modo e/ou aspecto, como se poderá verificar através do enunciado: “Aquela história será verdadeira?”.

O dinamismo que é inerente ao verbo (e que se traduz em particular nas significações que nele se acumulam de modo, tempo, aspecto, pessoa-número e voz) contribui para a centralidade do mesmo no enunciado (Fonseca, 1993: 105), pois

⁴³ “Verbo é a palavra mais importante do discurso, aquela que exprime a acção ou o estado dos seres, com relação ao tempo e às pessoas” (Azevedo, 1899: 72).

permite inter-relacionar um complexo de elementos e integrá-los numa unidade semântico-funcional e formal – o enunciado, pois as categorias de modo, tempo, aspecto, pessoa-número e voz, respeitando embora ao verbo e nele se manifestando⁴⁴, afectam, na realidade, todo o enunciado.

Entre a classe dos nomes e a dos verbos estabelecem-se tão fortes relações de dependência que a própria natureza semântica do verbo é afectada, ou melhor, é redutor e impróprio falar da significação de um verbo na ausência do seu sujeito e complementos. Assim, um verbo de processo, como valor básico de *aktionsart*, pode assumir estatividade por influência dos complementos nominais que o acompanham (Lopes, 1992: 171).

⁴⁴ É de salientar que aquelas categorias também se manifestam a nível de outros lexemas, ainda que o verbo seja o lexema privilegiado para a expressão das mesmas.

2.1. O VERBO COMO LEXEMA

O verbo enquanto lexema concentra em sua natureza um conjunto de semas (traços mínimos de conteúdo), de que resulta um ou vários sememas, que exigem uma complementação. Essa complementação traduz-se na representação de um objecto (concreto ou abstracto, ser inanimado ou animado) ou na representação de estados de coisas ou situações. Assim, o verbo “matar” inclui o sema “causar a morte a” que naturalmente implica um complemento externo (agente) e um complemento interno (paciente): *O Rui (agente) matou uma galinha (paciente)*. Brito (1998: 34) afirma a este propósito que o verbo “é o tipo de palavra a partir do qual se seleccionam as expressões nominais que constituem os argumentos externo e interno e os adjuntos ou circunstâncias, sendo por isso um factor fundamental na estruturação da frase.”

É, precisamente, a natureza semântica do verbo que determina a sua valência sintáctica e que o torna o “centro dinamizador da frase” e o seu elemento construtor⁴⁵ (Brito, 1998; Vilela, 1992).

O verbo é um lexema predicativo por excelência⁴⁶, ou seja, é ele que determina a existência e pertinência dos restantes lexemas na frase, daí a importância crucial do verbo enquanto elemento estruturador da frase. A título de exemplo, um lexema predicativo como “comprar” determina a existência de um complemento agente e de um complemento objecto: *A Ana (agente) comprou um carro (objecto)*, tal como “adoecer” implica o acompanhamento de um complemento paciente: *O Luís (paciente) adoeceu*. A própria etimologia da palavra “verbo” remete para a importância central do verbo na frase: “Os grammaticos chamaram *verbos* a estes nomes, do vocábulo latino *verbum*, que significa *palavra*, querendo assim mostrar que é palavra essencial, a palavra por excellencia, porque é effectivamente aquella que representa o principal papel na expressão do pensamento, a que dá vida e movimento ao discurso” (Azevedo, 1899: 72).

⁴⁵ “A classe lexical *verbo* não pode ser analisada de forma minimamente aceitável se não tiver em conta, como é evidente, a sua qualidade de lexema e a sua condição de elemento construtor da frase e do próprio texto.” (Vilela, 1994: 195); “(...) o verbo define-se sintacticamente pela sua possibilidade de figurar num número elevado de construções, em que o próprio verbo se constitui como núcleo organizador das estruturas” (Vilela, 1992: 4)

⁴⁶ “O verbo desempenha na oração uma função única, à qual darei o rótulo tradicional de “núcleo do predicado” (Perini, 1989: 72)

O verbo, como qualquer outro lexema, transporta assim um determinado número de traços sémiicos inerentes, e, como elemento construtor da frase, contém propriedades que apontam para determinadas construções. Os lexemas pertencentes à categoria *Verbo* são potencialmente, em termos lógico-semânticos, predicados de n lugares ou argumentos: por exemplo, *chover* é um predicado de 0 argumentos (*Choveu.*), *tossir* é um predicado de 1 argumento (*A criança tosse*), *lavar* de 2 argumentos (*A Ana lava a roupa*), *emprestar* de 3 argumentos (*O Raul emprestou dinheiro ao irmão*). No entanto, é importante realçar que um verbo potencialmente transitivo, como “matar”, pode assumir uma configuração intransitiva de acordo com a modalização que o sujeito falante quer imprimir ao enunciado (*Não matarás*). Note-se que em termos de estrutura profunda, o predicado “não matarás” pressupõe a existência de um complemento directo de tipo genérico: “todo e qualquer ser vivo”.

É também imperioso vincar que o enunciado sintacticamente considerado na sua linearização pode não traduzir a totalidade dos argumentos (a complementação) exigidos pelo predicado, uma vez que este pode “incorporar” esses argumentos. Por exemplo, o lexema predicativo “pagar” pressupõe o argumento “dinheiro” que nem sempre é realizado sintacticamente. Em: “O patrão pagou os empregados”, o argumento “dinheiro” está pressuposto, mas não é realizado sintacticamente.

Argumentos como “faca”, “carro”, “livro” estão incorporados nos lexemas predicativos “esfaquear” (*O filho do carteiro esfaqueou a mãe*), “conduzir” (*O André conduziu bem*) e “ler” (*A Luísa lê todos os dias*), ou seja, fazem parte da sua valência semântica não havendo, normalmente, necessidade de serem realizados sintacticamente. A realização destes argumentos só se torna necessária para apoiar determinadas expansões, como em:

- *O filho do carteiro esfaqueou a mãe com uma faca pontiaguda*
- *O André conduziu bem o carro novo.*
- *A Luísa lê todos os dias os livros de Lobo Antunes.*

No entanto, a maioria dos argumentos ancorados no significado do verbo ocorrem como complementos, sendo portanto realizados sintacticamente. Contudo, não é tão simples e linear estudar as relações entre os verbos e os seus complementos, pois a natureza do substantivo pode afectar também a escolha do verbo.

Importa também analisar um pouco a complexa natureza semântica do verbo que comporta, geralmente, mais do que um semema. Não é novidade que o fenómeno da polissemia é muito frequente no universo verbal português. Por exemplo, um verbo

como “ver” comporta um conjunto tão variado de semas de que resultam vários sememas ou conjuntos de semas. Assim, “ver” pode figurar como sinónimo de “olhar/observar” – semema 1 (*Do seu quarto o Rui vê o pôr do sol*); de “conhecer” – semema 2 (*Quem vê caras, não vê corações; Na adversidade se vêem os amigos*), de “compreender/perceber” – semema 3 (*Consigo ver a falta que me fazes*), de “prever” – semema 4 (*A astróloga vê o futuro do Carlos com clareza*), de “pensar” – semema 5 (*Calma, estou a ver a melhor maneira de te ajudar!*) entre outros.

O universo paremiológico revela através das muitas variantes proverbiais a riqueza de certos lexemas verbais. Assim, um lexema verbal como “ter” ganha em contexto proverbial uma carga semântica muito rica e variada:

- (1a) *Aonde fores **ter** (viver), faz como vires fazer*
- (1b) *Barriga vazia não **tem** (conhece) alegria*
- (1c) *Menino e milho no verão **vêm** (terão) frio*
- (1d) *Quando as galinhas **tiverem** (criarem) dentes*
- (1e) *Gato escaldado de água fria **tem** (há) medo*

Digamos que para determinar com rigor o semantismo de determinado lexema verbal é importante estudá-lo e analisá-lo no seu “habitat”, ou seja, no contexto discursivo onde o mesmo se interrelaciona com outros lexemas cotextuais⁴⁷, pois o que instancia um ou outro dos sememas verbais é o cotexto lexemático que envolve o verbo.

No âmbito da polissemia, o mesmo lexema ostenta vários sememas, como mostra o exemplo anterior; no universo da sinonímia distintos lexemas espelham os mesmos semas (a título de exemplo, *atirar, lançar, arremessar e deitar* num contexto específico de comunicação contêm um sema comum – mover de um lado para outro). Dada a riqueza sinonímica em contexto proverbial, consideramos necessário um estudo mais aprofundado, o que reenviamos para o sétimo capítulo do trabalho.

Descortinar a natureza semântica de um lexema verbal implica a compreensão do verbo na frase, que resulta tanto da semântica do lexema verbal, como da semântica dos lexemas cotextuais envolventes, como das categorias constituídas pelos morfemas gramaticais.

⁴⁷ Segundo Lyons “por analisar ou descrever o sentido de uma palavra deve entender-se a sua análise em termos do sentido que contrai com outras palavras”(1980: 168).

2.2. CLASSES DE VERBOS

O agrupamento dos verbos em classes pode seguir um dos critérios: semântico, sintáctico, morfológico e pragmático, pois uma classificação conjunta e completa, em que se tome em consideração os quatro critérios é simplesmente irrealizável, já que como postula Vilela (1992: 26) “ou não passa de uma vaga proposta de..., ou apenas efectua a classificação de um número muito restrito de verbos. Uma proposta de classificação completa que seja capaz de abarcar todos os verbos... pertence, na melhor das hipóteses, apenas ao mundo dos «possíveis»”.

Ao longo do nosso estudo privilegiaremos uma classificação com base semântica que se apoiará grandemente nos trabalhos de Vendler (1967) e Moens (1987). A classificação semântica parte do significado genérico dos lexemas verbais, sendo ponto assente que a maior parte dos trabalhos pressupõem a distinção de três grandes classes: os verbos de acção/actividade, os verbos de processo e os verbos de estado. Assim, os verbos de acção são “aqueles em que a «processualidade» tem como ponto de partida um «Agente», implicam um «fazer» (Vilela, 1999: 62), como pode ver-se em verbos como *jogar, bordar, lavar, etc.*; os verbos de processo são “os verbos que designam mudança nas entidades às quais os verbos se aplicam e implicam um «acontecer», um «passar-se com»” como *nascer, adoecer, constipar-se, etc.* e os verbos de estado são “os verbos com que se configura verbalmente a duração de um ser, a permanência de um estado, sem que, com isso, se implique a completa imutabilidade, como pode ver-se em verbos como *permanecer, dormir, estar, viver, etc.*”.

No entanto, sabemos que o valor lexical intrínseco a cada forma verbal pode alterar-se consoante a natureza do enunciado⁴⁸. Digamos que há um valor de *aktionsart* básico em termos de valor por defeito, mas esse valor é susceptível de ser alterado sob a influência de modificadores. Assim, um verbo como “pintar”, considerado como “Accomplishment” em *O João pinta a parede*, passa a “actividade” no enunciado *O João pinta quadros*. Lopes (1992) em *Texto Proverbial Português – Elementos para uma análise semântica e pragmática* demonstra com variadíssimos exemplos como o

⁴⁸ Do mesmo modo, não é estanque e inalterável a classificação sintáctica que se faz dos verbos em transitivos, intransitivos e copulativos. Um verbo pode comportar-se como transitivo numa determinada construção e como intransitivo noutra. Assim acontece que em muitas frases proverbiais, muitos verbos intransitivos assumem significação transitiva (“Chove-te ao sol posto, amanhã te venderá no rosto”) e que muitos verbos transitivos são empregados intransitivamente (O homem *põe* e Deus *dispõe*).

valor aspectual intrínseco ao predicado e dado lexicalmente varia consoante o enunciado⁴⁹, mormente no enunciado proverbial o lexema verbal designa sempre estados permanentes, não contingentes ao tempo e ao espaço. Assim, um verbo como “correr” que é um verbo de actividade / acção, num enunciado genérico do tipo *Quem corre por gosto não cansa*, descreve uma propriedade permanente. É evidente que o que o texto proverbial descreve não são acções pontuais no tempo, mas estados, situações que não são delimitadas temporalmente. Deste modo se explica a elevada frequência do verbo *SER*, verbo de estado por excelência. Expressando estado natural, torna-se a forma verbal predilecta das vozes sapienciais, que na sua maioria enunciam propriedades não contingentes (*Filho és, pai serás*).

A classificação em verbos de estado, processo e acção, ainda que postulada por muitas gramáticas, é posta em questão pelas gramáticas inglesas e algumas das gramáticas portuguesas (como, por exemplo, Mateus et alii [1989]). Estas gramáticas agrupam os verbos segundo determinados valores semânticos aspectuais (verbos pontuais, durativos, etc.) ou seja, privilegiam o modo de ser da acção. Z. Vendler (1967) e D. Dowty (1979) tratam especificamente a classificação dos verbos dentro desta perspectiva.

⁴⁹ A autora fundamenta a sua perspectiva de análise com base em dois estudiosos da matéria: “Moens e Steedman (1988) teorizaram de forma clarividente e inovadora esta questão. Assim, admitem que há um valor de *aktionsart* básico, tipicamente associado ao predicado lexical e herdado, em termos de valor por defeito, pela proposição em que esse predicado figura; mas esse valor é susceptível de ser alterado sob a influência de modificadores (...)” (Lopes, 1992: 161).

2.3. O VERBO COMO INSTANCIADOR LEXICAL, MODAL, TEMPORAL E ASPECTUAL

Começaremos por referir que o verbo, como categoria gramatical, desempenha a função de instanciador lexical, modal, temporal e aspectual. A sua natureza morfológica ostenta duas componentes (uma lexical e outra flexional) que se interligam instanciando, de imediato, uma significação lexical, temporal, modal e aspectual. A semântica do lexema verbal determina o modo de ser ou acontecer, e simultaneamente constitui a base para o decurso (= aspecto) do processo e para a valência do semema verbal. O verbo ostenta, em geral, segundo Vilela (1999: 61), os seguintes traços, aos quais acrescento um último (não descurando contudo a existência de outros):

- a) determina, como predicado, o mínimo actancial;
- b) ordena temporalmente, com a ajuda do “tempo”, o estado de coisas implicado no seu significado;
- c) indica, por meio da “voz”, uma determinada perspetivação do acontecer verbal: perspectivado a partir do “Agente”(=activa), a partir do “Paciente/Afectado/Efectuado”(passiva) distanciando-se do “Agente”, ou nem uma coisa nem outra (voz média);
- d) distribui, por meio da posição do verbo na frase, os “campos” frásicos;
- e) por meio da concordância entre sujeito e predicado verbaliza linear e discursivamente a frase gramatical;
- f) por meio do “aspecto” (Aktionsart) determina o decurso (tempo interno) do acontecer verbal: durativo, realizado, limitado, ilimitado, transicional, etc.;
- g) por meio do “modo” indica a atitude do sujeito falante sobre o acontecer verbal.

Se o significado lexical determina a valência sintáctica do verbo, a sua componente flexional permite localizar o evento (Tempo), determinar o modo de ser da acção (Aspecto) e revelar a atitude do falante diante da situação descrita (Modo). Esta bipartição a nível da estrutura morfológica do verbo (componente lexical e componente flexional) levou a que considerassem o verbo só enquanto categoria lexical: “a Flexão deve ser considerada uma categoria sintáctica distinta do Verbo. Por conter indicações de Tempo, Concordância (Pessoa, Número), Modo e, por vezes, Aspecto, e não ter

propriedades temáticas, a *Flexão* é uma categoria funcional, enquanto o *V* é uma categoria lexical ou predicativa.” (Brito (1998: 37).

É a flexão do verbo que permite situar e acorrentar o acontecimento a um tempo. Assim, a forma verbal “amei” situa o acontecimento num tempo passado concluso, enquanto a forma verbal “amo” posiciona o evento num tempo presente (valores assumidos por defeito). Daí que um enunciado sem verbo ganhe logo um carácter atemporal (Ex. “*Amor primeiro, amor verdadeiro*”), como já demonstrou Benveniste (1966). No entanto, não é apenas a flexão do verbo que permite situar temporalmente o evento ou situação, pois verificar-se-á no decurso do trabalho que os complementos circunstanciais, e não só, alteram o valor temporal que a flexão verbal assume por defeito. Do mesmo modo que o perspectivizar da acção não é dado somente pela flexão, mas, e sobretudo, pelo significado inerente ao verbo. Por exemplo, a forma verbal infinitiva “andar”, não flexionada, indica *per se* um aspecto durativo, enquanto a forma verbal “permanecer” transmite um aspecto estativo.

Urge, então, explicar o que é que condiciona a instanciação (actualização) de uma ou outra das funções verbais. Abordaremos, por agora, a questão de forma muito breve e simples, correndo naturalmente o risco de deixar muitas lacunas por preencher.

Assim, postulamos que a instanciação das respectivas funções verbais resulta da confluência de três factores: semantismo verbal (componente lexical), flexão (componente gramatical) e contexto discursivo e situacional. Digamos que a informação modal, temporal e aspectual veiculada por um mesmo verbo em contextos distintos não é unívoca. Cria-se em torno do verbo uma espécie de rede ou teia de significados têmporo-aspectuais e só é instanciado um dos significados consoante o semantismo do verbo, a flexão e o contexto.

Começemos por observar, por exemplo, uma parte da rede aspectual do verbo “correr”:

- (1) Ela *correu* na pista durante meia hora.
- (2) Ela *correu* os dez mil metros.
- (3) Ela *corre* pelo clube de Braga.
- (4) Ela *está a correr* na pista do seu clube.

Utilizando a classificação de Moëns (1987)⁵⁰, no primeiro destes exemplos estamos perante um processo, no segundo um processo culminado, no terceiro um

⁵⁰ Na divisão aspectual, Moëns (1987) considera a distinção entre Estados e Eventos. Os eventos podem ser atômicos (indivisíveis) ou alargados e ter ou não consequências, subdividindo-se, desta forma, em

estado (habitual) e o quarto é um estado (progressivo). Com efeito, é a presença de várias expressões na frase que concorrem para as diferentes interpretações. Desta forma, “correr”, que é um processo, pode passar a um outro tipo de eventualidade, se o contexto for apropriado.

Observemos, agora, a rede temporal veiculada pelo mesmo “tempo verbal”:

- (1) Ela *corre* todos os dias.
- (2) Amanhã ela *corre* no campo de Setúbal.
- (3) Em 1500 os Portugueses *correm* os mares do Oriente.
- (4) Hoje a Ana *corre* acompanhada pelo seu cão.
- (5) Quem *corre* por gosto não cansa.

No primeiro destes exemplos, estamos perante um presente habitual, no segundo um presente com valor de futuro, no terceiro um presente histórico, ou seja, um presente com valor de passado, no quarto um presente actual e no quinto um presente gnómico ou atemporal. Note-se que a morfotaxe “presente” reveste-se de múltiplos valores temporais consoante o contexto envolvente.

Importa, então, concluir que uma análise do verbo que não englobe em simultâneo um estudo lexical e flexional num contexto discursivo específico revela-se uma análise redutora que não patenteia a real e complexa natureza verbal. Deste modo se justifica a total pertinência do estudo que se segue: a função do verbo no provérbio.

Processos culminados, Culminação, Ponto ou Processo. No entanto, a originalidade da sua teoria sustenta-se nas possíveis transições entre estas categorias aspectuais. A formulação da rede aspectual de Moens permite uma visão dinâmica de predicados, ou seja, um mesmo predicado pode ser visto sob perspectivas bastante diversas, tal como em 1-4.

2.4. GENERICIDADE E ATEMPORALIDADE

Definidos os conceitos de “provérbio” e “verbo”, cumpre-nos agora analisar alguns conceitos que caracterizam o texto proverbial e que se prendem não só ao verbo, mas também aos lexemas que acompanham a classe verbal e que com ela formam uma estrutura organizada e funcional – o enunciado proverbial.

A análise de múltiplos provérbios mostrar-nos-á que a sintonia perfeita entre um verbo que não limita temporalmente um evento ou situação e um sintagma nominal não específico produz uma leitura gnômica que não conhece fronteiras temporais e espaciais. São os lexemas verbais em combinação com os restantes lexemas da frase, nomeadamente os lexemas nominais, que conferem ao provérbio essa característica de quase eterna juventude. Afirma Fernandes que (1998: 91): “concretamente, no caso dos provérbios, o valor temporal associa-se à referência nominal para fornecer um significado genérico, atemporal e desprovido de verdadeira ancoragem nas coordenadas enunciativas temporal-espaciais”.

Assim, emerge como necessária uma abordagem, ainda que superficial, aos complementos nominais que acompanham o verbo, como bem demonstrou Lopes (1992) ao evidenciar a importância da articulação dos dois tópicos na análise do texto proverbial. Com efeito, segundo alguns autores, nomeadamente Carlson (1989) e Dahl (1975), qualquer tipo de frase genérica requer a presença de dois elementos que se interrelacionem, para poder ocorrer uma interpretação genérica. Um sintagma nominal é genérico quando designa um conjunto que deve ser entendido à margem da existência particular das suas ocorrências. Como objectos de referência nominal encontram-se espécies (*O leão não caça pardais*) e membros típicos da espécie (*Um tolo tem sempre outro que o admira*), conjuntos universais de indivíduos (*Todos os caminhos vão dar a Roma; Cada santo tem seu nicho*), propriedades (*A cobiça rompe o saco*) e situações-tipo (*Perguntar não ofende*).

Verifica-se que as entidades envolvidas são sempre entidades não específicas de modo a libertar o texto proverbial de qualquer restrição espaço-temporal. Sublinhe-se que mesmo as expressões linguísticas que funcionam como suportes privilegiados da referência singular específica – nomes próprios e pronomes pessoais – perdem esse estatuto no contexto proverbial, passando a ser interpretados genérica ou

universalmente. Por exemplo, no provérbio *Morra Marta, morra farta*, o nome *Marta* designa o conjunto aberto dos seres humanos, já que o provérbio é habitualmente interpretado como uma exortação epicurista dirigida à espécie humana parafraseável por *Que cada homem aproveite bem a sua vida*, “Assim, Marta tornou-se a personificação do baixo epicurismo, que no meio dos maiores embaraços e contratempos da fortuna, procura a satisfação dos prazeres corporais, por via da sua rima com *farta* (Carrusca, 1974: 45). A selecção do nome *Marta* é, neste caso, cotextual, ditada pela eufonia rítmica típica do texto proverbial (veja-se a necessidade de rima interna com *farta*).

Esse referente genérico engloba ocorrências reais, passadas e presentes, mas também ocorrências potenciais e até contrafactuais. Em provérbios como *A mulher e a sardinha, quanto maior mais daninha*; *A mulher e a cabra nunca se deixam andar à larga*; *A mulher e o vinho fazem errar o caminho*, o que se referencia através do sintagma nominal *a mulher* é um conjunto aberto, que permite potencialmente um número ilimitado de instanciações: os predicados descritos aplicam-se não só aos membros actuais ou contingentes do conjunto das mulheres, mas ainda aos casos potenciais e contrafactuais. Dado o carácter genérico do referente, e tendo em conta a natureza atemporal do predicado, um enunciado genérico como os que apresentámos permite inferências do tipo: «se x for mulher (ocorrência potencial), fará o homem enveredar por maus caminhos», ou ainda, «se x tivesse sido mulher (ocorrência contrafactual), x teria feito o homem enveredar por maus caminhos». Justamente porque implicam uma referência virtual a casos não contingentes, enunciados genéricos deste tipo permitem fazer previsões sobre determinada situação⁵¹.

⁵¹ No entanto, o suporte linguístico da referência genérica não se limita ao sintagma nominal introduzido pelo artigo definido singular. Provérbios como: *Mulher louçã, cabeça sã*. Nestes casos, verifica-se a ausência de determinantes e a presença constante de um modificador. Nos provérbios, a ausência de determinante, conjugada com a ausência de referência temporal, desencadeia automaticamente uma leitura genérica do SN. Assinale-se que a ausência de determinante só ocorre em SN do tipo nome + modificador, podendo o modificador ser concretizado por um adjetivo, um sintagma preposicional ou uma frase relativa. Em qualquer dos casos, o modificador restringe a extensão do conjunto base sem modificar o seu estatuto de conjunto aberto: no primeiro exemplo referido, o SN designa o conjunto virtual dos «mulheres louças», sub-conjunto do conjunto base «mulheres». Um modificador não põe em causa o carácter genérico da referência de um SN desde que não comporte elementos especificadores, isto é, desde que não implique uma «ancoragem» temporal que bloqueie uma interpretação virtual do conjunto constituído pelo SN.

Outro suporte produtivo da referência genérica são as relativas restritivas sem antecedente, do tipo *Quem tem boca vai a Roma*; *Quem tem filhos, tem cadilhos*; *Quem a um castiga, a cem fustiga*; *Quem abre a boca, quer sopa*; etc. Esta relativa designa um conjunto virtual e aberto, composto por todos os elementos que satisfaçam a propriedade expressa pelo predicado.

De salientar ainda a utilização dos nomes próprios como suporte de referência genérica: “Os nomes próprios no provérbio têm uma função diferente do normal – são usados de maneira geral, universalizante, ganham um valor simbólico. Índia tem o valor simbólico de todo o lugar ultramarino do

Como ficou visto, o provérbio nunca faz referência a um indivíduo preciso, particular, espacio-temporalmente limitado, nem a uma situação ou a um estado de coisas específico. Pelo contrário, o provérbio modeliza estados de coisas gerais, oferecendo sempre uma leitura gnómica, ou seja, não se fala em dados concretos e específicos, mas simplesmente prováveis, desde que se verifiquem determinadas condições. Daí que os provérbios se apresentem como textos mínimos de carácter genérico cujo acto de referenciação revive, ganhando vigor e força num contexto de utilização. É curioso e muito interessante o processo genésico e metamórfico do provérbio que, qual lagarta que se transforma em borboleta, não nasce verdadeiramente “no acto da sua invenção, mas no processo de absorção pela comunidade, que se concretiza em reutilizações permanentes” (Lopes, 1992: 10). Digamos que a **função referencial** dos lexemas só pode manifestar-se duma maneira reduzida, diminuta e imprecisa, visto que a afirmação do conteúdo do provérbio pertence a um outro autor que não se identifica com o locutor. Toda a referencialização, incluindo o tratamento, se faz de maneira atenuada ou indirecta, pois os provérbios enquanto citações não têm *per se* nenhuma referência temporal, espacial ou individual, mas contêm expressões linguísticas com um potencial de referencialidade.

Perante os dados expostos, pode-se agrupar os provérbios na categoria dos enunciados genéricos gnómicos⁵² (cf. Anscombre, 1997: 49). Para que um enunciado possa ser globalmente interpretado como genérico, não basta assinalar nele, como vimos, a presença de um SN genérico: a interpretação genérica resulta da interacção entre a leitura do SN e os valores temporais e aspectuais veiculados pelo verbo. A este propósito note-se que “A dificuldade em determinar de modo claro quando se está, ou não, perante uma frase genérica (de qualquer tipo), reside na impossibilidade de encontrar marcas evidentes que conduzam a tal interpretação. Um dos critérios muitas

qual o regresso parece impossível, Deus simboliza a força toda-poderosa, o nascer e o morrer, Deus e o rei são as duas ordens absolutas, o diabo simboliza o mal, a má sorte e a desgraça, etc.”. Atente-se no provérbio *Maria que em casa fica se não come depenica*: Maria designa aqui o conjunto aberto das mulheres que ficam em casa. São razões contextuais, de ordem sócio-cultural, que permitem justificar a escolha de Maria como significante – suporte de uma referência genérica, nomeadamente a alta frequência de Maria como primeiro nome da mulher portuguesa e o facto de, na história da religião, Maria simbolizar a mulher.

⁵² “As frases genéricas são aquelas que expressam uma determinada regularidade, que referem um evento concebido não como uma instância concreta, localizada no tempo e no espaço, mas como algo que ocorre de forma regular em vários mundos possíveis, independentemente do conhecimento que um falante possui, intuitivamente ou não, desses mesmos mundos possíveis” (Almeida, 1996: 10). Esta autora diferencia os enunciados genéricos gnómicos dos habituais, pois estes últimos admitem uma ancoragem espacio-temporal contrariamente aos outros.

vezes utilizado é o do tempo, havendo até quem considere que as frases genéricas são atemporais. É comum considerar-se que o tempo verbal Presente é tipicamente indicador de genericidade (...)”(Oliveira, 1997: 746). Eis, então, chegado o momento de esclarecer o conceito “tempo”, conceito fortemente polissêmico e ambíguo.

3. O TEMPO VERBAL: breves reflexões teóricas

“Medida de todas as coisas, o homem é também «medida» do tempo”

(Fonseca, 1992: 168)

Passamos a reflectir sobre a categoria linguística “tempo”, tendo em vista a detecção dos parâmetros que nos permitirão fixar os valores temporais típicos do texto proverbial. A análise de provérbios mostrar-nos-á, como já foi referido, que este tipo de texto se caracteriza pela ausência de referência temporal.

“Quid est ergo tempus?
Si nemo ex me quaerat, scio;
si quaerenti explicare velim, nescio”

(Santo Agostinho)

Uma clara intuição do tempo coincide com uma notável dificuldade de o definir. Digamos que da apreensão do movimento exterior que foge e que se move (recorde-se a etimologia do vocábulo “momento”) deriva a noção de *tempo físico* e que do modo como é sentido o momento deriva a noção de *tempo psicológico*. Por sua vez, estas noções de tempo convertem-se num *tempo intersubjectivo*, *tempo linguístico*⁵³ pela intervenção do momento da enunciação em que o *eu* mantém com o *tu* uma relação comunicativa sempre reversível. É, pois, “impossível conceber o tempo independentemente do *eu* (do *eu-tu*), como é também impossível conceber o *eu* senão como fruto existencial da vivência do tempo” (Fonseca, 1992: 168).

O vocábulo “tempo” não deixa por isso de ser fortemente polissémico e ambíguo, pois designa simultaneamente três conceitos diferentes, mas intimamente relacionados:

- o **tempo real, físico**, o chamado “time” em inglês, presente no provérbio “Time is Money”;

⁵³ Segundo Fonseca (1992: 174) “Só a linguagem, ao instituir um marco de referência temporal coincidente com o próprio acto de fala, com a instância enunciativa, cria a possibilidade de uma referência ao tempo que, sendo *intersubjectiva*, constitui um meio de objectivação do *subjectivo*. O tempo *linguístico*, tempo *deictico*, impõe-se como evidência e configura uma forma específica de representação da noção de tempo: «C’est par la langue qui se manifeste l’expérience humaine du temps» (Benveniste, 1974: 73); “Le temps a son centre dans le présent de l’instance de parole (...). Ce présent est réinventé chaque fois qu’un homme parle » (Benveniste, 1973 : 73-74).

- o **tempo linguístico** ou tempo deíctico⁵⁴ presente em diversos elementos linguísticos de valor temporal (elementos adverbiais, datas, preposições, conjunções, verbos e outros) e que abarca relações de anterioridade, simultaneidade e posterioridade quer em relação ao tempo da enunciação, quer em relação a outros tempos na frase;

- o **tempo gramatical**⁵⁵ (presente, pretérito, futuro, etc.), o chamado “tense” que se limita aos lexemas verbais.

Ao contrário do que acontece em inglês (onde há duas palavras distintas – *time* e *tense* – que claramente separam a temporalidade extra-linguística, a realidade física contínua, da categoria gramatical que, de forma privilegiada, a traduz linguisticamente), em português a palavra *tempo* é usada indiscriminadamente para designar o tempo ‘real’ e o tempo gramatical. Daqui resulta a ambiguidade presente, por exemplo, na expressão ‘tempo presente’, que tanto pode designar o momento de tempo vivido como o tempo gramatical *Presente*, morfologicamente expresso. Pertencentes a realidades diferentes, não há necessariamente coincidência entre as formas linguísticas e a realidade que representam, como é postulado de forma clara por alguns estudiosos⁵⁶:

“(…) una cosa es el tiempo como contenido semántico – sea significativo o referencial – y otra muy distinta como forma o conjunto de formas de la conjugación. Por eso el hecho de que los tiempos reciban con frecuencia denominaciones como presente, pretérito, futuro, etc. no debe arrastrarnos a la idea de que las formas correspondientes hayan de poseer, invariablemente, esos mismos contenidos temporales y, desde luego, mucho menos que hayan de referirse a los tiempos homónimos de la realidad”(Porto Dapena, 1989: 22).

A ambiguidade resulta, indubitavelmente, da perfeita homonímia existente entre as designações das flexões verbais e a noção de tempo⁵⁷. O tempo físico tripartido (passado, presente e futuro) concebido como uma linha imaginária que representa o

⁵⁴ “O tempo linguístico é, pois, um tempo deíctico, sui-referencial, centrado no sujeito entendido activamente como sujeito falante (...)” (Fonseca, 1992: 175)

⁵⁵ Lyons (1977: 678) define o tempo gramatical (“tense”) como a gramaticalização da relação entre o tempo da situação descrita e o ponto zero do contexto deíctico.

⁵⁶ “Le problème de la représentation du Temps dans les systèmes linguistiques est au cœur de ce débat car les étiquettes collées sur les « tems verbaux » ne « collent » absolument pas avec les réalités linguistiques (...)» (Maillard, 1998 : 155)

⁵⁷ “O facto de serem homónimas, pelo menos nas línguas românicas, as designações das flexões verbais e da noção de tempo, é significativo quanto à vinculação tradicional dos tempos verbais com a expressão do tempo. A nomenclatura das formas verbais denuncia também um decalque numa prévia concepção unilinear e tripartida do tempo. A definição dos tempos verbais como expressão do tempo, embora pareça óbvia, não é suficiente, quando entendida de forma simplista, para explicar o grande número de variantes flexionais integrantes do sistema verbal; uma insuficiência sentida desde cedo na tradição gramatical que, ao lado da categoria tempo, definiu também as de modo e aspecto como inerentes à significação veiculada pelas formas verbais” (Fonseca, 1992: 178).

devir temporal é produto de pura abstração humana⁵⁸, como bem demonstra o linguista francês Marcel Cohen (1924: 13): “Uma noção temporal dessa espécie é subjectiva: só tem sentido para o sujeito falante, que concebe o tempo de maneira abstracta, como uma linha ideal, e aí traça divisões em relação a si mesmo: o que está por trás dele (no momento em que fala), o passado; o que está ante ele neste momento preciso, o presente; o que está adiante dele, o futuro”. O tempo assim compreendido é o eixo das conjugações verbais.

Fica, assim, patente que no âmbito dos verbos, isto é, dos lexemas predicativos que indicam estados, processos e acções, a noção dominante que rege a distribuição das formas verbais não é a de modo, nem a de aspecto, mas a de *Tempo*. Segundo Câmara (1989: 140), o *tempo* aparenta ser (...) “a própria alma do verbo, cujo nome nas gramáticas alemãs é até, expressivamente, «vocábulo temporal» (al. *Zeitwort*)”. O tempo verbal pode ser entendido como “(...) a variação que indica o momento em que se dá o facto expresso pelo verbo” (Cunha e Cintra, 1991: 379)⁵⁹, ou melhor, como “(...) a ordenação do intervalo de tempo que contém o estado de coisas descrito por uma predicação relativamente ao intervalo de tempo em que ocorre a enunciação da mesma...” (Mateus, 1989: 76)⁶⁰.

Na base destas definições está implícita, sem dúvida, a configuração do Tempo manifesta por Reichenbach (1947), em que o Tempo é idealizado como um eixo no qual são representados o ponto de enunciação (S), o ponto do evento ou situação (E) e o ponto de referência (R) que representa o “ponto de vista” temporal. A combinação destes três pontos origina, segundo o autor, os nove tempos gramaticais entre simples e

⁵⁸ Enquanto tempo real, físico só existe verdadeiramente o presente, um presente que se estende *ad infinitum* na linha do tempo. Este presente omnitemporal ostenta, ao contrário dos outros tempos, uma polivalência temporal surpreendente: ele representa o “passado”, o “presente”, o “futuro” e mesmo o atemporal. Digamos que o “passado” e o “futuro” são realidades abstractas e subjectivas, pois cada momento vivido é um momento presente, o “futuro” é o tempo presente que ainda está para vir e o “passado” é o tempo presente já vivido, daí que não tenha qualquer sentido afirmar que o presente não é um tempo, mas antes a sua ausência, como postula Pinto (1995: 65): “O presente não é um tempo, antes é a sua ausência”. É de assinalar que qualquer acto de comunicação realiza-se sempre num tempo presente, nunca se processa num tempo passado ou futuro, pois como realidade concreta e objectiva, só existe o presente. Embora mereçam algum mérito as afirmações e reflexões feitas sobre a duração do momento presente [Jespersen considera o presente um ponto sem duração – limite entre passado e futuro, movendo-se continuamente para a direita e cuja extensão varia segundo as circunstâncias (1958: 258)], estas não têm qualquer pertinência quando operadas sem o recurso a exemplos concretos do acto de comunicação.

⁵⁹ Esta definição, ainda que correcta, torna-se redutora à luz da lógica temporal de Reichenbach (1947) que equaciona o tempo como expressão de uma relação entre três pontos: o momento do discurso, o momento em que se localiza o evento descrito e o ponto de referência, momento a partir do qual o locutor considera a situação ou evento de que fala.

⁶⁰ Enquanto Cunha e Cintra apoiam-se apenas no momento em que se localiza o evento para definir o tempo verbal, Mateus alarga um pouco mais a sua concepção do que é o tempo verbal relacionando o momento do evento com o momento da enunciação, já que um é inconcebível sem o outro.

compostos. Vejamos, por exemplo, a configuração de três tempos: E,R-S⁶¹ (Pretérito Perfeito); S,R,E (Presente); S,R-E (Futuro). É evidente que estes esquemas traduzem o valor temporal que os tempos gramaticais assumem por defeito, pois convém acrescentar que a informação temporal não é veiculada só através de morfemas verbais, mas também através de outros meios lexicais, como nomes (século, ano, mês, semana, dia, hora, minuto, etc.) integrados em grupos preposicionais equivalentes a advérbios de tempo (antigamente, hoje, ontem, amanhã, etc), conjunções temporais e outros processos gramaticais, os quais servem para situar referentes no “tempo”⁶².

A interação entre certos adjuntos temporais e alguns tempos verbais pode modificar determinadas interpretações temporais de uns e de outros:

- (a) Em 2004, a minha mãe faz 70 anos.
- (b) Na Idade Média, a vida das cidades concentra-se à volta das catedrais.
- (c) Agora eu era a princesa e tu eras o sapo feio.
- (d) Agora ela sabia que tinha de partir.

Em (a) o adjunto “Em 2004” imprime uma interpretação de futuro ao presente do indicativo “faz”. Em (b) o adjunto “Na Idade Média” confere uma interpretação de presente histórico (ou narrativo), isto é, uma interpretação não actual do presente do indicativo. Já em (c) a presença do advérbio “Agora” bloqueia a leitura de passado do imperfeito do indicativo, forçando uma leitura não temporal do referido tempo, em que ele funciona como um operador de criação de mundos alternativos, neste caso do mundo das brincadeiras de uma criança. Em (d) é a forma verbal que bloqueia a leitura temporal déctica do adjunto “Agora”, forçando uma interpretação anafórica do mesmo, como indicador de um intervalo de tempo passado. Os sentidos temporais não se prendem unicamente aos verbos, como acabamos de ver, mas estão presos também ao contexto e à situação. Por exemplo, o sentido ‘passado’ em *Os portugueses conquistam Ceuta em 1415*, não é o sentido mais habitual que a forma do presente “conquistam”

⁶¹ Segundo o autor a vírgula (,) simboliza a simultaneidade ou concomitância e o traço (-) a anterioridade.

⁶² Como advoga Maillard (1998 : 160): « (...) le temps est interprétatif et son calcul se fait à partir de l'ensemble du contexte. ». A este propósito, Maillard cita Denis Creissels : « La valeur temporelle que nous attribuons (...) de manière évidente aux énoncés résulte (...) d'un calcul faisant intervenir tout un jeu de compatibilités sémantiques ou, si l'on veut de sélections mutuelles entre les signifiés des morphèmes de conjugaison, des éléments de sens présents dans le contexte et des données situationnelles. La notion de temps ne se manifeste clairement qu'un niveau de certains circonstants, par exemple *hier, aujourd'hui, demain*, pas au niveau de la conjugaison » (*apud* Maillard, 1998 : 165)

tem na língua. É a presença do elemento contextual (1415), em relação com o situacional (2003) que permite actualizar tal efeito de sentido.

Contudo, não se resume a isto o que se pode dizer das relações mútuas entre “verbo” e “tempo”. Ainda que o verbo marque o *tempo*, ou *época*, da ocorrência do processo verbal em relação ao momento da enunciação, o mesmo pode aparecer sem tempo (a análise do texto proverbial revelar-nos-á claramente este fenómeno), ao contrário do tempo que não pode ser expresso sem verbo. Por exemplo, na elocução “Provavelmente a criança terá febre”, o futuro *terá* exprime simplesmente uma dúvida sem qualquer valor temporal manifesto. Tal como no enunciado: “Da batalha sairá vencedor D. João I”, o futuro histórico “sairá” não traduz a posterioridade do intervalo de tempo do evento em relação ao intervalo de tempo da enunciação. Digamos que a utilização do futuro verbal com valor temporal é muito reduzida no Português. A sua interpretação semântica pertence preferencialmente ao domínio da modalização.

Assim se infere que a informação temporal, com a qual construímos o universo de um texto, é em si mesma deficitária, pois não encontramos na simples noção de tempo o critério que decidirá acerca da posição ou até da possibilidade de uma forma dentro do sistema verbal.

No mesmo lexema verbal coexistem três significados que se podem reduzir a semas: sema temporal; sema aspectual e o sema modal. Qualquer tempo gramatical ostenta os três semas, embora se evidencie um deles, consoante o enunciado, ou seja, em determinado contexto discursivo um dos semas domina, embora todos confluem para o significado global. Por exemplo, em: “Aí vem o meu tio”, domina o sema temporal “presente”, mas em “Ele andar­á pelos Alpes” domina o sema modal.

Retomando a ideia de que o tempo se assemelha a uma linha ideal e infinita⁶³ e que é a mesma que constitui o eixo das conjugações verbais, procederemos a uma breve definição de cada um dos «tempos verbais» ou «morfortaxes»⁶⁴ que são genericamente definidos tendo em conta a localização das situações e acontecimentos relativamente a

⁶³ São, efectivamente, muitos os estudiosos que concebem o tempo como uma linha infinita: « Il nous est alors possible de nous figurer le temps comme une ligne infinie, sur laquelle l’homme se déplacerait toujours dans le même sens – la route et le voyageur -, laissant derrière soi chacun des événements momentanés auxquels il participe successivement. » (Carvalho, 1984: 205). Note-se, no entanto, que “Declerck não concorda com a representação do Tempo através de uma linha temporal, porque uma frase expressa relações entre alguns tempos, mas não necessariamente entre todos os tempos representados na linha temporal. Isto é, a estrutura temporal de uma frase é como uma cadeia de relações: da mesma forma que cada elo de uma cadeia é só ligado com o precedente e o seguinte, cada tempo na estrutura temporal é relacionado com outro(s) tempo(s), mas não com todos eles.” (Ferreira, 1996: 24-25).

⁶⁴ Neologismo criado por Herculano de Carvalho

um marco de referência temporal deíctico: o *agora* da enunciação. Daí designarmos os tempos verbais como deícticos na medida em que referenciam temporalmente um processo em relação ao *agora* da enunciação⁶⁵.

No Português, os tempos naturais são três: o Presente, o Passado e o Futuro, os quais “exprimem uma ordenação do intervalo de tempo que contém o estado de coisas descrito relativamente ao intervalo de tempo em que ocorre a enunciação definida, respectivamente, pela relação de simultaneidade, anterioridade e posterioridade” (Mateus, 1989: 76). Assim, o tempo presente exprime a simultaneidade do intervalo de tempo em que ocorre o estado de coisas descrito; o passado traduz a anterioridade e o futuro a posterioridade do intervalo de tempo que contém o estado de coisas descrito⁶⁶.

No entanto, esta simples concepção dos tempos verbais tem sido problematizada e é, sem dúvida, deficitária, se constataremos que, por exemplo, o tempo gramatical “presente” não expressa tão só a simultaneidade do intervalo de tempo em que ocorre o estado de coisas descrito. Do mesmo modo que o tempo gramatical “futuro” não exprime só posterioridade e o pretérito anterioridade.

Diremos que há um valor de tempo básico, tipicamente associado aos lexemas verbais, em termos de valor por defeito⁶⁷, mas que esse valor é susceptível de ser alterado sob a influência de variantes contextuais (modificadores como os advérbios temporais, os auxiliares aspectuais e, mesmo, a natureza dos sintagmas nominais que acompanham o lexema verbal) e situacionais.

Na verdade, uma representação tripartida e unilinear do tempo é insuficiente e inadequada para dar conta das características do tempo linguístico como comprova a multiplicidade de tempos gramaticais existentes no paradigma verbal.

Para Fonseca (1992) a temporalidade verbal não é uma temporalidade unilinear, mas ramificada, na qual se engloba conceitos inseparáveis como tempo e modalidade⁶⁸:

⁶⁵ Dada a sua função de operadores deícticos, os tempos verbais, para além de funcionarem como operadores de uma referência temporal relativamente ao *agora* da enunciação, funcionam também como operadores de uma *transposição referencial*, já que podem criar, tornando-o disponível/pressuposto, um marco de referência transposto ou fictivo. Alguns tempos verbais podem desempenhar uma função de transposição fictiva, isto é, podem situar os processos relativamente a um marco de referência imaginário: Ex.: *Estavas* a olhar para o mar, *passava* um barco e tu *ias* embora dentro dele.

⁶⁶ Segundo Fonseca (1992: 176) “Presente, passado e futuro não existem senão como perspectivas assumidas por um sujeito falante a partir do momento em que está ou de um momento em que imagina estar”.

⁶⁷ Como postula E. Almeida (2003: 26) “L’interprétation temporelle des tiroirs verbaux est essentiellement une interprétation «par défaut».

⁶⁸ “O facto de existirem, no paradigma verbal, muito mais «tempos» do que os que seriam necessários para uma representação linear tripartida do tempo é uma prova de que a representação linguística do

“O conceito de ramificação temporal convoca o de «mundos possíveis» e traz implícita a noção de expectativa ou «mundo de expectativas»: a «realidade» do tempo não é factual, está sempre marcada pelo carácter hipotético, pela não-factualidade que, em maior ou menor grau, afecta a reconstituição do passado ou a antecipação do futuro” (Fonseca, 1992: 164). Pressupõe-se assim que o futuro, pela incerteza que lhe é inerente, é um tempo ramificado, pois apresenta um leque de possibilidades em aberto à semelhança do pretérito que, apesar da factualidade inerente ao que já aconteceu, a sua reconstituição pode incluir não só a incerteza (falhas de memória) como a própria contrafactualidade (hipóteses retrospectivas).

A actualização de uma forma verbal em detrimento de outra é determinada por vários factores, alguns de carácter extralinguístico. Por exemplo, o registo de língua utilizado, por força da circunstância da enunciação, pode determinar a utilização de determinadas formas em detrimento de outras. Concretizando, a forma verbal “pretérito imperfeito” substitui geralmente a forma condicional quando a linguagem utilizada é fortemente popular como acontece nas frases proverbiais:

- “Se a inveja fosse coxa muita gente **andava** (andaria) de muletas”;
- “Se chovesse vinho é que se **conheciam** os bêbados”
- “Se o céu caísse **morriam** as andorinhas todas”

Verificaremos, então, como uma representação unilinear do tempo seria totalmente insuficiente para dar conta das características do tempo linguístico nos textos parémicos. É somente à luz de uma concepção ramificada do tempo que se poderá explicar a presença dos tempos verbais, especialmente do futuro e dos pretéritos, em contexto proverbial.

tempo não é unilinear (como ensinava a gramática tradicional) mas ramificada”. Segundo Óscar Lopes (*apud* Fonseca, 1992: 196): “a lógica temporal do português exigiria não apenas uma representação ramificada do tempo em relação ao futuro (...) mas também ramificada em relação ao pretérito, como se evidência por milhentas construções potenciais e contrafactuais” Ex.: Eu ia e tu não vinhas.

3.1. O TEMPO VERBAL NO TEXTO PROVERBIAL

No texto proverbial, o verbo demite-se, de maneira significativa, do seu papel de instanciador temporal. Este facto explica-se através de um fenómeno peculiar à natureza virtual do enunciado proverbial: a sua não fixação quer a um contexto linguístico ou extralinguístico, quer a um contexto situacional. Mesmo quando integrado num contexto de comunicação, a sua estrutura, normalmente, não se altera, já que o mesmo se integra de modo parentético para justificar, criticar ou ilustrar asserções já expressas ou subentendidas:

“Ah, vocês não quiseram andar no chão de cu para o ar, sujeitos a levar um tiro, pois então não comem, lembrem-se do que dizia o outro, *quem não arrisca não petisca*⁶⁹” (E.C.: 106)

O verbo neste tipo de enunciado traduz sempre o mesmo valor aspectual e perde completamente o que, segundo muitos autores, mais o caracteriza: a localização temporal. Como considera Lopes (1992: 137) “(...) este tipo peculiar de texto se caracteriza pela ausência de referência temporal, responsável pela emergência do valor aspectual tradicionalmente designado por ‘gnómico’.”

Deste modo, os tempos verbais neles empregues descrevem sempre situações ou eventos válidos em todos os intervalos de tempo, ou seja, descentradas relativamente ao eixo do tempo as situações descritas são sempre verdadeiras. Não podemos ignorar o papel desempenhado nestes provérbios pelos advérbios “sempre” e “nunca”, já que são advérbios que apagam qualquer fronteira localizadora, contribuindo simultaneamente para o valor universal da predicação.

Como o provérbio existe independentemente de qualquer contexto, o seu conteúdo proposicional pode ser instanciado em qualquer intervalo de tempo, daí a sua inscrição em múltiplos e diversos contextos, pois as situações que descreve são situações-tipo, situações que contêm elementos indeterminados, quer no plano dos indivíduos, quer no plano da localização temporal e espacial.

Isto prende-se naturalmente com a origem metamórfica do provérbio que só nasce verdadeiramente não no acto da sua invenção, mas no moroso processo de absorção pela

⁶⁹ Destacado nosso.

comunidade que o legitima. Esta passagem de texto individual a texto anónimo e colectivo implica a perda de referencialidade. Os nomes perdem a capacidade de situar um único referente no real concreto e ganham a capacidade de representar um número ilimitado de possíveis referentes, desde que concentrem em sua natureza os mesmos semas. Daí poder falar-se no fenómeno de projecção imagética múltipla, pois o mesmo nome pode apontar para diferentes referentes consoante o contexto de utilização. No entanto, os referentes partilham um ou mais semas idênticos:

“É o senhor Escarlata que está a tocar, é bem verdade que *pelo dedo se conhece o gigante*, isto dizemos nós uma vez que existe o provérbio e vem a propósito” (M.C.: 225)

“Vamos ao outro lado da península, propôs Pedro Orce, nunca vi os Pirenéus, Também não os verá agora, metade deles ficou na Europa, lembrou José Anaiço, Não importa, *pelo dedo se conhece o gigante*. Festejavam a decisão” (M.C.: 246)

Do mesmo modo, o verbo perde a capacidade de situar um facto ou acontecimento num período de tempo específico e determinado e passa a exprimir o atemporal ou «universal» (ou gnómico), o que não tem qualquer relação com o tempo. Como “denominador de situações” (Anscombe, 1997: 52), o provérbio sobrevive desde que funcione como espelho de uma situação real. Desaparecida essa realidade descrita no provérbio, desaparece o provérbio⁷⁰.

Acrescente-se ainda que o mundo virtual em que vive o provérbio só se torna real, concreto, quando encontra um contexto linguístico que lhe é similar⁷¹, daí a inexistência de provérbios antagónicos e a permanente veracidade dos mesmos, pois só se empregam quando necessários, só ocorrem à mente e só se utilizam quando a realidade se assemelha ao conteúdo desses ditos:

⁷⁰ “(...) si las paremias denominam situaciones, deben tender a desaparecer cuando ya no se pueden presentar estas situaciones a las que correspondían. Incluso podemos prever que los refranes agrícolas y temporales serán los primeros en desaparecer, por razones evidentes. Pero hay más. Si nuestro mundo moderno se caracteriza a la vez por el abandono de ciertas estructuras sociales, y por la aparición de nuevas estructuras sociales, la tesis de la paremia como denominación de situaciones hace prever que también han de aparecer nuevas denominaciones, nuevas paremias” (Anscombe, 1997: 53).

⁷¹ Todo e qualquer provérbio sobrevive à voragem do Tempo, enquanto o seu conteúdo significativo encontrar referentes similares, ou seja, o mundo virtual que é descrito no provérbio é sempre válido e verdadeiro, enquanto espelho actualizado do mundo real. Desaparecido este mundo, desaparece o provérbio. Por exemplo, o provérbio agrícola está em vias de desaparecer, como muitos outros temas da cultura oral, não por se ter revelado falso no sentido de que só os provérbios verdadeiros são transmitidos, mas em virtude da regra da funcionalidade. Quando o provérbio deixa de ter uma função social, como é a de sugerir um modelo ou padrão de comportamento, deixa de ser usado. Continuam a ter um valor patrimonial, mas perdem o seu valor de veracidade e funcionalidade.

“ (...) e só a [doutrina] ouviram os fiéis que mais ao perto estavam, porém, se é certo que *o hábito não faz o monge*, faz sem dúvida a fé (...)”. (M.C.: 233.)

“Sim, observou o pai, aparentemente é assim, mas, ao contrário daquilo que geralmente se cria e sem pensar se afirmava, *o hábito faz realmente o monge*, a pessoa também é feita pela roupa que leva, poderá não se notar logo, mas é só dar tempo ao tempo” (A.C.: 282).

Assim se explica o facto de o provérbio nunca realizar uma referência temporal deictica ou anafórica. O provérbio nunca localiza temporalmente os estados de coisas descritos no intervalo de tempo da enunciação, como também nunca localiza os estados de coisas em função de um ponto de referência específico exterior à enunciação, uma data ou um evento determinado.

A ausência de uma referência temporal precisa explica a existência de uma estrutura sintáctico-semântica muito produtiva no universo paremiológico, já que constitui um caso paradigmático do ponto de vista da anulação do parâmetro tempo: a frase nominal bimembre (“*Casamento, apartamento*” [A.C.: 118]; “*Grande nau, grande tormenta*” [L.C.: 57-58]; “*Pão, pão, queijo, queijo*” [L.C.: 252]; “*Para grandes males, grandes remédios*” [M.C.: 223]).

Verifica-se, ainda, nos enunciados proverbiais uma predominância das formas simples sobre as compostas, precisamente porque a generalidade das formas simples, ao contrário das compostas, permitem uma leitura imperfectiva, durativa e atemporal do enunciado. Cunha (1975: 379 e 440 e seguintes), Bechara (1977: 111) e Dias (1970: 194-195) afirmam que os chamados tempos compostos exprimem a acção como acabada, concluída. Câmara Jr. (1974 b: 143) regista que Said Ali em *Dificuldades da Língua Portuguesa* afirma que estas formas indicam a “realização perfeita” (isto é conclusa) “até o presente, ou até determinado momento do passado ou do futuro”. Infere-se, deste modo, que a maioria das formas compostas não servem para exprimir a atemporalidade típica do texto proverbial. Said Ali (1971: 161-163) fala de aspecto imperfectivo para se referir à conjugação simples e de aspecto perfectivo para se referir à conjugação composta com o verbo TER e verbo principal no participípio. Vejamos:

1) Presente do Indicativo:

Forma simples: “As bebidas fortes *fazem* os homens fracos”

Forma composta: As bebidas fortes *estão a fazer* os homens fracos.

A conjugação de *estar + gerúndio* é imprópria para expressar as excelsas “vozes da sabedoria”, pois a mesma, como se verifica pelo exemplo anterior, é a enunciação da acção que se passa no momento em que se fala (presente) ou de que se fala (pretérito ou futuro, veja-se o exemplo seguinte), o que é totalmente incompatível com a natureza do predicado proverbial que se caracteriza por nunca realizar uma referência temporal déctica ou anafórica.

2) Futuro do Indicativo:

Forma simples: “Um doido *fará* cem”

Forma composta: Um doido *terá feito* cem (doidos)

3) Pretérito Perfeito do Indicativo

Forma simples: “A natureza *criou* os prazeres, o homem *criou* os excessos”

Forma composta: A natureza *tem criado* os prazeres, o homem *tem criado* os excessos.

Como podemos constatar, o pretérito perfeito composto exprime a repetição de um acto ou a sua continuidade até o presente da enunciação, o que é também incompatível com a natureza do predicado proverbial que, como já se referiu, nunca realiza uma referência temporal déctica ou anafórica.

Deduz-se, deste modo, que todas as formas verbais compostas que impliquem uma ancoragem temporal não têm existência nos enunciados proverbiais, a menos que um escritor deles se aproprie e os insira de forma criativa e completa na matéria ficcionada, como acontece em alguns passagens textuais dos romances saramaguianos:

Ex.: “(...) foi melhor **tê-lo feito** hoje do que guardar para amanhã” (*L.C.*: 255)

(cf. “Não deixes para amanhã o que podes fazer hoje”)

Nos enunciados proverbiais as formas finitas mais frequentes são as do presente, como podemos verificar através do *corpus* retirado de cinco romances de Saramago⁷² (*Memorial do Convento*, *Levantado do Chão*, *Jangada de Pedra*, *Ensaio sobre a Cegueira* e *A Caverna*):

- *A boda e a baptizado não vás sem ser convidado* (M.C.: 300) (18)⁷³
- *Água mole em pedra dura tanto dá até que fura* (J.P.: 135) (63)
- *A paciência é boa para a vista* (E.C.: 283) (43)
- *A palavras loucas, orelhas moucas* (AC.: 200) (44)
- *As aparências enganam* (J.P.: 249) (92)
- *Às três é de vez* (L.C.: 299) (96)
- *Até ao lavar dos cestos é vindima* (AC.: 117) (98)
- *Barco parado não faz viagem* (AC.: 152) (104)
- *Burro com fome cardos come* (L.C.: 225) (116)
- *Cada coisa no seu lugar* (AC.: 144) (121)
- *Cada um sabe de si e Deus de todos* (L.C.: 37) (125)
- *Cada qual com seu igual* (E.C.: 109) (122)
- *Candeia que vai adiante, alumia duas vezes* (E.C.: 90; L.C.: 92) (128)
- *Cão que ladra não morde* (J.P.: 179) (129)
- *Chapa ganha, chapa gasta* (J.P.: 256) (139)
- *Com o teu amo não jogues as peras, que ele fica com as maduras e dá-te as verdes* (AC.: 97; L.C.: 325) (147)
- *Casamento, apartamento* (AC.: 118) (133)
- *Conhece-te a ti mesmo* (AC.: 71) (153)
- *Corpo deitado aguenta muita fome* (AC.: 249) (155)
- *Dá Deus o frio conforme a roupa* (L.C.: 88) (161)
- *Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus* (L.C.: 354) (163)
- *Dar o dito por não dito* (AC.: 160; E.C.: 197) (165)
- *De noite todos os gatos são pardos*. (M.C.: 245) (42)
- *Deitar cedo e cedo erguer, dá saúde e faz crescer* (L.C.: 328) (175)
- *Deus castiga sem pau nem pedra*. (M.C.: 234) (180)

⁷² Apenas constam do *corpus* os provérbios que não sofreram alterações. No entanto, é de assinalar que a riqueza proverbial inerente à obra saramaguiana é muito mais ampla, pois abarca (re)criações múltiplas, como se poderá observar através do anexo I.

⁷³ Os segundos números de página apresentados correspondem aos números de página d' *O Grande Livro dos Provérbios* onde estão presentes os ditos referidos.

- *Diante das adversidades é que **se conhecem** os amigos (E.C.: 107)*
- *Erva ruim não a **cresta** a geada (L.C.: 149) (220)*
- *Filho **és**, pai serás, assim como fizeres, assim acharás. (AC.: 170; J.P.: 88) (236)*
- *Fui a casa da vizinha, envergonhei-me, voltei para a minha, remediei-me. (E.C.: 170)*
- *Gato escondido com o rabo de fora (AC.: 243) (243)*
- *Grande nau, grande tormenta (L.C.: 57-58) (245)*
- *Guarda o que não presta, encontrarás o que é preciso (E.C.: 273) (246)*
- ***Há** males que vêm por bem (J.P.: 255) (250)*
- *Homem perdido **não quer** conselhos (AC.: 169) (254)*
- *Homem prevenido **vale** por dois (AC.: 327) (254)*
- *Meu dito, meu feito (M.C.: 183) (296)*
- *Melhor um pássaro na mão que dois a voar (AC.: 169)*
- *Morra Marta, morra farta (L.C.: 77) (299)*
- *Morra Sansão e quantos aqui **estão** (L.C.: 325) (299)*
- *Na terra dos cegos quem **tem** um olho é rei (E.C.: 103) (313)*
- *Não **há** bem que sempre dure, nem mal que ature (E.C.: 123)*
- *O diabo nem sempre **está** atrás da porta (AC.: 322; E.C.: 193) (376)*
- *O que tem de ser **tem** muita força (AC.: 21) (298)*
- *Olhos que não **vêm**, coração que não **sente** (E.C.: 250)*
- *O hábito **faz** (realmente) o monge (AC.: 282) (380)*
- *O hábito **não faz** o monge (E.C.: 204; M.C.: 233) (380)*
- *O mal e o bem à face **vem** (M.C.: 285) (384)*
- *O sol quando **nasce** é para todos (M. C.: 27) (401)*
- *Olho vê, mão **pilha**. (M.C.: 20) (406)*
- *Os filhos da minha filha meus netos **são**, os do meu filho serão ou não (L.C.: 297) (411)*
- *O tempo tudo **cura** (AC.: 156) (402)*
- *Pão, pão, queijo, queijo (L.C.: 252) (423)*
- *Para grandes males, grandes remédios. (M.C.: 223) (425)*
- *Pelo dedo se **conhece** o gigante (J.P.: 246; M. C.: 225) (433)*
- *Perdido por dez, perdido por cem (AC.: 25) (436)*
- *Por bem fazer mal haver (J.P.: 281) (441)*

- *Primeiro de Agosto, primeiro de Inverno* (J.P.: 158) (450)
- *Quem corre de (por) gosto não cansa.* (E.C.: 165; M.C.: 224) (482)
- *Quem dá o pão dá a criação* (L.C.: 252) (483)
- *Quem dá o que tem, a mais não é obrigado* (L.C.: 161) (483)
- *Quem o seu não vê, o diabo o leva* (L.C.: 338) (512)
- *Quem não arrisca não petisca* (E.C.: 106) (502)
- *Quem parte e reparte e não fica com a melhor parte, ou é tolo, ou no partir não tem arte*” (E.C.: 103) (513)
- *Quem não tem cão caça com gato* (E.C.: 268) (507)
- *Quem sai aos seus não degenera* (L.C.: 67) (521)
- *Quem se deita sem ceia, toda a noite rabeia* (J.P.: 268) (522)
- *Quem te viu e quem te vê* (L.C.: 232) (527)
- *Quem tem boca vai a Roma* (L.C.: 310) (527)
- *Quem tem cuidados não dorme* (AC.: 203) (528)
- *Quem fala do barco quer embarcar* (AC.: 137) (491)
- *Querer é poder* (AC.: 71) (537)
- *Se queres conhecer o teu corpo abre o teu porco* (L.C.: 145) (557)
- *Tantas vezes vai o cântaro à fonte que (por fim) lá deixa a asa* (J.P.: 135) (572)
- *Três foi a conta que Deus fez* (L.C.: 285) (587)
- *Um por todos e todos por um* (E.C.: 205; J. P.: 247) (594)
- *Uma desgraça (um azar) nunca vem só* (AC.: 246; E.C.: 253; L.C.: 322; M. C.: 261) (596)
- *Uma mão lava a outra, as duas lavam o rosto*”. (M.C.: 91) (596)
- *Vale mais um toma do que dois te darei* (L.C.: 92) (634)
- *Vão-se os anéis e fiquem os dedos* (L.C.: 305) (601)

Da análise deste *corpus* pode-se inferir que o tempo mais abundante é, sem dúvida, a forma simples do presente do indicativo, seguido da frase nominal, onde é notória a ausência temporal. Apenas nos provérbios pluri-oracionais que expressam correlações entre situações-tipo, podemos encontrar uma ordenação temporal relativa entre elas.

Vejam-se os provérbios:

Enquanto bebe o amo espera o criado
Quando em casa não está o gato, folga o rato
Patrão fora, dia santo na loja
Após a tempestade vem a bonança
Depois do casamento vem o arrependimento
Responde o frade como canta o abade

Nestes enunciados proverbiais verificamos que a ordenação temporal entre estados-de-coisas se opera em termos de simultaneidade ou sobreposição (é o caso dos três primeiros exemplos) ou em termos de anterioridade/posterioridade (como demonstram os três últimos exemplos).

No *corpus* também são significativas as formas de imperativo, as formas nominais (infinitivo e particípio passado), o presente do conjuntivo e outros tempos que seguidamente analisaremos como o futuro e o pretérito perfeito.

No universo paremiológico, as formas menos frequentes são as do pretérito perfeito e do futuro, mas ainda mais raras são as do pretérito imperfeito e condicional (as duas últimas ausentes no *corpus* seleccionado). Quanto às formas nominais, as mesmas figuram no *corpus*, à excepção do gerúndio, verificando-se uma especial predilecção pelo infinitivo por se encontrar totalmente despido de valores temporais e traduzir pura e simplesmente a ideia do verbo.

Analisemos, então, mais pormenorizadamente o comportamento dos tempos verbais, começando pelo presente do indicativo, visto ser o tempo predilecto dos textos proverbiais, pois é o mais apto a perder a sua referência temporal. Como menciona Rocha (1995: 110): “ nos provérbios não cabem laços com o momento da enunciação, nem com o desenrolar de um processo num dado tempo, mas sim a projecção de um eterno presente, o presente das verdades duradouras, que sempre foram, são e serão, acima das contingências de espaço e tempo”. Todavia, nada impede que a genericidade dos textos proverbiais tenha lugar no passado ou no futuro, ainda que nestes casos a leitura gnómica seja facilitada, por vezes, pela presença de complementos adverbiais ou de sintagmas preposicionais.

No que diz respeito às construções proverbiais que contêm o tempo verbal no futuro, pretérito perfeito, imperfeito e condicional, elas abdicam, como se verificará, da sua função localizadora e ostentam as suas virtualidades modais e aspectuais⁷⁴.

⁷⁴ Relativamente aos valores modais, “o futuro, que ainda não existe mas pode vir a existir, tem afinidades com o potencial; o passado, que já não existe nem poderá vir a existir, tem afinidades com o irreal” (Fonseca, 1992: 195)

3.1.1. PRESENTE

O tempo gramatical ou “morfotaxe” “Presente”, ainda que assuma um valor deíctico por defeito, tanto pode referir tempos do passado e do futuro, como pode exprimir o atemporal⁷⁵:

“(…) e ainda a dona da pensão se esgoelava na soleira da porta contra a fera calada, que estas são as piores, a acreditar no ditado que diz, *Cão que ladra não morde*, é certo que este ainda não mordeu (...)” (J.P.: 179)

Para Nef (1986), citado por Lopes (1992: 141), só o presente descritivo directo (Ex: *Neste preciso momento, Silvino marca golo dando a vitória à sua equipa*), que na tipologia de Oliveira (2001: 53) corresponde ao presente actual ou sobreposto, pode considerar-se de facto deíctico, na medida em que é praticamente perfeita a coincidência entre o evento descrito e o intervalo da sua enunciação⁷⁶, ou seja, o presente só descreve um evento coincidente com o momento da enunciação se fizer parte de um discurso relatado ou então em frases performativas (Ex.: *Prometo que no Natal terás um presente*).

Com efeito, os diversos tipos de uso do presente põem em causa a definição deíctica do tempo presente, daí que Nef considere que é “forçoso abandonar uma concepção deíctica estrita deste tempo verbal”, redefinindo o presente ao dizer que “ele se caracteriza pela propriedade de localizar um evento num intervalo I que compreende o intervalo do acto de enunciação, Io, só excepcionalmente se verificando uma coincidência absoluta entre ambos.” (Lopes: 1992: 142).

Said Ali (1966: 310) também contesta uma concepção deíctica do tempo presente, chamando a atenção para a ausência de uma isocronização entre o intervalo de tempo da enunciação e o intervalo de tempo do evento, ou seja, não há uma equivalência temporal perfeita entre o tempo do evento e o tempo da enunciação. Ainda que possam coincidir

⁷⁵ Segundo alguns autores, a localização do presente relativamente ao momento da fala deverá ser repensada, pois “em certas situações, como a que apresenta o valor aspectual gnómico, a proposição expressa no Presente é verdade no momento da fala, mas também nos momentos precedentes e seguintes, ou seja não está temporalmente limitada ao momento da fala” (Oliveira, 2001: 38-39). O tempo verbal “presente” desde que integrado em frases proverbiais “nunca realiza uma referência temporal deíctica, pois nunca localiza temporalmente os estados de coisas descritos no intervalo de tempo que delimita a situação de enunciação; também não há localização de estados de coisas em função de um ponto de referência específico exterior à enunciação, uma data ou um evento determinado.”(Lopes, 1992: 143)

⁷⁶ Nef obliterou o uso deíctico do presente no caso dos performativos (*Prometo, Garanto*, etc.).

por momentos, para o autor aquele é sempre mais alargado do que este, daí que a coincidência entre ambos nunca seja absoluta.⁷⁷

Para uma maior clareza definicional do tempo presente, o autor desloca um pouco o eixo de análise para a categoria linguística aspecto (as duas noções são quase indissociáveis) e apresenta uma tipologia dos valores temporo-aspectuais do presente, fazendo alusão ao presente momentâneo, presente durativo e presente frequentativo⁷⁸.

Não se limitando a enunciar os valores aspectuais do tempo presente, também traça os diversos valores temporais desta “morfotaxe”. Discorre, assim, sobre o **presente-futuro**⁷⁹, presente que estabelece a certeza de ocorrência de um acontecimento futuro, do **presente-perfeito ou histórico**, aquele que desempenha funções próprias do pretérito ao assumir a narração de factos passados tornando-os mais vivos no espírito do ouvinte⁸⁰ e do **presente-atemporal**, presente das verdades eternas. Temos como exemplo do presente-futuro a asserção “Amanhã, *vou* aí”, do presente-perfeito ou histórico “O rei D. Sebastião *morre* na batalha de Alcácer Quibir” e do presente atemporal “*A paciência é boa para a vista*” (E.C.: 283).

⁷⁷ “1510. Quando empregamos o verbo no presente do indicativo, queremos significar que a acção se passa durante o tempo, breve ou longo, em que estamos falando ou discorrendo sobre o assunto. A noção do presente, claro é, não se há de limitar ao instante fugaz em que se profere o verbo. Qualquer acontecimento, qualquer acto, por muito breve que seja, tem duração mais longa. Não haveria enunciado sem a cognição e portanto sem a preexistência do facto; e, por outra parte, terminado o enunciado verbal, para o qual bastou um só segundo, o fato nem por isso deixará de perdurar ainda algum tempo. Por outras palavras, a forma do presente refere-se ao que começou no passado e terminará no futuro”.

⁷⁸ “Praticamente, porém, sempre que os momentos inicial e terminal não nos parecem muito afastados do instante da palavra, consideramos a expressão verbal como **presente momentâneo**.

1511. Em caso contrário, isto é, quando sabemos ou imaginamos que o ato ora em via de execução data de longo tempo e promete continuar por espaço igualmente longo ou indeterminado, classificaremos a expressão verbal como **presente durativo**. (...)

1512. Outra aplicação da mesma forma verbal é aquela a que chamaremos **presente frequentativo**. (...) consiste o fenómeno numa série de atos da mesma espécie que se repetem com intervalos mais ou menos longos. A forma do presente aqui significa que os ditos atos se efectuam em época mais ou menos longa, a qual abrange o momento de agora. Dada a intermitência, pode suceder que justamente este instante coincida com uma das pausas ou interrupções, falhando então o ato apesar da denominação de “tempo presente”. O presente frequentativo não se refere necessariamente ao que agora se está fazendo, e sim àquilo que se costuma fazer.” (Said Ali, 1966: 310)

⁷⁹ “Frequente, sobretudo em linguagem familiar, é o emprego do presente do indicativo para denotar ações que ainda estão por ser postas em efeito. Este **presente-futuro** tem sobre o futuro propriamente dito a vantagem de ser forma mais simples; é além disso bom recurso de linguagem para produzir impressão mais viva, pois que, expondo os sucessos vindouros, como se já fossem realidade actual, sugerimos no ouvinte a certeza do cumprimento e lhe faremos esquecer as contingências do futuro. Comparem-se “Amanhã vou à sua casa” e “Irei à sua casa”.

⁸⁰ “Atos pertencentes ao domínio do passado, e que portanto devem ter como forma de expressão o verbo no pretérito, enunciam-se às vezes por meio do verbo no presente. Resulta esta prática da consciência que temos de serem as imagens remotas um tanto apagadas em relação às actuais. Aproximá-las de nós e enquadrá-las no tempo presente terá por efeito impressão mais viva no espírito do ouvinte.” (Said Ali, 1966: 311)

Uma das características formais do tempo presente com valor temporal futuro é o constante acompanhamento de um advérbio ou locução adverbial temporal. Pode-se afirmar, então, que o Presente só marca posterioridade se acompanhado de um deíctico temporal, tal como só refere anterioridade se acompanhado de um elemento contextual que reenvie para o passado, o qual pode ser uma data ou outro elemento referencial.

Há também quem considere que o **uso do presente** ou do futuro do indicativo para exprimir a **noção temporal de futuro** depende, claro está, do registo linguístico (familiar ou padrão) ou da posição do locutor em relação à realização da acção verbal (Tláškal, 1984: 243)⁸¹.

Inferimos, deste modo, que o presente recobre múltiplos sentidos. Na verdade, o presente é a forma que recobre mais sentidos. Designa processos que ocorrem no momento da enunciação; processos cuja verdade é independente do tempo físico, isto é, processos permanentes ou habituais; processos perspectivados depois do momento da enunciação; processos perspectivados antes do momento da enunciação.

Quanto aos valores temporais e aspectuais do Presente do Indicativo há quem distinga (Oliveira, 2001: 62) o **tempo deíctico**, o que se relaciona com o tempo da enunciação (actual: *Hoje estás linda*; sobreposto: *Ronaldo passa a bola...*; futuro: *Ele vem amanhã*; passado: histórico – *Em 1500, Vasco da Gama descobre...*, narrativo – *Passa na rua um homem...*, discurso oral – *Chego a casa, encontro-o...*, título de notícia – *Teatro e dança: subsídios crescem menos*, imperfeito – *Se adivinho, não fazia o que fiz*), e o **tempo não deíctico**, o que perspectiva o modo do acontecer verbal (habitual (com eventos): *O João lê o jornal*; atemporal: verdades absolutas – *A terra gira à volta do sol*, definições – *Tinelo: vaso onde se põe a uva...*, frases genéricas – *A camada de ozono aquece com...*, provérbios – *Quem tudo quer, tudo perde*; outros: discurso indirecto livre: *Agora é tarde, pensou*, instrução: itinerário – *Sobes a rua direita... / receita – Bates as gemas...*, delicadeza: *Podes passar-me o sal?*). Neste caso, o tempo e o aspecto entrecruzam-se, não sendo fácil limitar as suas fronteiras.

⁸¹ “O indicativo presente representa uma forma periférica para a expressão do futuro sendo muito próxima do LOC o qual se serve muitas vezes dela para a sua própria predicação. Assim, ele pretende sublinhar a sua certeza subjectiva e a convicção da realização da acção futura. Do ponto de vista estilístico trata-se, pois, do português familiar. O emprego do indicativo presente no sentido do futuro informa sobre o nível linguístico familiar, sobre a predicação do LOC, acentuando, ao mesmo tempo, a certeza da realização da acção verbal. (...) Há também casos em que o LOC predicando-se ele mesmo, se serve do indicativo futuro, forma central do futuro. Várias interpretações são, pois, aceitáveis: ou se trata do português-padrão, ou do esforço do LOC de considerar a realização da acção verbal a uma certa distância, ou ainda do esforço do LOC em conseguir uma maior objectividade da acção verbal (...)”. (Tláškal, 1984: 243)

Na verdade, o tempo gramatical “presente” reveste-se de uma polivalência temporal superior a qualquer outro tempo gramatical já que é capaz de fornecer indicações temporais de simultaneidade, de anterioridade, de posterioridade e até de atemporalidade. Esta atemporalidade não é expressa unicamente pelo tempo “presente”, ainda que seja o tempo privilegiado. Os tempos gramaticais pretérito perfeito e futuro também veiculam essa noção temporal quando integrados em enunciados proverbiais: “Roma e Pavia não se *fizeram* num dia”; “Em todos os tempos os peixes grandes *comerão* os pequenos”.

Quando nos provérbios o verbo está explícito, o tempo verbal mais frequente é, sem dúvida, o **presente**⁸² do indicativo, desprovido de quaisquer marcas temporais visto que não permite uma ancoragem ou fixação a uma época ou tempo preciso. É o chamado “presente «universal» (ou gnómico), o que não tem qualquer relação com o tempo, o que é intemporal: o chamado presente sem tempo. (...)” (Vilela, 1995: 130). Muitos estudiosos aludiram a este valor aspecto-temporal do presente. Por exemplo, Melo (1979: 162) refere que o presente “Também exprime o que não pertence a uma época ou tempo determinado, mas pode dar-se ou deve dar-se sempre que oportuno: *menino educado não lê as cartas alheias; cede-se o melhor lugar às senhoras; quem cospe pr’o céu na cara lhe cai (provérbio).*” Óscar Lopes intitula-o mesmo de “presente genérico” e ainda de “presente eterno”⁸³. Trata-se de um presente desprovido de valores temporais. Este tipo de presente não se opõe ao passado, porque estamos perante o que G. Serbat chama de “tempo indiviso”⁸⁴. É um tempo suspenso no tempo e no espaço. De facto, a situação ou o estado de coisas descrito no provérbio não se localiza no tempo: o presente gnómico é utilizado para enunciar verdades eternas, atemporais, de carácter geral e permanente⁸⁵:

⁸² Trata-se do presente gnómico ou permanente (sinóptico, global) que figura em enunciados de carácter genérico.

⁸³ Segundo o autor ressalta de frases como *As aves são ovíparas*: “(...) considera-se que o presente eterno dessa frase se infere de uma dada definição intemporal de ave; ora uma definição é válida para todos os tempos” (Lopes, 1985: 131).

⁸⁴ G. Serbat (1988 : 21): «cette plage calme où le temps reste indivis, où son cours semble suspendu».

⁸⁵ Como afirma Mateus (1989: 93): “(...) não existe, em rigor, localização temporal do estado de coisas descrito. Esta é a *variante extrema do valor aspectual gnómico*, que ocorre caracteristicamente em enunciados exprimindo «verdades» científicas ou ideológicas e em enunciados definitórios; tanto uns como outros são supostos descrever estados de coisas a que é atribuído o estatuto de verdades atemporais e eternas”

“O dogue completava a visão encantadora, que a alguns pareceu sonho, a outros sinal de mudança de vida, não sabem uns e outros que vão ali apenas dois malvados ladrões de cavalos, é bem verdade que *as aparências enganam*⁸⁶ (...)” (J.P.: 249)

Não se trata, como é óbvio, das verdades *a priori* que encontramos nas frases analíticas, nem de verdades de natureza científica, mas sim de «verdades» tidas como tal pela comunidade, de crenças que configuram a sabedoria tradicional e alicerçam o senso comum. Segundo Radefeldt (1984: 217) “Na predicação complexa do provérbio cabe ao predicado (...) este *presente gnómico*, na medida em que ele torna dinamicamente correlacionável o enunciado do provérbio com qualquer momento possível da enunciação e com o contexto da sua utilização.”

O tempo presente nunca realiza no provérbio uma referência temporal deíctica, pois o momento da enunciação do provérbio nunca corresponde ao momento do evento ou situação nele descrito. O presente atemporal ou gnómico nunca circunscrevendo uma localização no eixo do tempo, situa o estado de coisas descrito num intervalo de tempo aberto, cujas balizas não são definidas permitindo a sua dilatação *ad infinitum*, nos dois sentidos da linha do tempo. Com efeito, uma verdade proverbial como “*As aparências enganam*” não se circunscreve a uma época ou momento preciso, daí a sua validade omnitemporal⁸⁷. A asserção foi verdadeira no presente de nossos avós, continua a ser verdadeira nos tempos de hoje e permanecerá verdadeira na futuridade.

Talvez se possa admitir, então, que é a categoria linguística “aspecto” que permite explicar a presença copiosa desta “morfolaxe” nos textos proverbiais, pois “Dada a possibilidade das acepções durativa e frequentativa, natural é que se digam no tempo presente todas as proposições consignadoras de fatos reputados verdadeiros em qualquer época ou que costumam repetir-se e verificar-se sempre da mesma maneira, como sucede com os provérbios, aforismos, teoremas, princípios ou leis gerais da ciência, etc.” (Said Ali, 1966: 311).

Assim se explica o facto de em alguns provérbios de sabor oral como *Amanhã, amanhã, o carneiro perde a lã; Amanhã é um novo dia; Amanhã jejua o preto: inda bem que não é hoje*, o verbo se manter no presente apesar da presença do deíctico temporal “amanhã” que remete para a noção de tempo futuro. Tal facto deve-se,

⁸⁶ Destacado nosso.

⁸⁷ Lopes (1992: 145) fala-nos do efeito de omnitemporalidade desencadeado nos provérbios pela ausência de localização temporal.

naturalmente, à natureza essencialmente modal do tempo futuro. O locutor opta pelo emprego do presente para imprimir ao enunciado um carácter certo e verdadeiro, visto que ao empregar o futuro o enunciado ganharia uma tonalidade incerta e duvidosa. Ainda em relação ao advérbio temporal “Amanhã”, importa salientar que o mesmo não demarca um intervalo de tempo preciso, dada a ausência de um contexto linguístico determinado. O advérbio “Amanhã” assinala somente que o estado de coisas descrito ocorrerá numa dimensão futura incerta, podendo-se estender *ad infinitum* na linha do tempo. Muitos outros adjuntos adverbiais que ocorrem em provérbios retratam enquadramentos temporais-tipo. Exemplificando: “De noite, todos os gatos são pardos”, “De véspera, todos madrugam”, os adjuntos adverbiais “De noite”, “De véspera” não estabelecem uma localização temporal deíctica, precisamente porque falta um contexto linguístico que especifique a sua determinação temporal. Em contexto proverbial, estes adjuntos adverbiais ganham outra dimensão temporo-aspectual, já que passam a traduzir situações temporais durativas: por exemplo, “todos os gatos são pardos” sempre que se manifesta o estado natural “ser de noite”.

3.1.2. FUTURO

“(...) o futuro é uma coisa que existindo nunca chega a haver” (Mia Couto, *M.M.Q.*: 10)

Quanto ao tempo gramatical **futuro** é também ponto assente que o mesmo ostenta nitidamente um valor modal, mais produtivo e frequente que o valor temporal do mesmo: “Muito mais frequentes que o valor temporal do futuro são os seus empregos modais, ou sejam aqueles em que não se trata já de situar um acontecimento em determinado momento do porvir, em oposição ao passado, mas sim de exprimir as disposições íntimas do indivíduo que fala, ou certos cambiantes de sentido”(Boléo, 1965: 96). Afirma ainda o autor (1965: 95) que “(...) o futuro, como tempo verbal, tem um emprego bastante restrito na linguagem da conversação, em especial na do povo. Há até povoações em que o futuro, com essa função, desapareceu quase por completo do uso corrente, sendo substituído pelo presente do indicativo ou por perífrases verbais (...)”.

Na verdade, a existência de um futuro categoricamente temporal realizou-se tardiamente como uma elaboração da língua culta, que ainda hoje dificilmente encontra guarida na língua coloquial. Daí que se exprimam no presente os factos vindouros em que não há uma tonalidade modal, como ilustram enunciados típicos do registo coloquial: “Vou amanhã”. Este facto está associado muito provavelmente à origem desta “morfofaxe”, pois “Ao contrário do latim clássico, o latim vulgar não propiciava o uso do futuro. A concepção de um futuro, em termos temporais escritos, não é própria, de maneira geral, do uso coloquial de qualquer língua. O seu advento resulta de uma elaboração secundária, de ordem puramente intelectual e o emprego de um tempo futuro, rigorosamente dito, depende de condições especiais de comunicação linguística, quando pautada mais por um raciocínio objectivo do que por um impulso comunicativo espontâneo. Para este, a noção de futuro está intimamente associada à dúvida, ao desejo, à imposição da vontade e funciona a rigor na categoria de modo.” (Câmara, 1979 a: 128).

A dualidade modo-tempo que o futuro tem manifestado ao longo dos tempos já foi detectada por muitos estudiosos da língua. Sobre esta particularidade da «morfofaxe» futuro, revela Barbosa (1862: 140) que “O tempo futuro ou vindouro, toda

a existência quer começada, quer continuada, quer acabada, dos seres que lhe hão de seguir; e bem assim, por ordem a todos os tempos, a existência meramente possível das coisas que nunca existiram nem hão de existir, mas que poderiam existir, dada certa hipótese”. Com efeito, S. Barbosa considera que o Futuro pode ser a “existência (...) dos seres que lhe hão de seguir” e nesse caso é um tempo ou a “existência (...) possível das coisas (...) dada certa hipótese”, constituindo neste caso um modo ou revelando um comportamento modal. Este comportamento modal é notório nas frases proverbiais que primam pela ausência de referência temporal precisa.

A «morfotaxe» futuro, enquanto expressão de um tempo, expressa privilegiadamente um tempo posterior ao presente, mas os empregos temporais do futuro não se restringem à indicação de que um facto ocorrerá num momento posterior ao intervalo de tempo da enunciação. Com efeito, o mesmo é empregue também para enunciar factos que pertencem ao domínio da actualidade, mas que são dados como vagos e incertos⁸⁸: *O restaurante ficará a dez quilómetros daqui; A esta hora, ele irá a caminho da escola.*

Retornando ao valor modal do futuro, diremos que o futuro não só expressa a dúvida e a incerteza do falante sobre factos ou sucessos próprios do tempo presente, como também assume funções próprias do modo imperativo quando usado na 2ª pessoa do singular ou do plural. Said Ali⁸⁹ (1966: 317) fala em “função imperativa ou compulsiva do futuro”, acrescentando que o “futuro compulsivo” pode ser categórico ou sugestivo.⁹⁰

⁸⁸ Said Ali (1966: 317) refere-se à bipolaridade temporal do futuro do seguinte modo: “O futuro é a forma verbal apropriada para significar que certo acontecimento, inexistente na época em que se fala ou de que se fala, se há de efetuar, em todo o caso, mais tarde. A linguagem porém não restringe o emprego do futuro somente a este carácter narrativo, profético ou anunciativo. Serve-se também da mesma forma verbal artificialmente, referindo-se a fatos ou intenções que se passam na actualidade, mas que convém expor como se pertencessem ao domínio vago e indefinido do porvir”.

⁸⁹ Para além de Said Ali, Paiva Boléo (1965) dedicou uma atenção especial aos valores temporais e modais do futuro no seu estudo intitulado: “Os Valores Temporais e Modais do futuro imperfeito e do futuro perifrástico em Português”.

⁹⁰ “O tipo categórico exprime uma ordem dada no tempo presente, contando-se que será cumprida. É linguagem mais enérgica que o modo imperativo, pois que não faz o mínimo caso da vontade do indivíduo com quem se fala. São deste teor as determinações e mandamentos do *Antigo Testamento*: (...) Honrarás a teu pai e a tua mãe – Não matarás – Não furtarás, (...)”

1546. Nas disposições de leis em geral e nas cláusulas contratuais definem-se as obrigações, dando aos respectivos verbos a forma do futuro na 3ª pessoa. (...)

1547. O futuro sugestivo é outro substituto do imperativo (...) o indivíduo (...) ao servir-se do futuro sugestivo, procurará provocar em outrem apenas o sentimento da necessidade de pôr em efeito aquilo que deseja ver praticado. A forma do futuro neste caso tem sobre o imperativo comum a vantagem de dar a perceber que se conta com a realização vindoura da ação, que esta realização é quase uma profecia, mas que não se entende senão como simples conselho, pedido ou sugestão. É um estratagema de

Infere-se, deste modo, que o futuro não exprime só futuridade, mas, e sobretudo, determinada atitude de espírito pelo que já houve quem constatasse a existência de diversos valores modais, mais precisamente de seis valores modais (Boléo (1965: 96-99). Boléo fala-nos de um futuro “concessivo” que exprime concessão (a personagem concede que está desvairada, embora no íntimo não esteja disso convencida), de um futuro “dubitativo” que traduz uma hipótese ou dúvida, de um futuro “aproximativo”, intimamente relacionado com o anterior, de um futuro de desdém ou de enfado, outro de modéstia ou cortesia e, finalmente, de um futuro “intimativo” ou de obrigação moral que equivale a um autêntico imperativo.

A natureza essencialmente modal do futuro deve-se à sua própria natureza e à sua origem (em Latim, evolui de um optativo que, nalguns casos, também deu o conjuntivo – modo da não-actualidade – o que faz com que em certas construções sintácticas, este seja utilizado para exprimir futuridade). Quanto à sua natureza, o futuro é, como observa Vendryes (*apud* Boléo, 1965: 99), um tempo «éminemment subjectif. Quand nous exprimons l'idée qu'une action se produira à tel moment de l'avenir, ce n'est généralement pas à la considération objective de l'accomplissement de l'action que s'arrête notre pensée ; presque toujours nous indiquons en même temps les dispositions dans lesquelles nous nous trouvons actuellement par rapport à cette action future. » Ao contrário do pretérito, tempo objetivo, «le futur s'accompagne de tous les mystères de l'éventualité, et il laisse place à mille sentiments d'attente, de désir, de crainte, d'espérance» (Boléo, 1965 : 99). Sabendo-se que o futuro é não-factual, torna-se fácil compreender a sua natureza eminentemente subjectiva visto que supõe a abertura para mundos ou histórias possíveis, dos quais o locutor escolhe um, sob qualquer critério preferencial, revelando assim a sua intenção, a sua disposição, o seu plano, a predeterminação dentro de uma relação de causa e efeito elaborada, por vezes, com base em conhecimentos experienciais ou outros.

A expressão de futuridade não se resume à utilização desta forma gramatical. O Português, tal como outras línguas, possui outras formas de expressar futuridade não só através de advérbios e expressões adverbiais, como também de formas analíticas construídas com auxiliar (ex.: ir+infinitivo e outras) que de momento não abordaremos.

linguagem, pois intimamente esperamos que o indivíduo a quem nos dirigimos, sugestionado por nossas palavras, não optará resistência ao cumprimento da nossa vontade.” (Said Ali, 1966: 318)

O tempo gramatical “futuro” nunca exprime no texto proverbial a posterioridade do intervalo de tempo ocupado pelo estado de coisas descrito relativamente ao intervalo de tempo da enunciação. Mais do que projectar intervalos de tempo posteriores, ainda que indeterminados, o futuro nos provérbios prima por apresentar mundos ou estados de coisas possíveis e prováveis:

“Não era a mulher do médico particularmente dada à mania predicativa dos provérbios, em todo o caso, algo dessas ciências antigas lhe devia ter ficado na lembrança, a prova foi ter enchido de feijões e gravações dois dos sacos de plástico que levavam, *Guarda o que não presta, encontrarás o que é preciso*, dissera-lhe uma avó (...)” (E.C.: 273)

Nas frases parémicas privilegia-se a forma do futuro simples dada a natureza modal da mesma, ou seja, a forma do futuro simples está pouco relacionada com a expressão de tempo. Por exemplo, no provérbio “Guarda o que não presta, encontrarás o que é preciso”, a expressão “encontrarás o que é preciso” será um facto se...Esta condicional implícita parece estar presente em todas as frases proverbiais com futuro simples.

É graças à não factualidade inerente ao tempo “futuro”, criadora de mundos ou histórias possíveis, que a parte mais colossal dos provérbios que contém futuro expressa tão só a possível existência das coisas ou factos dada certa hipótese⁹¹. Assim a frase proverbial: “Encosta-te a boa árvore e gozarás de boa sombra”, mediante certa hipótese: “se te encostares a boa árvore” oferece a possibilidade: “gozarás de boa sombra”, o mesmo será dizer, “gozar de boa sombra é possível se...”. Pode-se advogar, então, que a morfotaxe “futuro” por não ser factual e por ser um lugar da não-certeza aproxima-se de um modo. Torna-se assim evidente que este tempo-modo ocorre muito proficuamente nos provérbios que descrevem uma correlação fixa entre tipos de situação: “Filho és, pai serás, assim como fizeres, assim acharás”. (J. P.: 88); “Casa-te e verás: perdes o sono e mal dormirás”; “Anda quente, viverás longamente”, etc. A correlação “se p então q” ou “q se p” equivale à formulação de uma lei válida em todos os momentos do tempo.

Induz-se, então, que a grande fatia dos provérbios que contêm a forma de futuro, antecedida por uma forma de presente, podem ser parafraseados por construções

⁹¹ Relembremos a definição do tempo “futuro” de Barbosa (1862: 140): “O tempo futuro ou vindouro, toda a existência quer começada, quer continuada, quer acabada, dos seres que lhe hão de seguir; e bem assim, por ordem a todos os tempos, a existência meramente possível das coisas que nunca existiram nem hão de existir, mas que poderiam existir, dada certa hipótese”.

condicionais genéricas, que expressam correlações atemporais entre situações hipotéticas: ‘se filho és, pai serás’; ‘se andares quente, viverás longamente’. Na paráfrase, tanto o futuro do conjuntivo como o futuro do indicativo comportam um valor modal de não-factualidade.

Quando o futuro ocorre com valor temporal de acção futura, esta acção não é referente a um tempo preciso, mas tão somente a uma futuridade com um valor epistémico de alta probabilidade (“A velho *chegarás* e de lá não *passarás*”), ainda que temporalmente impreciso e intemporal (“*Em todos os tempos* os peixes grandes *comerão* os pequenos”). Não se estranhe, pois, a existência de provérbios com adjuntos adverbiais portadores de uma temporalidade muito indefinida e imprecisa: “*Alguma hora* a minha pereira terá peras”, “*Algum dia* será festa da nossa terra”.

Embora apresente uma frequência reduzida, o futuro “dubitativo”, indicador de dúvida e hipótese, figura também no universo dos textos proverbiais. Torna-se evidente que se trata de um futuro modal que expressa uma dúvida ou hipótese válida em todos os intervalos de tempo: “Filhos de minha filha meus netos são; filhos de meu filho meus netos **serão** ou não.” (L.C.: 297).

É imperioso vincar que o futuro simples que ocorre nos provérbios tem, pois, um valor fortemente modal já que não localiza o estado de coisas descrito num intervalo de tempo posterior ao acto da enunciação, mas apenas marca a possibilidade de ocorrência de uma situação, desde que se verifiquem as condições expressas. No entanto, também o futuro perifrástico frequente nos provérbios não deixa de ostentar mais um valor modal do que temporal. É o caso do futuro dito profético, presente na frase proverbial: “Quem ceia e se vai deitar, má noite **há-de passar**”. Este e outros provérbios que comportam o verbo modal ‘haver de’ exprimem um valor epistémico de alta probabilidade. Estamos perante uma construção que tem subjacente um nexó condicional: ‘se x ceiar e for (logo) deitar, então é muito provável que x passe uma má noite’. Correlacionam-se situações-tipo, estabelecendo-se entre elas um nexó de causa-efeito. De facto, parece muito plausível a afirmação de Barwise segundo a qual “muito do que nós sabemos acerca do mundo, e como actuar nele, é local, ou condicional, na medida em que sabemos como as coisas funcionam desde que certas condições tenham lugar” (1986: 29).

No entanto, o futuro simples não opera somente no domínio da possibilidade, mas também no domínio do necessário. Neste último caso, considera-se o curso normal dos acontecimentos de acordo com leis naturais (“Um doido *fará* cem”; “Um doido *fará* um cento de iguais”) ou determina-se certos comportamentos de acordo com leis sociais-

éticas (“Aonde fores ter *farás* (faz) como vires fazer”). Assim se justifica o facto de o tempo-modo futuro funcionar também como substituto do modo imperativo. Esta função “imperativa ou compulsiva”⁹² é dada pela 2ª pessoa do singular ou do plural.

No nosso adagiário figuram provérbios que ostentam tanto um futuro “categórico”, como um futuro “sugestivo”. É exemplo do futuro categórico⁹³ a forma verbal do provérbio: “Não *farás* horto em sombra, nem casa a par de ribeira”⁹⁴. Note-se que a forma verbal destacada pode ser perfeitamente comutada pelo imperativo presente: *Não faças horto em sombra, nem casa a par de ribeira*.

É a própria riqueza das variantes proverbiais que comprova como o futuro do indicativo tem o mesmo valor modal do imperativo. Vejamos alguns exemplos:

(1a) *A casa da tua tia não irás cada dia* (futuro do indicativo)

(1b) *A casa da tua tia não vás todo o dia* (imperativo negativo)

(2a) *A casa de amigo rico não vás sem ser requerido, mas à casa do necessitado vai sem ser chamado* (imperativo negativo)

(2b) *A casa do amigo rico irás sendo requerido e a casa do necessitado sem ser chamado*. (futuro do indicativo)

(3a) *Aonde fores ter farás como vires fazer* (futuro do indicativo)

(3b) *Aonde fores viver faz o que vires fazer* (imperativo)

Também o futuro sugestivo é outro dos substitutos do imperativo: *Quando a Lua minguar nada há-de (deves) semear*. Enquanto que por meio do futuro categórico o falante “quer fazer sentir que tem autoridade e está disposto a prevalecer-se dela em caso de desobediência, ao servir-se do futuro sugestivo, procurará, pelo contrário, provocar em outrem apenas o sentimento da necessidade de pôr em efeito aquilo que deseja ver praticado” (Ali, 1966: 318). No entanto, a injunção está presente tanto nas asserções que contêm um futuro categórico como naquelas que contêm um futuro sugestivo.

⁹² Far-se-á uso de alguma terminologia empregue por Boléo (1965) no seu estudo: “Os valores temporais e modais do futuro imperfeito e do futuro perifrástico em Português”.

⁹³ “O tipo categórico exprime uma ordem dada no tempo presente, contando-se que será cumprida. É linguagem mais enérgica que o modo imperativo, pois que não faz o mínimo caso da vontade do indivíduo com quem se fala.” (Ali, 1966: 317).

⁹⁴ Machado, 1998: 323.

3.1.3. PRETÉRITO PERFEITO SIMPLES E PRETÉRITO IMPERFEITO

Segue-se a tarefa de descortinar os valores modais e temporo-aspectuais do pretérito perfeito e imperfeito.

De um modo geral, o pretérito perfeito e imperfeito são considerados como tempos do passado que se diferenciam apenas por matizes aspectuais. Enquanto o pretérito perfeito simples refere um facto do passado concluído, o pretérito imperfeito designa um facto do passado inacabado, inconcluído. No entanto, contrariamente ao que é comum afirmar-se, as diferenças não são apenas de ordem aspectual, mas também temporal e/ou modal, pois estes tempos não expressam somente anterioridade, mas também simultaneidade, posterioridade e até atemporalidade. Do imperfeito dizem ainda alguns estudiosos que “o estudo do IMPF não pode (...) resumir-se aos seus usos temporais” (Matos, 1996: 435). Cunha e Cintra⁹⁵ (1991: 450-451), partilhando da mesma opinião, listam uma série de usos que vão desde os valores temporo-aspectuais até outros que têm a ver com fenómenos de natureza pragmática⁹⁶.

Sublinhe-se que a futuridade expressa pelo imperfeito socorre-se de outros elementos contextuais, pois a forma pura e simples assume, por defeito, o valor básico de passado. No enunciado: *Ele garantiu que amanhã me pagava o vencimento*. É o advérbio temporal “amanhã” que empresta ao imperfeito o valor temporal de futuro, pois bastava mudar o advérbio para adquirir logo outro valor temporal. Assim: *Ele garantiu que hoje me pagava o vencimento*. Do mesmo modo, no enunciado *O Pedro decidiu ontem que dentro de uma semana dizia aos pais que ia casar* estamos perante a utilização do imperfeito com uma leitura de posterioridade em relação ao tempo da

⁹⁵ Segundo Cunha e Cintra o Imperfeito tem como valor fundamental “designar um facto passado mas não concluído”, contudo não se descarta outros empregos temporais, aspectuais e modais do imperfeito. Vejamos: **a)** quando, pelo pensamento, nos transportamos a uma época passada e descrevemos o que então era presente: *Naquele tempo, fazia longas caminhadas.*; **b)** para indicar, entre acções simultâneas, a que se estava processando quando sobreveio a outra: *Quando chegou o irmão, o João cozinhava*; **c)** para denotar uma acção passada habitual ou repetida (imperfeito frequentativo): *Todos os dias a mãe levava a filha à escola*; **d)** para designar factos passados concebidos como contínuos ou permanentes: *Quando era criança, ia sempre à missa*; **e)** pelo futuro do pretérito, para denotar um facto que seria consequência certa e imediata de outro, que não ocorreu, ou não poderia ocorrer: *Se a inveja fosse coxa, toda a gente andava de muletas*; **f)** pelo presente do indicativo, como forma de polidez para atenuar uma afirmação ou um pedido (imperfeito de cortesia): *Queria um sumo, por favor*; **g)** para situar vagamente no tempo contos, lendas, fábulas, etc. (caso em que se usa o imperfeito do verbo *ser*, com sentido existencial”): *Era uma vez um rei muito mau...*

⁹⁶ O imperfeito de cortesia é um dos fenómenos pragmáticos de grande interesse no estudo do Imperfeito.

enunciação bastante claro em virtude dos adverbiais explícitos (“dentro de uma semana”). Já no enunciado *Antes o Manuel dizia muitas mentiras*, o imperfeito assume o seu valor temporal prototípico: o de passado. Isto evidencia que o imperfeito é ambíguo entre passado e futuro, o que na opinião de alguns estudiosos parece constituir uma das razões por que em certos contextos o imperfeito pode ocorrer em vez do condicional (Fonseca, 1998: 425). No entanto, apesar de em certos contextos o imperfeito permitir uma projecção para o futuro, ela é limitada.

Deve também notar-se que a não assumpção de um valor temporal de passado pelo imperfeito prende-se naturalmente com os usos modais do imperfeito. Matos (1996: 471) refere dois valores básicos de modulação discursiva: o *hipocorístico* (ex.: imperfeito de cortesia) e o de *expectativa* (ex.: imperfeito de planificação, de iminência e desiderativos). Assim, o “imperfeito de delicadeza ou cortesia”, também designado por Weinrich de Imperfeito de modéstia, discrição ou timidez, mostra como o modo pode estar intimamente ligado ao tempo. Traduzindo pura e simplesmente um presente momentâneo e actual, o imperfeito no enunciado “*Desejava* um daqueles, por favor.”, revela um valor atenuativo ao criar uma distância que não é temporal mas transposta para o espaço da inter-subjectividade. P. Imbs (1960: 98) vai ao ponto de afirmar genericamente que “L’imparfait modal est un présent”. A forma verbal imperfeita do enunciado “*Quería* um café, por favor”, substitui a forma menos elegante do presente do indicativo: “*Quero* (agora, neste momento) um café, por favor”.

Note-se ainda que o Imperfeito pode funcionar quer como marca do passado quer como marca da ficção (Fonseca: 1992). Este tempo verbal tem um emprego muito característico no discurso lúdico infantil: “*Agora era de noite, aqui era a floresta, eu e tu éramos dois meninos que se tinham perdido...*”. Graças ao efeito de ficção produzido pelo simples uso dos tempos inactuais⁹⁷ (essencialmente, o imperfeito e o condicional), «agora» é e não é agora, «aqui» é e não é aqui, «eu» e «tu» são e não são «eu» e «tu»: fundem-se um mundo real e um mundo (im)possível. Esta fórmula económica só é usada pelas crianças, que parecem saber tirar um partido máximo das virtualidades modais que a não ancoragem directa na enunciação confere aos tempos inactuais.

⁹⁷As propostas de B. Pottier e E. Coseriu apontam como aspecto básico da estrutura temporal/modal a oposição entre um plano actual e um plano inactual centrados à volta do presente e do imperfeito. Uma hipótese a aproximar destas é a de P. Imbs (1960) que distingue e caracteriza dois subsistemas temporais – o do «agora» e o do «então».

Diremos mesmo que tanto o imperfeito de delicadeza como o imperfeito fictivo (o que não está directamente ancorado na situação de enunciação) traduzem essencialmente um presente. No enunciado: “Eu *era* o polícia e tu *eras* o ladrão” há a fusão de dois presentes: um presente real e um presente fictivo.

Ao usarmos os tempos inactuais, podemos referir «mundos possíveis» alternativos no próprio presente, o que se verifica, por exemplo, em empregos modais do imperfeito que pode funcionar, em alguns casos, como um contrafactual presente: *Que belo mergulho eu dava agora...* Este valor contrafactual pode ser explorado ironicamente: Era só o que me *faltava* agora!

Conclui-se, assim, que embora o pretérito perfeito e imperfeito assumam, por defeito, um valor temporal de passado, estes dois tempos, condicionados pelo contexto, podem cobrir-se de outros sentidos temporais⁹⁸.

Porém, as grandes distinções que se processam entre o pretérito imperfeito e o pretérito perfeito simples não são de ordem temporal, mas aspectual. Assim, por um lado, o pretérito perfeito simples exprime o facto passado não habitual enquanto o pretérito imperfeito denota o habitual (O *Zé foi* ao teatro com os pais; Todos os meses o *Zé ia* ao teatro com os pais), por outro o pretérito perfeito indica a acção momentânea, pontual, definida no tempo ao contrário do pretérito imperfeito que exprime a acção durativa não limitada no tempo.

No entanto, há enunciados que funcionam como contra-exemplos destas afirmações, pois há que considerar que o valor aspectual que os pretéritos assumem por defeito pode sofrer alterações em determinados contextos discursivos. Por exemplo, no enunciado *A Maria sempre soube da doença fatal de sua mãe* o pretérito por influência do adjunto adverbial *sempre* não traduz aspecto pontual, mas durativo. Como este, existem muitos outros exemplos.

Tanto o pretérito imperfeito como o “pretérito perfeito” quando figuram nos provérbios pouco têm de temporal, pois não traduzem a anterioridade do intervalo de tempo que contém o estado de coisas descrito⁹⁹. Consideramos que uma resposta

⁹⁸ “Si nous faisons un bilan des valeurs temporelles de l'imparfait, nous constatons qu'il peut s'appliquer, selon les cas, au **passé**, au **présent**, au **futur** et même à l'**éternité**. Ses valeurs modales, également, sont très différents puisqu'il exprime aussi bien une réalité passée, qu'un événement réalisable ou irréalisable dans l'avenir. Mais ce qui reste **invariant**, au travers de toutes ces variations *temporelles et modales*, c'est sa **valeur aspectuelle** constante d'**inaccompli** qui nous donne une vision sécante et partielle des faits, des événements ou des états » (Almeida, 1998 :16)

⁹⁹ Como postula E. Almeida (2002: 97): “Quando o *perfectum* figura nos provérbios não perde o seu valor aspectual de *acabado*, mas, em contrapartida, perde o valor temporal de passado.”

minimamente satisfatória para o uso do pretérito perfeito e do pretérito imperfeito no texto proverbial passa pela ausência de um contexto linguístico específico que permita uma ancoragem no tempo prevalecendo o ponto de vista do enunciador (modo) e o modo de ser da acção (aspecto), ou seja, os tempos perdem o seu estatuto de expressões referenciais e ostentam as suas potencialidades modais e aspectuais.

Nos provérbios “Três **foi** a conta que Deus **fez**” (L.C.: 285); “A água **correu sempre** para o mar”; “À fiandeira laboriosa **nunca faltou** pano para camisas”; “A fome e o frio **nunca criaram** infante”, torna-se claro que o valor do pretérito perfeito é sobretudo de ordem aspectual, pois o facto é apresentado como verdadeiro no passado e em todos os intervalos de tempo posteriores.

Dada a anulação do parâmetro de tempo pretérito e do valor aspectual pontual pelos advérbios “sempre” e “nunca”, é natural que sobressaia o aspecto gnómico e atemporal das asserções. Lopes (1992: 148) justifica, em parte, a existência paradoxal do pretérito perfeito nos provérbios através da análise das implicaturas desencadeadas pelos tempos verbais, pois o pretérito perfeito implica uma existência passada, já não existente no presente. No entanto, nos provérbios os advérbios “sempre” e “nunca” cancelam essa implicatura e desencadeiam uma leitura intemporal dos factos ocorridos. É por isso que não oferecem leituras opostas, mas similares, os provérbios que contêm o verbo quer no presente, quer no pretérito perfeito:

A água corre sempre para o mar.

A água correu sempre para o mar.

A gastador nunca falta (faltou) que gastar, nem a jogador que jogar.

Água o dá, água o leva.

Água o deu, água o levou.

O pretérito perfeito, à semelhança dos outros tempos, serve também para descrever situações-tipo como: “A culpa **ficou** solteira”; “A cutia **ficou** sem rabo de tanto cumprimentar”. Ainda que nestes provérbios não haja os advérbios “sempre” ou “nunca” a libertar o evento ou situação descrita das amarras do passado, a validade do mesmo é intemporal, visto que o grau de referencialidade dos lexemas é totalmente nulo fora de um determinado contexto linguístico.

Observando os provérbios: *Quem não arriscou não perdeu nem ganhou; Quem não arrisca não petisca*, deduz-se que os mesmos oferecem uma leitura interpretativa idêntica, pois não importa o tempo dos verbos (presente ou passado), mas o nexos de implicação que se estabelece entre o antecedente e o conseqüente. Digamos que estes provérbios expressam correlações fixas entre situações-tipo, o que desencadeia o “apagamento” de localização temporal. Assim, em todos os intervalos de tempo p implica q. Constrói-se uma generalização indutiva que configura uma relação de implicação orientada: sempre que se verificou (ou se verifica) uma situação-tipo A (“Quem não arriscou” / “Quem não arrisca”), verificou-se (verifica-se) uma ocorrência da situação-tipo B (“não perdeu nem ganhou” / “não petisca”). Se o nexos de implicação é válido em todos os intervalos de tempo do passado, e nada leva a concluir que deixou de ser verdadeiro, conclui-se que tal nexos se mantém e se manterá válido, daí o valor atemporal dos dois provérbios.

Analisando outro tipo de provérbios com pretérito perfeito *Quem não nasceu para galo é capá-lo; Quem nasceu para a força, não morre afogado; Quem nasceu para burro, nunca chega a cavalo*, verifica-se que há uma estrutura condicional subjacente aos mesmos: ‘para todo o x e em todos os intervalos de tempo, se x não nasce para galo, então é capá-lo’, ou ‘se x nasce para burro/para a força, então x não chega a cavalo/não morre afogado’. A ocorrência do pretérito perfeito, no antecedente, e do presente com valor temporal de futuro, no conseqüente, marca apenas uma relação de ordem natural entre dois estados-de-coisas: nascer é sempre anterior a qualquer outro estado de coisas protagonizado pelo homem. É possível parafrasear estes provérbios através de um quando atemporal, equivalente a sempre que, utilizando formas do presente tanto no antecedente como no conseqüente: *Quando/sempre que não se nasce para galo é capá-lo* ou *Quando/sempre que se nasce para burro, não se chega a cavalo*. Os enunciados proverbiais com *quando* atemporal aproximam-se das orações condicionais, devido à propriedade que ambas apresentam de possibilitarem a restrição do domínio de aplicação do conceito ou juízo expresso pela proposição contida na oração principal (Almeida, 1996: 114).

Outro grupo de provérbios funciona como um repto ao locutário no sentido de ele construir por inferência uma interpretação genérica contextualmente relevante: *Roma e Pavia não se fizeram num dia; Não se ganhou Samora em uma hora*, etc.

É quase sempre possível parafrasear estes provérbios com um verbo no presente atemporal. Provérbios como *Roma e Pavia não se fizeram num dia, Não se ganhou*

Samora em uma hora, sendo equivalentes semanticamente, exigem uma leitura figurada do tipo «Uma tarefa importante requer tempo». A passagem da interpretação literal para a interpretação figurada, automaticamente realizada pelos membros da comunidade, implica o abandono da referência temporal e a adoção do **presente gnômico, atemporal**.

O pretérito imperfeito, ainda que figure em raríssimos provérbios, sempre emerge num ou noutro, daí a necessidade de análise do mesmo.

Consideramos redutora a asserção de Anscombe (1994: 99) ao afirmar que “l'imparfait caracterize toujours une entité située strictement dans le passé de l'énonciation. Ce qui est contradictoire avec l'intemporalité du proverbe”¹⁰⁰. É, pois, verdade que o Imperfeito é um tempo, por excelência, do passado, mas nem sempre se comporta como tal. Dependendo dos contextos, o Imperfeito pode assumir um valor temporal e/ou modal. A este propósito, afirma Oliveira (1986: 91) que “(...) para além de funcionar como tempo verbal (...) é um “operador modal” e “produz, por vezes, efeitos pragmáticos de grande interesse”. Anscombe na sua afirmação descurou outros valores temporais do imperfeito, além do passado, e esqueceu em absoluto as componentes modais e aspectuais do mesmo. Ainda que seja aparentemente paradoxal o uso do pretérito imperfeito e do pretérito perfeito no contexto proverbial, uma vez que uma das características do provérbio é a atemporalidade, não havendo referência a situações episódicas, espacio-temporalmente localizadas, aqueles tempos surgem. No entanto, pouco têm de temporal.

Como explicar, então, a sua ocorrência, ainda que muito pouco significativa, no provérbio? A utilização do Imperfeito, tal como do condicional, no texto proverbial justifica-se, em parte, pela sua possibilidade de operar um contraste e pela capacidade de levantar hipóteses ou probabilidades. Repare-se, então, nos provérbios:

Antigamente, o dono do cavalo andava na sela, hoje puxa pelo cabresto

Quando você ia para o moinho, já eu voltava com o fubá

Dinheiro tinha o menino quando moía o moinho

Mal por mal melhor era o de ontem

Outrora a escola era risonha e franca

Que fiandeira eu era, se ventura tivera

¹⁰⁰ Esta afirmação traduz uma concepção unilinear do tempo abandonada pelos autores que preconizam uma concepção ramificada do mesmo (Fonseca, 1992).

Quem asno era antes de ser rico, asno fica

Sonhava o cego que via, sonhava o que queria

Não é alheio à função de operar um contraste, o facto de o pretérito imperfeito ser utilizado em construções condicionais contrafactuais substituindo o condicional ou futuro do passado:

*Se a inveja fosse coxa muita gente **andava** de muletas*

*Se a inveja fosse tinha muita gente **era** careca /tinhosa*

*Se chovesse vinho é que se **conheciam** os bêbados*

*Se o céu caísse **morriam** as andorinhas todas*

*Se toda a gente fosse padeiro ninguém **comprava** pão*

*Dinheiro se fosse piolho todo o mundo **podia** ter*

Porquê a substituição do condicional pelo imperfeito? Em primeiro lugar, poderíamos invocar uma razão de carácter extralinguístico, como é o registo de língua, pois o pretérito imperfeito, segundo alguns autores¹⁰¹, é mais abundante no sistema do português familiar e popular do que no sistema do português padrão. No entanto, seria redutora tal justificação, pois a opção pelo imperfeito, e não pelo condicional, recobre outras justificativas.

É precisamente porque o sentido ‘posterior’ inerente ao condicional permite actualizar em parte o sentido de incerteza¹⁰², que não é tão compatível com o carácter de verdade dos textos proverbiais. Embora ambos sirvam para activar uma hipótese, parece-nos que o imperfeito assegura com mais veemência a veracidade da hipótese do que o condicional, ou seja, enquanto o condicional abre a possibilidade futura de ser verdade, o imperfeito anula qualquer dúvida e presentifica o acontecimento, comportando-se à semelhança de um “presente”¹⁰³, pelo que podemos acrescentar à frase um adverbial de presente: “Se a inveja fosse coxa muita gente andava **agora** de muletas” ou “Se a inveja fosse coxa muita gente **já** andava de muletas”. O operador de

¹⁰¹ Tláškal é um dos que tem dedicado mais páginas ao assunto: “Devido às formas concorrentes, o condicional simples (...) [manifesta] uma frequência fortemente reduzida no português familiar” (Tláškal, 1984: 252).

¹⁰² Na frase: *Eu **teria** uns vinte anos quando tive o acidente*, a forma condicional actualiza, em absoluto, o sentido de ‘incerteza’.

¹⁰³ Note-se que no enunciado: *Agora, se pudesse **comprava** uma casa*, a forma de pretérito imperfeito actualiza uma hipótese com sentido de presente, ao contrário dos enunciados: *Naquela altura gostava de ser actriz* ou *Um dia, gostava de ser actriz*.

mudança “já” é compatível com o pretérito imperfeito visto que o mesmo possui a capacidade de operar um contraste “Se a inveja fosse coxa muita gente (que não anda de muletas) andava...”.

Pode-se, então, postular que a morfotaxe “pretérito imperfeito” por viabilizar a emersão de uma hipótese ou possibilidade aproxima-se de um modo, sobretudo quando ocorre nos provérbios que descrevem uma correlação fixa entre tipos de situação: “Se toda a gente fosse padeiro, ninguém comprava pão”.

3.1.4. FORMAS NOMINAIS

A arte mnemotécnica que preside à criação dos provérbios originou não só elipses verbais como também levou ao uso do **gerúndio** em vez das extensas orações com verbos finitos¹⁰⁴, como preconizam Cuesta (1971: 535) e Delgado (1985: 30):

«Não chovendo em Fevereiro, nem bom prado, nem bom lameiro, nem bom corno de carneiro».

«Aqui está outro adágio com gerúndio, e, como era fatal, cá aparece a expressão circunstancial. Note-se, aliás, como o emprego puríssimo dessa forma concebe ao resto da frase a elegante elipse. Isto é, a parte principal do período prescinde do emprego do verbo: (*não há*) nem bom prado, nem (*há, nem se encontra, nem se consegue*) bom lameiro, etc. Se, porém, em vez do gerúndio, nós substituíssemos o «Não chovendo», por ex., por «Quando não chove», a frase perdia em elegância, porque, então, já não era fácil a elipse verbal referida, a não ser forçadamente. Ficava pouco natural: *Quando não chove em Fevereiro, nem bom prado*, etc. Tínhamos, pois, de sobrecarregar a segunda oração com o verbo subentendido elegantemente no adágio.»

Deste excerto podemos inferir que a forma de gerúndio pode ser substituída por um “quando” ou um “sempre que” atemporal acompanhado da forma verbal predilecta das “vozes da sabedoria”, o presente do indicativo. Assim: *Não chovendo em Fevereiro, nem bom prado, nem bom lameiro, nem bom corno de carneiro* pode ser parafraseado por: *Quando/Sempre que não chove em Fevereiro, nem bom prado...* Vejamos outros exemplos:

Em não chovendo por São Mateus faz conta com as ovelhas que os borregos não são teus, isto é, *Quando/Sempre que não chove por São Mateus faz conta com as ovelhas que os borregos não são teus*;

Em Março começando a dar ao rabo, não fica ovelha em outeiro, nem borrego em descampado, nem pastor empelicado, ou seja, *Quando/Sempre que Março começa a dar ao rabo, não fica ovelha em outeiro, nem borrego em descampado...*

A brevidade, característica do enunciado proverbial que leva a optar pelo uso do gerúndio em vez da oração adverbial, é uma das razões porque o falante consegue armazenar na sua memória estas «vozes da sabedoria», reutilizando-as sempre que

¹⁰⁴ “Tal como o espanhol, o gerúndio português pode expressar uma grande variedade de circunstâncias e relações – modo, tempo, condição, causa, concessão – etc., pois constitui uma maneira mais breve de indicar esta classe de relações que as correspondentes orações com verbos finitos”. (Cuesta, 1971: 535).

oportuno. A permanente actualização e reutilização dos textos proverbiais devem-se aos factores expostos ao longo do trabalho, entre outros: a ausência de localização temporal, aliada ao valor aspectual gnómico e à referência genérica do sintagma nominal.

O **infinitivo impessoal** e o **particípio passado** também ocorrem nos textos proverbiais como substantivos verbais. O infinitivo impessoal figura nas parémiias exprimindo uma acção em geral e sem fazer referência a nenhum sujeito: *Querer é poder* (AC.: 71); *Por bem fazer mal haver* (J.P.: 281); *Bom saber é calar até ser tempo de falar*; *Parar é morrer*.

O infinitivo figura mesmo como sujeito do enunciado: *Fiar e calar é fazer-me amar*; *Errar é dos homens / Errar é humano / Errar é humano, perdoar é divino*; *Rir é o melhor remédio*. Citando Sousa (2001: 56) “A entidade envolvida na denotação destes SN’s é uma situação-tipo, entendendo-se por situação-tipo uma situação ou estado de coisas que contém elementos indeterminados”. Acrescenta ainda que “Quando nominalizados, os infinitivos são encarados como expressões que denotam propriedades, com uma referência singular do tipo da dos nomes próprios”.

Considera também Herculano de Carvalho (1984: 598) que o infinitivo é “(...) a forma que mais fielmente significa a pura ideia verbal, despida de todas as determinações particulares de tempo-aspecto, modo, pessoa e número.” Esta ideia de que o infinitivo é uma forma nominal cuja função essencial é enunciar simplesmente a acção expressa pelo verbo sem quaisquer vínculos a tempo, pessoa e número é partilhada por outros gramáticos. Barboza (1862: 157) havia notado que “o modo Infinito tem linguagens, porém não tem tempos. Porque o seu carácter é enunciar pura e simplesmente a coexistência do atributo em um sujeito qualquer, abstraindo os tempos, números e pessoas”. É por representar pura e simplesmente a ideia do verbo, não ter desinência própria e não conter valores temporais que se justifica o emprego relativamente abundante do infinitivo nas frases proverbiais cuja característica precípua é a atemporalidade.

O infinitivo, porém, em alguns contextos assume um valor modal, como é o caso do universo dos textos paremiológicos. Nos provérbios: *Fazer bem e não olhar a quem*¹⁰⁵; *Fazer pela vida que a morte está certa*¹⁰⁶; *Não embarcar em canoa furada*; *Não levar o carro diante dos bois*; *Não meter prego nem estopa*; *Não pôr as mãos no*

fogo, as formas verbais infinitas têm o mesmo valor modal das formas imperativas, pois ambas traduzem de igual modo um conselho. Poder-se-ia dizer: **Faz bem e não olhes a quem**; **Faz pela vida que a morte está certa...** Mais uma vez a riqueza proverbial ostenta variantes que ajudam a visualizar bem o valor modal das formas verbais: **Fecha (Fechar) as portas que soltam os touros**¹⁰⁷. À semelhança dos mandamentos da Lei de Deus (ex.: 1º mandamento: **Adorar a Deus e amá-lo sobre todas as coisas**; 2º **Não invocar o santo nome de Deus em vão**, etc.), muitos dos mandamentos da lei da Natureza também são enunciados através da forma verbal infinitiva que assume valor de imperativo:

*Pelo Natal **sachar** o faval*

*Quando a lua minguar (mingua) **não** debes semear*

3.1.5. NÃO REALIZAÇÃO LEXICAL DE UM VERBO

Outra forma frequente de expressão do valor gnômico é a **frase nominal bimembre**, do tipo *A palavras loucas, orelhas moucas* (AC.: 200); *Casamento, apartamento* (AC.: 118); *Primeiro de Agosto, primeiro de Inverno* (J.P.: 158), etc. Segundo Benveniste (1966), esta frase nominal enuncia uma verdade geral, atemporal e impessoal justamente porque exclui todas as determinações temporais e pessoais que a forma verbal regra geral comporta.

Em português, a tentação de supor neste tipo de frases a elipse do verbo *ser* compreende-se, dado que a expressão de propriedades estáveis ou definitórias de uma entidade passa na nossa língua pela utilização desse verbo predicativo (no contexto *ser*). Assim:

Primeiro de Agosto, primeiro de Inverno (J.P.: 158) > *Primeiro de Agosto (é) primeiro de Inverno*

Boa amizade, segundo parentesco > *Boa amizade (é) segundo parentesco*

Agosto, mês de desgosto > *Agosto (é) mês de desgosto*

Amor de irmão, amor em vão > *Amor de irmão (é) amor em vão*

Andorinha rasteira, sinal de ventania > *Andorinha rasteira (é) sinal de ventania*

Abril e Maio, chave de todo o ano > *Abril e Maio (são) a chave de todo o ano*

Água e pão comida de cão > *Água e pão (são) comida de cão*

Ser, no presente e na terceira pessoa, permite representar linguisticamente estados de coisas que ocorrem em todos os subintervalos de tempo anteriores, posteriores e concomitantes ao intervalo de tempo da enunciação. É, pois, um instrumento privilegiado de expressão do valor gnômico.

No entanto, muitos outros casos de simplicidade de expressão encontramos nós em provérbios em que, por elipse, se omitem algum (e em certos casos os dois) dos principais elementos da oração (sujeito e predicado), não falando já nos complementos, elementos secundários que, pelas mesmas virtudes, tanto amiúde se omitem:

- *A bom comer ou mal comer, / três vezes beber*. É como se dissesse:

(*Para*) bom comer ou mal comer, (*deve-se, ou devemos*) três vezes beber.

De elipses verbais há muitos outros casos:

- *A burra velha, cilha amarela*, isto é, *(Para) burra velha, (compre-se, prepare-se, ou ponha-se) cilha amarela*;
- *Fome, sono / ou mal do dono*. Neste adágio há a elipse do sujeito e predicado. Assim, deve ser: *(O muito bocejar é sinal de) fome, sono, ou mal do dono, ou (O bocejo é sintoma de haver) fome, sono, ou mal do dono, ou (Quem boceja tem) fome, sono, ou mal do dono.*;
- *Aranha morta, dinheiro à porta*, isto é, *Aranha morta (é sinal de) dinheiro à porta*;
- *Após a tempestade a bonança*, ou seja, “*Após a tempestade (vem) a bonança*” ou *Após grande secura, grossa chuva de pouca dura* em que se percebe também subentendido o verbo *vem* ou ainda *Atrás de queda, coice* que é o mesmo que dizer “*Atrás de queda (vem) coice*”;
- *A mãe acautelada filha guardada*, isto é, *A mãe acautelada (faz) a filha guardada*;
- *À pergunta apressada resposta demorada (lenta)*. Aqui subentende-se o verbo *suced*, *seguir*: *A pergunta apressada (sucede-se, segue-se) resposta demorada*. O mesmo se verifica em: *A Inverno chuvoso verão abundoso > A Inverno chuvoso (sucede-se, segue-se) verão abundoso*;
- *A mulher e a lima a mais lisa*, ou *A mulher e a lima (quer-se) a mais lisa*.

Como se pode notar, há nas frases proverbiais a elipse de verbos copulativos, de ligação ou de significação vazia, mas existe também inúmeros exemplos de elipses de verbos de significação plena. Este fenómeno talvez se explique recorrendo a questões de uso dos provérbios. A familiaridade do provérbio atinge um tão elevado grau de operacionalidade que por questões de economia linguística, brevidade e rapidez elide-se o verbo que perde nos provérbios o que mais o caracteriza: a sua função de localizador temporal. De facto, nos provérbios, o verbo não é imprescindível, visto que a frase proverbial brilha pelo seu carácter atemporal, impessoal e universal.

4. O ASPECTO: breves reflexões teóricas

O aspecto é uma invariante gramatical que influi grandemente na interpretação do verbo. Trata-se, com efeito, do aspecto por que se apresenta o processo verbal do ponto de vista da sua duração¹⁰⁸. Ao contrário da categoria linguística “tempo”, é uma categoria de contornos pouco precisos e de difícil caracterização, como constata Carvalho (1984: 202): “Des deux, pourtant, celle du temps, (...) est relativement facile à comprendre et partant à définir. Par contre, la catégorie de l’aspect constitue une des plus difficiles de toute la grammaire (...)”.

Ainda que sejam áreas distintas, o estudo e análise do “aspecto” é praticamente indissociável da categoria gramatical “tempo”, categorias gramaticais muito próximas. Segundo o autor (1984: 202), “La catégorie de l’aspect, quoique intimement liée à celle du temps, en diffère essentiellement par le fait qu’elle abstrait de la localisation temporelle du processus, en concernant le mode comme le même est conçu quant à son développement interne ». Também Comrie (1976: 52) postula que o aspecto “has been concerned with different ways of representing the internal temporal constitution of a situation”, ou seja, o aspecto são as diferentes maneiras de ver a constituição temporal interna da situação, sua duração. Assim para efeitos de distinção Travaglia (1985: 52), de acordo com Comrie, assere que o **tempo** é “um TEMPO externo à situação” e o

¹⁰⁸ São vários os autores que perspectivam o aspecto como as diferentes modalidades de duração da acção. Meillet (1948: 183) afirma que “La catégorie de l’aspect (...) embrasse tout ce qui est relatif à la durée et au degré d’achèvement des procès indiqués par le verbe » ; Paiva Bóleo (1965 :89) assere que « exprime a qualidade da acção, ou seja, essencialmente, a duração nas suas diferentes modalidades. » Castilho (1967 : 14) postula que « O aspecto é a visão objectiva da relação entre o processo e o estado expressos pelo verbo e a ideia de duração ou desenvolvimento. É, pois, a representação espacial do processo”. Travaglia (1985: 36-45) em *O Aspecto Verbal Português* apresenta uma série de definições de outros autores que perspectivam o aspecto essencialmente como a duração de um processo:

- 1) “a **duração do processo verbal** ou o prisma sob o qual ele é apreciado” (Azevedo Filho, 1975: 63-64) (destacado nosso);
- 2) “a categoria verbal que exprime a oposição término / não-término ou acabado / não acabado, a **duração do processo**” (Luft, 1976: 131) (destacado nosso);
- 3) “maneira de ser da acção” (Pontes, 1972: 80-84) As noções aspectuais que apresenta são duas: a) **durativa**, linear, prolongada – indica acção que se prolonga no tempo; b) **pontual**, não linear: indica acção que se realizou num período de tempo mais determinado, não prolongado. (destacado nosso);
- 4) “a representação mental que o sujeito falante faz do processo verbal como **duração**” (Garcia, 1976: 58-65) (destacado nosso);
- 5) “propriedade que tem uma forma verbal de designar a **duração do processo** (momentâneo ou durativo) ou o aspecto propriamente dito sob que ele é considerado pelo falante (ex.: em seu começo – incoativo)” (Câmara Jr., 1974-b: 140-148) (destacado nosso).

aspecto é “um TEMPO interno à situação”. O mesmo autor sistematiza uma série de definições do conceito *aspecto*: a) aspecto seria “a maneira de ser da acção”¹⁰⁹; b) aspecto é a indicação da duração do processo, de sua estrutura temporal interna¹¹⁰; c) aspecto é a indicação dos graus de desenvolvimento, de realização do processo, o modo de conceber o desenvolvimento do aspecto em si¹¹¹; d) aspecto envolve tempo¹¹²; e) aspecto é definido como marcador de oposições entre certas noções ou de noções simples: término/não término, início, resultado, etc¹¹³. É, sem dúvida, uma área complexa como se depreende da proliferação de definições propostas, dificilmente redutíveis a um mesmo denominador comum¹¹⁴.

No entanto, Travaglia não deixa de apresentar a sua própria definição: “**Aspecto** é uma categoria verbal de TEMPO, não deíctica, através da qual se marca a duração da situação e/ou suas fases, sendo que estas podem ser consideradas sob diferentes pontos de vista, a saber: o do desenvolvimento, o do completamento e o da realização da situação” (1985: 53).

Embora nas línguas ocidentais modernas haja uma predominância da categoria de tempo para a classificação e distribuição das formas verbais, isto é, para o sistema da conjugação, não se pode afirmar que houve supressão da categoria de aspecto em proveito da de tempo¹¹⁵ (Câmara, 1989: 145).

O aspecto tem sido, fundamentalmente, abordado em duas perspectivas de análise: uma dessas perspectivas recobre o aspecto lexical (*Aktionsart=modo ou qualidade da acção*), que, segundo alguns autores (Carvalho, 1984: 217¹¹⁶; Bache, 1982: 64), é de natureza objectiva, a outra o aspecto gramatical (*Aspekt*), de natureza subjectiva.

¹⁰⁹ Câmara Jr. (1974a), Câmara Jr. (1974 b), Garcia (1976), Pontes (1972), Quirk (1972) (*apud* Travaglia, 1985: 49).

¹¹⁰ Azevedo Filho (1975), Câmara Jr. (1974 a), Castilho (1967), Comrie (1976), Cretella Jr. (1953), Dubois e al. (1978), Garcia (1976), Luft (1976), Meillet (1958) (*apud* Travaglia, 1985: 49)

¹¹¹ Borba (1976), Carreter (1974), Castilho (1967), Cretella Jr. (1953), Dubois e al. (1978), Guillaume (1969), Hockett (1964), Holt (1943), Imbs (1960), Meillet (1958) (*apud* Travaglia, 1985: 50)

¹¹² Alonso (1973), Comrie (1976), Curtius (*apud* Castilho – 1967:21), Ducrot (1977), Guillaume (1968), Hockett (1964), Imbs (1960), Luft (1976) (*apud* Travaglia, 1985: 50)

¹¹³ Câmara Jr. (1974 a), Luft (1976) (*apud* Travaglia, 1985: 50)

¹¹⁴ Para O. Lopes, é “expressão do aspecto tudo aquilo que constitui expressão quantificada de qualquer processo, ou então expressão conjuntista de intervalos, em dados processos cronologicamente orientados” (1971: 223). Para Ducháček (1966: 161), o aspecto é « la manière d’exprimer l’action soit dans son développement (...), soit dans son achèvement (...) ».

¹¹⁵ “Os aspectos, como anota com razão Vendryes, continuam a expressar-se em formas subsidiárias, em construções idiomáticas e não raro na própria essência da significação do vocábulo verbal” (Câmara, 1989: 145).

¹¹⁶ Segundo Carvalho (1984: 217) “selon cette distinction, l’aspect serait caractérisé par sa nature subjective (...) opposée à la nature objective de la seconde catégorie – représentation de qualités inhérentes au propre processus, dans sa réalité, indépendamment de l’attitude prise devant lui par

O aspecto gramatical define-se basicamente em termos de acabado (ou perfectivo), inacabado (ou imperfectivo) e aoristo¹¹⁷. Digamos que as formas verbais simples, estruturadas nas linhas da categoria de tempo, trazem em si uma significação aspectual.

O aspecto acabado ou concluso que envia para um estado resultativo do verbo emerge, por exemplo, do tempo pretérito perfeito, enquanto o aspecto inacabado ou inconcluso que apanha o processo em pleno movimento emerge do tempo pretérito imperfeito. Por seu lado, o aoristo ilustra um processo que é duplamente ilimitado e separado do momento da enunciação, proporcionando uma ideia global do processo.

Ainda no nível gramatical da conjugação o aspecto revela-se através do recurso a conjugações compostas, ou perifrásticas, em que um verbo auxiliar se combina com determinada forma verbal para expressar um dado aspecto. Assim se formula o aspecto cursivo, no presente, no passado, no futuro e em qualquer modo, por meio do verbo auxiliar *estar* conjugado com um *gerúndio*. Por um processo idêntico se constrói o aspecto cessativo (verbo auxiliar *ter* + *particípio passado*).

Câmara Jr. (1989) adopta, para o estudo do aspecto em português, a classificação apresentada por Brugmann que ao procurar depreender o sistema verbal indo-europeu na base de uma distinção de aspectos, destacou os aspectos possíveis de existir numa conjugação verbal: 1) **pontual ou momentâneo** – assinala um processo realizado de maneira súbita e instantânea; 2) **durativo** – frisa a duração do processo, o qual pode intensificar-se cada vez mais (progressivo), ou desenrolar-se simplesmente (cursivo), ou repetir-se por uma série de processos pontuais (frequentativo ou iterativo); 3) **permansivo** – o processo é apresentado como persistente em seus efeitos, à maneira de uma coisa adquirida; 4) **inceptivo** – apenas marca o princípio de um processo; 5) **cessativo**, ou **concluso**, que marca ao contrário o fim; 6) **resultativo** – regista os resultados de um processo realizado.

Em português, alguns desses aspectos estão radicados na significação de certos verbos (aspecto lexical); vemo-lo em verbos como chegar, partir, cair... que são verbos essencialmente cessativo (o primeiro), inceptivo (o segundo) e pontual (o terceiro).

Outros aspectos caracterizam-se por sufixos. É o caso do aspecto frequentativo, acrescido de uma noção diminutiva, implícito no alcance do sufixo -itar, como por exemplo saltitar. Temos, assim, o aspecto funcionando num nível lexical, pela mudança

l'observateur ». Para Bache (1982 : 64) « aspect is a more or less SUBJECTIVE category (...), where as *Aktionsart* is an OBJECTIVE category (...) ».

¹¹⁷ A designação “aoristo” não toma o sentido de “acção pontual”, considerada por alguns estudiosos

de semantema, ou no nível da derivação vocabular, em que um afixo imprime num semantema um valor particular sem afectar-lhe a significação inerente. Ainda a nível do aspecto lexical podemos considerar o aspecto perfectivo que implica a noção de ultrapassagem de uma barreira (ex. ultrapassar) e imperfectivo (ex. passar) que implica a ausência de limitação intrínseca ao processo. Porém, há estudiosos (Pollak 1976, entre outros) que preferem reservar a terminologia “perfectivo / imperfectivo” para o aspecto gramatical.

Além desta tentativa de catalogação dos aspectos a partir do lexema verbal, muitas outras tipologias¹¹⁸ surgiram e com matizes muito diversas. Oliveira (1994:154) considera que a maior parte delas apresenta como base a classificação de Vendler (1967). A tipologia de Vendler considera quatro tipos de classes aspectuais privilegiando a qualidade da acção em detrimento da expressão quantificada da mesma, ainda que esta esteja implícita:

- (a) *Estado* (de que são exemplos: acreditar, amar, pensar, etc.);
- (b) *Actividade* (correr, andar, nadar, etc.);
- (c) *Accomplishment* (desenhar [um círculo], construir [uma casa], ler[um livro], etc.);
- (d) *Achievement* (encontrar, morrer, ganhar [a corrida], etc.)

Estas quatro classes resumem-se basicamente em duas: estados e processos. Actividades e ‘accomplishment’ são processos com fases sucessivas, sendo os primeiros homogéneos e os segundos heterogéneos. ‘Achievements’ e estados, não têm fases sucessivas. Destes, os primeiros são instantâneos e os segundos descrevem períodos mais ou menos extensos.

No entanto, a caracterização dos lexemas verbais a nível aspectual não é assim tão linear. Martin (1971) fala de ‘tendência’ (ou ‘orientação’) aspectual dos lexemas que, em definitivo, só no emprego discursivo se confirma ou não, pois há operadores suplementares de tempo, modo, etc., que em relação com o verbo (*quando, às vezes, sempre, todos os dias, já...*), contribuem também para a determinação do valor

¹¹⁸ As principais tipologias que agrupam os verbos segundo o seu valor de *aktionsart* são as de VENDLER (1967), MEULEN (1983), MOENS & STEEDMAN (1988), SMITH (1991) e KAMP & REYLE (1993).

aspectual. Assim, um verbo como “saber” tanto se apresenta como télico¹¹⁹ ou transitório nos exemplos (1) e (2), como se comporta também como atélico ou não transitório em (3) e (4).

(1) *Foi quando o Rui leu o Diário de Notícias que soube do trágico acidente.*

(2) *A Ana soube que a sua música tinha sido premiada e ficou radiante.*

(3) *O médico sempre soube que o Filipe tinha pouco tempo de vida.*

(4) *Sabe-se que o Filipe não aguentará tanta pressão.*

Em (1) e (2) “soube” significa “tomou conhecimento de” e adquire o valor pontual de transição de estado “(ainda) não saber” ao estado “(já) saber”, valor que corresponde a um novo significado que remete para um processo.

Em (3) e (4) “soube” e “sabe-se” significam “ter conhecimento de”: “sempre” remete para uma ‘duração’, isto é, para um processo que é considerado como uma totalidade não segmentável. O advérbio “sempre” determina o aspecto atélico do lexema “soube”, pois a sua elisão implica de imediato uma mudança de coloração aspectual.

Deduz-se, deste modo, que a informação aspectual para a interpretação de frases não se pode reduzir aos verbos, pois os complementos podem determinar alterações do tipo de classe. Dowty (1979) nota a falha da categorização verbal de Vendler ao não reconhecer que um mesmo verbo, acompanhado de marcadores de Aspecto diferentes, permite múltiplas interpretações das frases. Por esse motivo, Moëns e Steedman (1988) apresentam uma rede aspectual que mostra todas as transformações operadas pela passagem de tipos de estado de coisas para outros, no caso de se lhes acrescentar determinados complementos. Exemplifiquemos, segundo a tipologia de Moëns e Steedman, como a rede aspectual está organizada:

(5) *A Ana chorou.*

O verbo “chorar” pertence à categoria dos “Achievements” que, na terminologia de Moëns, corresponde a Ponto. Mas, com a adição da expressão adverbial “durante

¹¹⁹ A classificação dos verbos em télicos e atélicos deriva da natureza do semantema verbal. Assim, como afirma Castilho (1967: 56) “Tais verbos, em suma, ou figuram uma acção-ponto (télicos), ou uma acção-linha” (atélicos), sendo os primeiros transitórios e os segundos não transitórios no dizer de Campos (1997: 13): “Opõem-se os verbos ‘télicos’ (Garey 1957) ou ‘transitórios’ (Pollak 1976), cujo modo de processo implica a passagem de um limiar semântico, o atingir de uma finalidade (gr. *telos*), como por exemplo nascer, morrer, cair, chegar, florir, aos verbos ‘atélicos’ ou ‘não transitórios’, que remetem para processos que, em si mesmos, são independentes da ideia de limite, isto é, que podem, teoricamente, ser prolongados indefinidamente, como, por exemplo, amar, andar, chover, estar, viver.

todo o dia” e por acção da iteratividade, passa a Processo. Se em vez de “durante todo o dia”, tivermos “todos os dias”, a interpretação indica habitualidade.

Prosseguindo a ilustração da variação aspectual dos lexemas verbais, Carlson e outros linguistas, nomeadamente Dahl, defendem que as frases genéricas (nas quais se incluem os provérbios), semanticamente, se caracterizam por serem estativas, isto é, por induzirem a interpretação estativa de toda a frase. É claro que isto não implica que os predicados sejam intrinsecamente estativos, contudo contêm, sem dúvida, elementos que propiciam essa estatividade.

Perante classificações aspectuais tão diversas achamos que é chegado o momento de buscar uma maior clareza definicional. Deste modo consideramos que o aspecto tanto pode ser perspectivado como a expressão qualificada da acção (estado, processo, etc.), como a expressão quantificada da mesma acção, representando as diferentes modalidades de duração ou desenvolvimento da acção relativamente a uma marca temporal (começo, desenvolvimento, fim, etc.). É evidente que as duas noções são inseparáveis. Assim, um evento ou estado pode se apresentar basicamente como pontual ou como durativo. Estes valores aspectuais, por sua vez, tomam diferentes configurações de acordo com o semantema verbal, as flexões temporais, os advérbios cotextuais e as construções perifrásticas em uso.

Existirá assim uma expressão qualificada da acção que aparece em tipologias aspectuais como as de Vendler, de Moëns, etc. e uma expressão quantificada da acção que tentamos sistematizar no esquema abaixo, apesar da proliferada terminologia existente neste campo.

1) ASPECTO PONTUAL OU MOMENTÂNEO:

a) Incoativo, inceptivo ou ingressivo (marca o início)

Há quem distinga o aspecto incoativo do inceptivo, reservando o primeiro para os verbos transicionais ou transitórios, os que implicam a passagem de um estado a outro (ex. amanhecer, embranquecer, etc.), e o segundo para os verbos que marcam o início de um processo (ex. começar, iniciar, partir, etc.);

b) Cessativo, conclusivo, terminativo, resultativo ou causativo (marca o fim)

Há também quem distinga o causativo ou resultativo do conclusivo e do cessativo. Assim, fica o causativo reservado para descrever os estados de coisas que descrevem o resultado de um processo realizado (ex. Chegar), o conclusivo ou

terminativo para descrever o fim de um processo (ex. acabar, concluir, terminar, etc.) e o cessativo para indicar a passagem de um estado a outro (ex. deixar de, etc.).¹²⁰

2) ASPECTO DURATIVO, CONTÍNUO OU PROGRESSIVO:

- a) Habitual (Comportamento ou característica habitual de um dos participantes no estado de coisas descrito: Ex. Todos os sábados a Ana almoça na casa dos pais);
- b) Aoristo, gnômico ou universal (o estado de coisas descrito ocorre em todos os subintervalos de tempo: Ex. A noite sucede ao dia);
- c) Iterativo ou frequentativo (O estado de coisas descrito ocorre de forma repetida: Ex. A Ana anda a estudar);
- d) Cursivo (O estado de coisas é apresentado como estando em curso: Ex. Estou a estudar);
- e) Permansivo (O estado de coisas é apresentado como persistente em seus efeitos. Ex. Ele continua a estudar).

Em jeito de conclusão, podemos asserir que nos estudos sobre o aspecto em português, os autores, em geral, apontam como meios que actuam na expressão do aspecto os que seguidamente se enunciam (Travaglia [1985: 146] acrescenta à lista dos oito primeiros aspectos já repetidamente referidos os três últimos):

- 1) a **flexão** verbal. Ex.: andou (aspecto perfectivo)
andava (aspecto imperfectivo)
- 2) as **perífrases** verbais. Ex.: estar + gerúndio (cursivo e durativo), ir + infinitivo (inceptivo), ter ou haver + participio (cessativo);
- 3) o **semantema** do verbo (sentido próprio do verbo). Ex.: partir (inceptivo ou incoativo), chegar (concluso ou cessativo), cair (pontual), andar (durativo), etc.;
- 4) os **afixos** (alguns sufixos e prefixos). Ex.: -itar, -ejar (frequentativo); -ecer (incoativo);
- 5) a **repetição** do verbo. Ex.: Varre, varre, menina a tua casinha. (aspecto durativo);

¹²⁰ Note-se, no entanto, que este é um campo de análise de grande instabilidade e ambivalência, pois há quem não distinga o aspecto conclusivo e cessativo.

- 6) os **adjuntos adverbiais**. Ex.: Ela vive em Londres desde a morte do pai. (aspecto durativo);
- 7) o **tipo oracional**. Ex.: As orações adverbiais, sobretudo as iniciadas pela conjunção enquanto, marcam o aspecto durativo, com o verbo nos pret. Perf. e mais-que-perf. Do indicativo. Viu televisão enquanto comia. (aspecto perfectivo, durativo);
- 8) o **complemento do verbo**. Ex.: Segundo Castilho, citado por Travaglia (1985: 303), diversos contrastes aspectuais podem ser marcados pelo complemento do verbo. Para o autor é comum que um complemento no plural leve o verbo a expressar o aspecto iterativo, o que é demonstrado com os seguintes exemplos (“O marido é um banana (...). A mulher deu nele uns gritos”- Lins do Rego; “Passou depois por mim o tropel da vida e da morte, assisti a muitos fatos históricos” – R. Brandão.). No entanto, quando o complemento individualiza cada componente de um grupo, o verbo também expressa o iterativo. Ex.: “Bati em cada porta da rua”;
- 9) as **preposições** Ex.: A preposição **A**, quando utilizada com o infinitivo, parece ser a responsável pelos aspectos imperfectivo, cursivo, não-acabado e durativo (Vou a ler o livro pelo caminho);
- 10) o **sujeito do verbo**. Ex.: Quando o sujeito da frase individualiza cada componente de um grupo, o verbo expressa o iterativo (Cada menino apanha a bola). É também comum o sujeito de uma frase com aspecto indeterminado ter sentido genérico: “À noite, todos os gatos são pardos”;
- 11) a **ênfase entonacional**: “(...) os verbos estáticos e os verbos atélícos, no pret. imp. do ind., marcam o aspecto acabado, quando, na língua falada, são enfatizados entonacionalmente dentro da frase”. (Travaglia, 1985: 300)

Relembramos uma vez mais que, normalmente, o aspecto não resulta apenas da acção de um destes meios de expressão, mas da acção conjunta de alguns deles. Daí a visão um tanto redutora de Castilho (1967: 14) que apresenta o aspecto apenas como uma “categoria léxico-sintáctica”¹²¹ descurando a componente morfológica.

¹²¹ “ Consideramos o aspecto uma categoria de natureza léxico-sintáctica, pois em sua caracterização interagem o sentido que a raiz do verbo contém e elementos sintácticos tais como adjuntos adverbiais, complementos e tipo oracional” (Castilho, 1967: 14).

4.1. ASPECTO 'INDETERMINADO' E VALOR ASPECTUAL 'GNÓMICO'

A análise dos valores aspectuais do texto proverbial, embora não tenha tido até hoje um estudo demorado e específico, foi, ainda assim, a florado no quadro de algumas abordagens teóricas sobre o aspecto, que seguidamente analisaremos.

Na perspectiva de Castilho (1967), os enunciados proverbiais são aspectualmente neutros, não marcados; o autor emprega a expressão 'aspecto indeterminado'¹²² para representar as situações em que o "processo" é representado na sua virtualidade. Para Castilho, representar o "processo" na sua virtualidade significa representá-lo fora dos parâmetros tempo, duração, completamento ou repetição. Torna-se, no entanto, um pouco paradoxal o facto de o autor admitir que nalguns provérbios se percebe "num discreto segundo plano a noção interferente de repetição" (1967: 104).

Consideramos imprópria a análise de Castilho, visto que os provérbios ao descreverem estados permanentes, não contingentes admitem o traço aspectual [+durativo]. Devemos contudo acrescentar que o traço aspectual [+durativo] presente no enunciado proverbial *Conhece-se o amigo certo na hora incerta* diferencia-se do traço aspectual [+durativo] do enunciado *A Ana mora numa pequena aldeia*. Digamos que os dois descrevem estados e por isso possuem o traço [+durativo], mas o enunciado proverbial descreve um estado permanente, pelo que se pode parafraseá-lo por *Conhece-se sempre/geralmente o amigo certo na hora incerta*, e o segundo um estado temporário ou transitório, pelo que não admite a paráfrase: * *A Ana mora sempre numa pequena aldeia*. Acrescentemos ainda que o enunciado *A Ana mora numa pequena aldeia* é compatível com um modificador adverbial do tipo *A Ana mora numa pequena aldeia desde a Grande Guerra*, sendo o provérbio totalmente incompatível com tal modificador.

Recapitulando, no primeiro caso, temos a descrição de um estado permanente ou estável pelo que o predicado toma a designação de "predicado gnómico"¹²³; no segundo caso, temos a descrição de um estado contingente, temporário, pelo que o predicado

¹²² Segundo Castilho "O aspecto indeterminado caracteriza-se por não ser nem perfectivo, nem imperfectivo e é avesso não só à expressão de aspecto, mas também à de tempo" (*apud* Travaglia, 1985: 46).

¹²³ A terminologia adoptada está de acordo com a proposta formulada por Carlson (1977), citado por Lopes (1992: 166), segundo o qual « Os predicados episódicos são aqueles que se aplicam a fases de indivíduos; os predicados gnómicos aplicam-se directamente aos indivíduos, expressando propriedades permanentes ou estáveis.»

adquire a designação de “predicado episódico”. Segundo Lopes (1971) e Mateus *et alii* (1989), os enunciados ‘gnómicos’ descrevem estados-de-coisas que se verificam em todos os intervalos de tempo, pelo que os enunciados definitórios e aforísticos actualizam sempre um valor aspectual ‘gnómico’.

Travaglia (1985), à semelhança de Castilho, também fala de aspecto indeterminado quando se refere aos enunciados proverbiais¹²⁴, mas é o próprio autor que estabelece uma separação entre o que considera de “aspecto indeterminado” e o que Castilho entende por “aspecto indeterminado”: “Para nós o aspecto indeterminado não é, como para Castilho (1967), uma ausência de aspecto, embora admitamos que neste caso há um enfraquecimento da noção aspectual.” (1985: 101). Segundo o autor, o aspecto indeterminado apresenta a situação como tendo duração contínua ilimitada, entendendo por ilimitada uma situação sem limites conhecidos ou perceptíveis. As situações expressas em frases com aspecto indeterminado são para o autor atemporais ou antes “onitemporais”¹²⁵, “já que são tomadas como elementos «universalizados», válidos para todo o tempo, que o falante torna válidos para o momento presente através da sua enunciação, mesmo que a situação não esteja ocorrendo no momento da fala”. (1985: 100). A este propósito, acrescentaremos que para Lopes (1993: 292-293), não é a nível temporal, mas aspectual que se deve colocar o problema da atemporalidade das frases genéricas. Para a autora a atemporalidade não traduz a ausência de uma localização das situações descritas no eixo do tempo, significa antes que “o intervalo de tempo para que remetem as predicções é um intervalo aberto, sem fronteiras delimitadas, visto que as frases expressam generalizações que escapam à contingência de uma ancoragem espacio-temporal precisa”.

¹²⁴ « As frases que apresentam aspecto indeterminado têm basicamente as seguintes funções: a) apresentar verdades eternas ou tidas como tais. Estas verdades podem ser científicas ou da experiência de vida que aparecem então sob a forma de máximas, provérbios ou simples afirmações de carácter geral ou teológicas, metafísicas, religiosas, etc. (...)” (Travaglia, 1985 : 101) ;

¹²⁵ No trabalho de Travaglia (1985) surge o termo « onitemporais» em vez de omnitemporais. No entanto, pensamos que os dois termos são coincidentes.

4.2. VALORES ASPECTUAIS NO TEXTO PROVERBIAL

Nos textos proverbiais, o aspecto assume uma posição de relevo, ao contrário da categoria “tempo” que só assume relevância pela sua não-existência. Perante isto, diremos que o valor aspectual gnómico¹²⁶ emerge na ausência de uma localização temporal (deíctica ou anafórica), correspondendo à descrição linguística de um estado de coisas sem fronteiras delimitadas, digamos que o intervalo de tempo em que ocorre o estado de coisas descrito se estende *ad infinitum*, sendo a predicação válida em todos os intervalos de tempo.

A primitiva natureza aspectual do predicado altera-se em contexto proverbial quer pela ausência de localização temporal, quer pela natureza do sujeito, pois “não são apenas os tempos verbais, os adjuntos adverbiais e os auxiliares aspectuais que podem alterar o valor de *aktionsart* de um predicado contextualizado; há que tomar em consideração o valor referencial do SN sujeito, que interage decisivamente com o valor aspectual intrínseco do predicado”(Lopes, 1992: 170-171).

Se olharmos atentamente para os vários tipos de predicados que ocorrem nos enunciados proverbiais, veremos como a natureza do SN altera grandemente o valor intrínseco do predicado, embora não seja o único responsável por tal alteração.

a) Provérbios com predicados estativos (“estados”)

Do ponto de vista do valor aspectual intrínseco do predicado, analisaremos um grupo de provérbios onde ocorrem predicados que classificamos como estativos, predicados que abundam não só em enunciados definitórios, mas também aforísticos:

- 1) *A paciência é boa para a vista* (E.C.: 283)
- 2) *De noite todos os gatos são pardos* (M.C.: 245)
- 3) *As aparências enganam* (J.P.: 249).

¹²⁶ Óscar Lopes admite a existência de três variantes do aspecto universal ou gnómico: 1) **Possibilidade permanente**: Ex.: “O tempo mostra o amigo”. Esta variante do aspecto gnómico é veiculada pelos tempos que denotam facticidade como o presente e o pretérito perfeito. 2) **Alta probabilidade**: Ex.: “Quem ceia e se vai deitar, má noite há-de passar”. A variante “alta probabilidade” recorre, por sua vez, a tempos que denotam o contrafactual, o hipotético como o futuro, o imperfeito e o condicional. 3- **Frequência ou hábito**: Ex.: “O bom pano na arca se vende”. Acrescentamos, ousadamente, uma outra variante também frequente nos enunciados proverbiais. 4) **Iteratividade**: Ex. Quando a esmola é grande, o santo desconfia.

- 4) *Santo com tripas nunca **prestou**.*
- 5) *Nunca mulher perdida **amou** a homem honrado, nem galinha gorda a capão.*
- 6) *Quem **ri** hoje **chora** amanhã.*
- 7) *O velho **valeu** enquanto foi novo.*
- 8) *Água de Agosto **consola** o corpo.*
- 10) *Frade e mulher, duas garras do diabo.*

Os predicados estativos são os predicados privilegiados das “vozes da sabedoria”, precisamente porque têm a particularidade de expressar a atribuição de propriedades permanentes e universais a uma entidade genérica (como ilustram a maioria dos exemplos evocados, entre outros os dois primeiros). Conforme refere Searle (1982: 189): “o provérbio constitui um enunciado de carácter sempre atributivo e nunca referencial”. Daí que no enunciado proverbial se verifique a fácil eliminação do verbo, categoria gramatical de natureza referencial.

No entanto, os predicados estativos expressam ainda a relação estática entre entidades ou situações-tipo e a inclusão de uma entidade-classe/espécie noutra. Estes predicados ocorrem em proposições que descrevem estados não contingentes, situações atemporais, não transitórias. Combinados com “tempos gramaticais” acrónicos, os predicados estativos surgem como predicados privilegiados para a criação das frases proverbiais que, geralmente apresentam visões do mundo impostas e legitimadas pelo peso da tradição. Evoquemos a este propósito uma das criações aforísticas de Saramago: *Contos contados **são** contos acrescentados* (J.P.: 100). Neste exemplo, temos um predicado estativo que privilegia o presente atemporal (tempo de eleição das ‘vozes da sabedoria’) e que atribui uma propriedade permanente a uma entidade-tipo.

É evidente que todos os enunciados proverbiais apresentados ganham um valor de estatividade, uma vez que não há a presença de nenhum elemento que altere o valor aspectual intrínseco ao verbo.

b) Provérbios com predicados de eventos pontuais (“achievements”)

- 1) *O sol quando **nasce** é para todos* (M.C.: 27)
- 2) *Quem **nasce** burro **morre** besta.*
- 3) *Quem **nasce** torto tarde ou nunca se endireita.*
- 4) *Orde se **perdeu** a camisa aí é que se procura.*

- 5) *Ladrão endireinhado nunca morre enforcado.*
- 6) *A verdadeira caridade começa em casa.*

Os predicados das anteriores frases proverbiais integram-se na classe dos predicados de eventos pontuais, se atendermos unicamente ao valor aspectual intrínseco dos mesmos. Porém, se atendermos ao valor de *aktionsart* de todo o enunciado apercebemo-nos que estes enunciados não descrevem situações transitórias ou télicas, mas estados de coisas atélicas. Também nestes enunciados os predicados descrevem estados, devido naturalmente à natureza atemporal do verbo e à natureza genérica do SN que não referencia directamente uma entidade ou indivíduo. No entanto, não são apenas os tempos verbais e o valor referencial dos SN's que interferem no valor aspectual intrínseco do predicado. Como se poderá observar através do exemplo 4) os adjuntos adverbiais (neste caso “nunca”) também podem alterar o valor de *aktionsart* de um predicado.

c) Provérbios com predicados de actividade (“actividades”)

- 1) *Quem não tem cão caça com gato (E.C.: 268)*
- 2) *Quem corre de (por) gosto não cansa (E.C.: 165)*
- 3) *Burro com fome cardos come (L.C.: 225)*
- 4) *Onde a mulher reina e governa, raras vezes mora a paz.*
- 5) *Águas passadas não movem moinhos*
- 6) *Todos os rios correm para o mar.*

Novamente verificamos como o valor aspectual intrínseco do predicado se altera em contexto proverbial. Nestes provérbios não se descrevem de facto actividades, mas atribuem-se mais uma vez propriedades permanentes a entidades genéricas através de verbos que nunca circunscrevem temporalmente o estado-de-coisas descrito.

d) Provérbios com predicados de processos consumados (“accomplishments”)

- Pelo dedo se conhece o gigante (J.P.: 246)*
O bom pano na arca se vende

Os predicados ostentados nos provérbios acima incluem-se, sem dúvida, na classe dos predicados de processos consumados. No entanto, e como afirma Lopes (1992:

173), “nestes textos, o facto de ocorrerem em construções passivas de *se*, com o verbo no presente atemporal, anula o seu valor aspectual intrínseco (...) ao não exprimir o agente do processo, esta construção facilita a não ancoragem do enunciado num espaço e num tempo determinados”.

Conclui-se, assim, que quando nos enunciados proverbiais o valor aspectual intrínseco do predicado é, à partida, estativo, ou seja, quando o predicado denota situações temporalmente não delimitadas, a frase herda esse valor primitivo, uma vez que nela nunca ocorrem elementos que anulem ou alterem esse valor primitivo.

Quando no enunciado proverbial, ocorrem predicados cujo valor aspectual intrínseco é não-estativo, verifica-se uma alteração desse valor devido à influência de factores como o tempo verbal, o valor referencial do SN sujeito e do SN objecto directo, para além de outros factores. Nestes enunciados não se descrevem, de facto, actividades ou processos, mas atribuem-se propriedades permanentes, não contingentes, a entidades genéricas, pelo que estamos perante descrições de estados.

Não podemos ignorar o uso copioso do verbo “ser”, verbo de estado natural, e o emprego também abundante das frases elípticas que subentendem o verbo “ser” (*Mulher de janela, (é) amora de estrada; Homem barbado, (é) homem honrado, etc.*). Exprimindo estado natural, torna-se a forma verbal predilecta das vozes sapienciais que na sua maioria enunciam propriedades essenciais e não contingentes:

Filho és, pai serás.

A alma do negócio é o segredo

A alegria é a saúde da alma

A casa sem mulher é corpo sem alma

A esperança é sempre a última a morrer

5. MODO E MODALIDADES¹²⁷: breves considerações teóricas

O modo é outra das categorias gramaticais associadas ao verbo que indica, segundo alguns autores, a atitude do sujeito perante os seus próprios enunciados¹²⁸. Traduz também, segundo outros autores, o tipo de comunicação instituída pelo locutor com o alocutário.

Não há como confundir o tempo verbal, o modo e o aspecto, pois aquele refere-se ao momento da ocorrência do processo, o modo a um “julgamento implícito do falante a respeito da natureza, subjectiva ou não, da comunicação que faz.” (Câmara, 1979: 98) e o aspecto ao modo de desenvolvimento do processo.

No entanto, é comum em português, como nas línguas em geral, um emprego modal dos tempos verbais. Andrés Bello (*apud* Câmara, 1979: 98) chama-o expressivamente um «emprego metafórico». Deste modo, empregamos o futuro para expressar dúvida, sem implicação temporal, e associamos o passado a um valor de irrealidade: “Se quisermos estabelecer uma conexão lógica entre esse uso e o uso temporal normal do pretérito, podemos dizer que o elo comum é que se nega então alguma coisa a respeito do tempo presente” (Jespersen, 1929: 265)¹²⁹.

Se, por um lado, o modo indicativo exprime, em geral, uma acção ou um estado considerados na sua realidade ou na sua certeza¹³⁰, por outro, o modo conjuntivo traduz uma atitude diversa já que encara o facto ou acontecimento como uma coisa incerta, duvidosa, eventual ou, mesmo, virtual e irreal¹³¹. Outros valores como a pressuposição e

¹²⁷ É importante distinguir “modo” e “modalidade”. De forma muito simples, diremos que o “modo” está circunscrito à forma verbal, enquanto a “modalidade” abarca todo o enunciado. Segundo Santos (1999: 87) “A *Modalidade* corresponde portanto ao acto através do qual o sujeito atribui um valor de verdade a uma proposição, implicando o *Modo* como este a considera: ou verdadeira V, ou falsa F (cf. Parrett 1976)”. Em última análise, a autora considera que os «modos verbais» participam na construção da Modalidade.

¹²⁸ Meillet, citado por Santos (1999: 92), confirma que os “modos verbais” são, justamente, “les formes au moyen desquelles est indiquée l’attitude mentale du sujet parlant par rapport au procès indiqué par le verbe ». Castilho (1967: 16), fundamentando-se em Meillet, afirma que « O modo indica a atitude do sujeito em relação ao processo verbal, que pode ser encarado como algo real (Indicativo), eventual (Conjuntivo) ou necessário (Imperativo)”.

¹²⁹ *Apud* Câmara (1979: 98)

¹³⁰ Cunha e Cintra, 1991: 447

¹³¹ São muitos os estudiosos que partilham desta opinião, como destaca Santos (1999: 156): “(...) se o «indicativo» é sempre o “modo da realidade”, que se emprega “para designar um facto real” (Ferreira e Figueiredo, 1995:66), ou que “indica que o falante encara o que enuncia como real” (Florido *et al.*, 1979:209), ou que “apresenta o enunciado como real” (Pinto e al., 1995: 133), ou, finalmente, que “exprime uma acção concebida como uma realidade” (Borregana, 1995: 170), já a situação se torna muito diversa para o «conjuntivo». Começa por ser o “modo da eventualidade e possibilidade” (Ferreira e Figueiredo 1995: 67), mas também “exprime uma acção concebida como duvidosa, potencial, possível, desejável, recomendável” (Borregana, 1995: 170; Nunes *et al.* 1982: 133). Também pode apresentar “o

a possibilidade associam-se ainda ao modo conjuntivo. Digamos que o facto ou acção apresentado no modo conjuntivo, quer se dê quer não se dê, é “avaliado subjectivamente” (Vilela, 1995: 138-139). F. Fonseca (*apud* Marques, 1995: 160) afirma a este propósito que “O Conjuntivo significa pois os processos como virtuais, só realizáveis através da potência subjectiva actualizadora do sujeito falante, seja ela de carácter volitivo ou intelectual”. Deriva, muito provavelmente, deste valor semântico de virtualidade intrínseco ao “conjuntivo” a subordinação quer sintáctica quer semântica¹³².

A subjectividade que caracteriza o modo conjuntivo marca também o modo imperativo, modo que traduz ordem ou exortação, desejo ou anelo, convite, conselho, pedido ou súplica:

“O conjuntivo, incluindo o imperativo, assinala uma tomada de posição subjectiva do falante em relação ao processo verbal comunicado.

No indicativo não há essa «assinalização», mas não se afirma a sua inexistência. Por outro lado, o conjuntivo tem a característica sintáctica de ser uma forma verbal dependente de uma palavra que o domina (...). O imperativo tem a assinalização subjectiva, mas não a subordinação sintáctica¹³³. Já o indicativo não tem nenhuma dessas duas «assinalizações»¹³⁴, embora possa possuir, pelo critério de Jakobson, um carácter subjectivo e uma subordinação sintáctica. Note-se um e outra no exemplo – «Suponho que é verdade», e a assinalização de um e outra em - «Suponho que seja verdade»” (Câmara, 1979: 99)¹³⁵.

A oposição entre o indicativo e o conjuntivo é, pois, uma oposição de carácter modal, como considera Tláskal (1984: 247): “A oposição entre o conjuntivo e o indicativo representa (...) uma oposição modal entre a não-realidade e a realidade. O conjuntivo exprime a intenção e a vontade incluídas no verbo da principal, o indicativo representa uma simples verificação da realidade do facto compreendido na subordinada.” Na verdade, com o indicativo, o sujeito pressupõe a verdade da frase complemento, enquanto com o conjuntivo o sujeito da frase superior pressupõe um potencial de verdade da frase complemento. Vejamos os enunciados:

enunciado como possibilidade, desejo, eventualidade ou dúvida” (Pinto *et al.*, 1995: 133) ou, finalmente, indicar “que o falante encara o enunciado (...) como possível ou desejável (de qualquer forma não real)” (Florido *et al.*, 1996: 125).

¹³² A autora (Fonseca, 1970) após uma longa recensão de ocorrências de “conjuntivo”, considera que é função deste estabelecer uma relação sintáctica de dependência, ao mesmo tempo que, pelo “valor modal”, estabelece os processos verbais como dependentes da vontade ou da potência judicativa do sujeito falante.

¹³³ Embora a subordinação sintáctica não seja reconhecível a nível da estrutura de superfície, podemos aduzir que a nível da estrutura profunda a oração com imperativo está sempre dependente de verbos deónticos do tipo: ordeno-te..., aconselho-te..., peço-te..., etc.

¹³⁴ Afirma Óscar Lopes (1971: 245): “Reconhece-se facilmente um modo principal, não-marcado, de simples asserção afirmativa ou negativa”.

¹³⁵ Oliveira (*apud* Marques, 1995: 133) postula que o Indicativo é o “modo da afirmação absoluta e independente” e o Conjuntivo “modo da afirmação indirecta e dependente de outra palavra ou oração a que está subordinado, ordinariamente pela conjunção *que*”

- 1) *Ela acredita que o êxito traz bem-estar.*
- 2) *Ela acredita que o êxito traga bem-estar.*

A frase (1) pode ser parafraseada por “O êxito traz bem-estar e ela acredita nisso”; enquanto a frase (2) pode ser parafraseada por “O êxito pode trazer bem-estar e ela acredita nisso”. As frases com indicativo expressam, portanto, a convicção do enunciador na verdade da proposição que descrevem, daí o uso abundante deste modo verbal nas frases proverbiais cujo valor lógico é sempre verdadeiro, no contexto situacional em que é empregue¹³⁶.

Naturalmente que os modos “indicativo” e “conjuntivo”¹³⁷ nem sempre apresentam os valores que assumem por defeito, visto que o contexto influi grandemente nesse valor básico.

Quanto ao imperativo, também usado copiosamente nas “vozes da sabedoria”, para Barboza (1862: 157) “(...) é um presente quanto ao mandamento, mas denota um futuro quanto à execução do que se manda”. Daí que o próprio futuro, tempo marcadamente subjectivo, assumia também um valor modal próprio de imperativo.

O imperativo tem formas próprias somente para os sujeitos *tu* e *vós* nas expressões afirmativas. A deficiência nas frases negativas para os respectivos sujeitos e nas afirmativas ou negativas para os sujeitos *você*, *o Sr.*, etc. e para a 1ª pessoa do plural, supre-se recorrendo a formas do presente do conjuntivo. Daí falar-se em imperativo afirmativo e imperativo negativo.

Não se consideram como modos o Infinitivo, o Gerúndio e o Particípio Passado, porque são actualmente classificados como formas nominais e ainda o Condicional, pois, segundo gramáticas recentes, é visto como um futuro do passado e, por isso, é um tempo que poderá incluir-se no Indicativo.

Quanto ao conceito “modalidade”, o mesmo tem sido empregue por lógicos e linguistas de forma diversa e actualmente têm sido feitos esforços no sentido de articular os dois campos de investigação. Apresentaremos, de forma breve, os contributos fornecidos pela lógica e aplicáveis ao domínio da linguística.

¹³⁶ A veracidade dos provérbios poderia ser posta em causa dada a existência de provérbios aparentemente antagónicos, como: “O hábito faz o monge” e “O hábito não faz o monge”, porém tal não acontece dada a pertinência e apropriação do mesmo ao contexto em que é empregue.

¹³⁷ Há autores que defendem ainda que subjacente a qualquer uso do conjuntivo está uma reserva do enunciador face à realidade da proposição (Wherritt:1977). Assim, “concorda sem reservas e temos o indicativo; tem reservas, usamos o conjuntivo” (*apud* Marques. 1995: 26)

Assim, no campo da lógica considera-se que a *Modalidade* é uma operação mental que permite ao sujeito considerar o valor de verdade de uma proposição e manifestar essa atitude modalizando o conteúdo proposicional pelo que se distinguem as modalidades aléticas, das epistémicas e das deônticas. No caso das modalidades aléticas, diz-se que uma proposição é verdadeira ou falsa se a sua verdade ou falsidade depender apenas do próprio significado da proposição (Ex. *O Homem é um animal racional*); quanto às modalidades epistémicas, estas relacionam a verdade de uma proposição com o conhecimento do mundo do falante ou com o seu sistema de crenças (Ex.: *O Benfica joga hoje com o Sporting*); no que respeita às modalidades deônticas, as mesmas centram-se na noção de “dever” e expressam obrigações e permissões, sendo uma proposição deonticamente necessária ou possível relativamente a um sistema de leis (Ex.: *Nas localidades deve-se conduzir a 50 km hora*).

Sublinhe-se novamente que a *Modalidade* é “uma categoria-protótipo do pensamento, de acordo com a qual o sujeito ajuíza o conteúdo proposicional ou informação a transmitir”. Assim se configura na frase uma determinada operação de modalização, assinalada nas formas linguísticas, através das quais o falante exprime a sua atitude face ao que diz (cf. Lyons 1977, Palmer 1986, Bybee *et al.* 1994). Enfim, a investigação linguística tem se ocupado das expressões e estruturas linguísticas que traduzem fundamentalmente a *atitude do falante*, nomeadamente sistemas gramaticais centrados nos modos verbais, verbos modais (poder, dever, etc.), adjuntos adverbiais modais (provavelmente, certamente, etc.), meios prosódicos, tipos de frase entre outras estruturas linguísticas. Repare-se que os *modos verbais* são apresentados como um dos meios de expressão da *Modalidade*.

Na área da linguística, Palmer (1986), citado por Lopes (1992: 185), destaca a dificuldade de definir de forma unívoca a categoria “modalidade”, “dada a fluidez com que tradicionalmente se circunscreve o seu valor semântico: expressão das opiniões ou avaliações do falante relativamente àquilo que fala (...); marca do grau de comprometimento do falante relativamente à verdade do que diz; expressão linguística da não-factuality”.

Numa tentativa de articulação da lógica e da linguística, as modalidades epistémicas parecem ser as mais relevantes numa perspectiva linguística, ainda que as deônticas e as aléticas sejam também aplicáveis nesta área. Deste modo, todo e qualquer acto de enunciação implica um mínimo de informação, por parte do locutor, acerca do estado de coisas descrito pelo seu enunciado, pelo que um enunciado declarativo

simples (Ex.: *A Ana come a sopa*) manifesta uma atitude de certeza por parte do falante, ainda que não comporte uma lexicalização das modalidades epistémicas. Através de tal enunciado, o falante realiza uma asserção categórica: o estado de coisas descrito apresenta-se como um facto, directamente acessível do ponto de vista epistémico. Por outro lado, quando há lexicalização de verbos modais epistemicamente interpretados (crer, saber, etc.), tais verbos indicam que a proposição complemento é inferida, mas ainda não conhecida como verdadeira e factual (Ex.: *Crê-se que amanhã vai chover*).

Por sua vez, num enunciado deonticamente modalizado, afirma-se a obrigação ou permissão de fazer algo, ou seja, descreve-se como obrigatória ou permitida uma forma de conduta a adoptar pelo interlocutor através de um conjunto de meios diversificados que viabilizam a expressão de uma vasta gama de interacções, desde a ordem, pedido até ao simples conselho ou advertência. Os enunciados aleticamente modalizados, centrais no domínio da lógica, são escassos na área da análise linguística, pois não ocorrem frequentemente no discurso quotidiano proposições que sejam necessariamente verdadeiras, como *O sol gira à volta da terra*.

No nosso trabalho, distinguiremos as modalidades proposicionais que determinam o valor de verdade das proposições, aproveitando os contributos da lógica, e as modalidades ilocutórias, que exprimem diversos tipos de actos linguísticos, reveladores das intenções dos falantes. Com efeito, um enunciado produzido por um falante para além de possuir um significado ou conteúdo proposicional, que deflui da função representativa da linguagem, o mesmo realiza uma acto linguístico ou acto ilocutório indicador da intenção que levou o falante a construir esse enunciado.

Na análise das modalidades proverbiais, recorreremos aos contributos da teoria de Searle (seguidor da teoria austiniana¹³⁸) que distingue cinco tipos de actos ilocutórios: actos representativos ou assertivos, directivos, compromissivos, expressivos e declarativos. Da tipologia proposta por Searle, verificaremos que os provérbios apenas ostentam os actos assertivos ou representativos, os que têm por objectivo ‘descrever um estado de coisas’ e os actos directivos, os que têm como objectivo ‘colocar o interlocutor na obrigação de realizar uma acção futura’.

¹³⁸ Austin (1962) distingue acto locutório (acto de produção de um enunciado dotado de significado e referência; acto ilocutório (acção realizada pelo falante na e pela enunciação), e acto perlocutório (consequências ou efeitos que a enunciação de uma frase desencadeia nas acções, pensamentos ou crenças do interlocutor).

O estudo que se segue sobre o modo e as modalidades no texto proverbial revelará como o modo indicativo é o mais frequente nos enunciados que realizam actos assertivos, ainda que o mesmo compareça também em enunciados que realizam actos directivos. Por sua vez, o modo imperativo é o modo de eleição dos enunciados que realizam actos directivos.

5.1. O MODO E AS MODALIDADES NO TEXTO PROVERBIAL

Se o provérbio é substancialmente o discurso do dever/fazer é natural que ostente o modo imperativo na sua constituição. Contudo, o modo verbal **imperativo**, ainda que muito abundante nos textos proverbiais, não tem um uso tão dominante como o **indicativo**, conforme comprova o *corpus* de provérbios dos romances saramaguianos.

Este fenómeno é aparentemente paradoxal se considerarmos que a maior parte dos provérbios encerram uma advertência ou conselho e podem até se reduzir a uma injunção e a uma interpretação imperativa. Por exemplo, implícito ao enunciado assertivo *Quem não tem cão caça com gato* (E.C.: 268) está uma injunção do tipo *Quem não tem cão cace com gato*. Saliente-se ainda que muitos provérbios, portadores de um acto ilocutório directivo, apresentam uma variante em que o verbo em vez de estar no modo conjuntivo (em muitos casos substituto do modo imperativo), está no modo indicativo: *A quem dói o dente que vá (vai) ao dentista*.

Com efeito, do ponto de vista formal, o emprego do indicativo presente é o mais abundante, pois permite ao locutor veicular uma conduta, uma regra de comportamento sem impô-la directamente numa espécie de “jogo do dizer sem dizer”¹³⁹ ou, como menciona Sousa (2001: 68), “a preferência é pelo indicativo presente precedido de um SN na terceira pessoa, que lhe confere a suavidade necessária a quem deseja falar sem dizer”.

Contudo, o modo indicativo figura, em geral, nos provérbios descritivos¹⁴⁰ (*Olho vê, mão pilha, A água corre sempre para o mar, A mulher e o vinho enganam o mais fino*) e o modo imperativo nos provérbios normativos (*Entre marido e mulher, não metas a colher, Não deixes para amanhã o que podes fazer hoje, Dai a cada um o que é seu*).

Os primeiros, com um valor ilocutório assertivo, descrevem, através do indicativo, estados de coisas que veiculam uma cosmovisão do mundo, ao mesmo tempo que o enunciador manifesta a crença de que uma dada proposição é verdadeira. Efectivamente, quando o enunciador colectivo profere um provérbio descritivo realiza

¹³⁹ Expressão utilizada por Sousa (2001: 68)

¹⁴⁰ A proposta teórica de Parret (1976) distingue modalidades proposicionais e modalidades ilocutórias. O parâmetro ilocutório fundamenta uma tipologia que distingue duas classes básicas de provérbios, provérbios descritivos e provérbios normativos.

uma asserção categórica, pois há um sistema de crenças e conhecimentos comuns que legitima a verdade da proposição expressa. Esta é “implicitamente modalizada por um operador epistémico que poderíamos traduzir por ‘é certo que’ ou ‘sabe-se que’ ou ainda ‘acredita-se que’:

“Perante a morte, o que se espera da natureza é que percam os rancores a força e o veneno, **é certo que se diz**¹⁴¹ que *o ódio velho não cansa*, e disso não faltam provas na literatura e na vida (...)” (E.C.: 86)

Além desta modalização o enunciador também legitima a verdade da sua asserção recorrendo a expressões que apontam para a verdadeira entidade autoral do enunciado: “como diz o povo”, “lá dizem os antigos”, “diz o outro”, etc.:

“Ora, arranjará logo uma estrangeirinha para ficar com a maior parte para ele, Já lá **dizia o outro**¹⁴² que *na terra dos cegos quem tem um olho é rei* (...)” (E.C.: 103)

Os provérbios normativos, com um valor ilocutório directivo, ocorrem em frases de tipo imperativo e expressam normas de conduta e regras de comportamento prototípicas, funcionando como um código não escrito de uma ética popular.

Embora não haja uma correspondência biunívoca entre actos ilocutórios e tipos de frases, não há dúvida que, se por um lado, a frase declarativa¹⁴³ parece constituir o suporte linguístico por excelência do acto ilocutório assertivo, por outro, a frase imperativa constitui o suporte linguístico prototípico do acto ilocutório directivo.

O modo conjuntivo por estar, geralmente, associado à expressão da incerteza ou por pressupor apenas um potencial de verdade, tem um uso mais restrito, comutando em algumas frases proverbiais com o indicativo ou assumindo funções de imperativo nos actos directivos negativos. Por exemplo, no provérbio: *Quem come as duras come (coma) as maduras*, se o falante optar pelo uso do indicativo “come as maduras” expressa o acto como certo e real, mas se optar pelo uso do conjuntivo “coma as maduras”, apenas expressa a acção como contingente e totalmente dependente da intenção e da vontade do falante quanto à execução do acto. Algumas vezes o

¹⁴¹ Destacado nosso.

¹⁴² Destacado nosso.

¹⁴³ Conforme indica Afonso (2000: 56-57), “tratando-se de textos assertivos com a função de representação, a intenção informativa, visando activar conhecimentos já existentes, é a que se detecta mais facilmente; não admira por isso, que predominem as frases declarativas (78%), logo seguidas das imperativas (20%) dada a dominante conativa (ou apelativa com a qual se pretende levar o destinatário a agir) e a natureza performativa que apresentam muitos adágios. Mais raros são os de tipo exclamativo (2%), dependendo, na nossa perspectiva, do carácter intencional que lhes for conferido pelo enunciador do adágio. Não registámos a ocorrência de nenhum adágio do tipo interrogativo”.

conjuntivo é mesmo preterido pelo indicativo, implicando uma sintaxe irregular da frase: *Ainda que somos (sejamos) de Beja, não nos lançam da Igreja.*

Outros exemplos ainda se acrescentam de modo a demonstrar como o modo indicativo, o mais abundante dos três modos, comuta em muitos enunciados proverbiais com o conjuntivo, pois permite ao sujeito falante apresentar como certa e verdadeira uma situação válida em todos os intervalos de tempo:

(1) *A raposa faz pela semana com que ao domingo não vá (vai) à igreja.*

(2) *Mel se o achares (achaste) come o que baste.*

(3) *Quem tarde vier coma (comerá) do que houver.*

5.2. PROVÉRBIOS DESCRITIVOS

Os provérbios descritivos descrevem situações-tipo ou relações entre situações-tipo que configuram uma determinada visão do mundo, daí que os mesmos tenham uma força ilocutória representativa ou assertiva.

Há, no entanto, que distinguir os provérbios descritivos simples, sem modalização explícita dos provérbios descritivos com modalização explícita.

Observemos alguns exemplos extraídos do *corpus* que ilustram os provérbios descritivos simples:

As aparências enganam (J.P.: 249)

Burro com fome cardos come (L.C.: 225)

Barco parado não faz viagem (A.C.:152)

Cão que ladra não morde (J.P.: 179)

De noite todos os gatos são pardos (M.C.: 245)

Deus castiga sem pau nem pedra (M.C.: 234)

Erva ruim não a cresta a geada (L.C.: 149)

O hábito não faz o monge (E.C.: 204)

O sol quando nasce é para todos (M.C.: 27)

Uma mão lava a outra, as duas lavam o rosto (M.C.: 91)

Nestes textos proverbiais, é evidente que o enunciador descreve um estado de coisas que reconhece como certo e verdadeiro por evidência epistémica.

As asserções simples ou categóricas apresentam a predicação como um facto; não há pois qualquer modalização explícita no enunciado. Como sustenta Oliveira (1988: 131), “a manifestação da certeza é normalmente expressa linguisticamente pela ausência de modalização”. Quando discursivamente se explicita um operador de modalização proposicional, o enunciado passa a descrever não um estado de coisas reconhecido como verdadeiro por evidência epistémica, mas um estado de coisas inferido. Verificamos que a frase declarativa é o suporte linguístico por excelência do acto ilocutório representativo ou assertivo e o modo indicativo, modo menos marcado quanto à expressão da atitude do locutor, é o privilegiado. Relembrando a asserção de O. Lopes

(1971: 245): “Reconhece-se facilmente um modo principal, não-marcado, de simples asserção afirmativa ou negativa”.

Recapitulando, diremos que o enunciador colectivo, porta-voz da comunidade, realiza uma asserção categórica implicitamente modalizada por um operador epistémico do tipo “é certo que”, “sabe-se que”, etc. A evidência epistémica que implica a verdade da proposição expressa é válida em todos os mundos possíveis, precisamente porque se baseia num sistema de crenças e conhecimentos comuns à massa dos falantes da comunidade.

Conforme destaca Lopes (1992: 198), há nesta série de provérbios descritivos sem modalização explícita dois subconjuntos diferenciados que importa referir.

Por um lado, temos os provérbios descritivos que “são necessariamente verdadeiros, no plano epistémico, porque expressam predicções que estão já de certo modo condensadas no significado estereotípico dos lexemas nominais tematizados; no provérbio *Barco parado não faz viagem* (A.C.: 152) (104), por exemplo, diremos que ‘não fazer viagem’ é uma propriedade que integra o estereótipo de ‘barco parado’, entendendo-se por estereótipo as representações que os falantes associam a instâncias típicas de objectos e eventos, com base no seu conhecimento do senso comum. O mesmo acontece com os provérbios *As aparências enganam* (J.P.: 249); *O sol quando nasce é para todos* (M.C.: 27); *Uma mão lava a outra, as duas lavam o rosto* (M.C.: 91).

Por outro lado, há um subconjunto de provérbios descritivos muito mais amplo que o primeiro, onde se incluem os provérbios cuja predicção não é previsível em função desse saber estereotípico que associamos a objectos ou situações. Por exemplo, no provérbio *Cão que ladra não morde* (J.P.: 179), o predicado ‘não morder’ não faz parte da representação estereotípica que associamos à situação-tipo designada pela expressão ‘cão que ladra’. Curiosamente, muitos provérbios presentes nos adagiários e empregues pelos falantes da língua apresentam como estereotípicas propriedades que *a priori* o não são. Visto que os provérbios apresentam como certas e verdadeiras proposições que, enunciadas por um falante em situação normal de comunicação, seriam apenas epistemicamente possíveis, os mesmos apresentam-se como perfeitos geradores de estereótipos, pois contribuem para cristalizar a afectação de determinadas propriedades a objectos e situações.

Quanto aos provérbios descritivos com modalização explícita, os mesmos ostentam na sua estrutura frásica verbos modais como *haver de*, *poder*, etc. Visto que o

corpus retirado dos romances saramaguianos não apresenta nenhum exemplo de provérbio descritivo com modalização explícita, podemos deduzir que são mais escassos os provérbios que explicitam modais, o que se compreende tendo em conta o seu estatuto de texto institucionalizado que veicula a *vox populi* essencialmente sob a forma de asserções categóricas.

No entanto, sabemos da existência de enunciados proverbiais que comportam os verbos modais ‘*haver de*’ e ‘*poder*’ epistemicamente interpretados.

No provérbio *Quem ceia e se vai deitar, má noite há-de passar*, o verbo modal ‘*haver de*’ exprime um valor epistémico de alta probabilidade. Na verdade, estamos perante uma construção que tem subjacente umnexo condicional: “se x ceiar cedo e se x se deitar cedo, então é altamente provável que x passe uma má noite”. Correlacionam-se, assim, situações-tipo, estabelecendo-se entre elas umnexo de causa/efeito.

Quanto aos provérbios que comportam o verbo modal ‘*poder*’, como é o caso de *Filho de burro não pode ser cavalo*, é possível, segundo Lopes (1992: 201), “estabelecer uma equivalência semântica entre o operador modal poder sob o escopo da negação e os operadores de negação de proposições universalmente quantificadas *nunca* e *nenhum* (...)”. Também acrescentaremos que o verbo modal “*poder*”, ainda sob o escopo da negação, pode ser interpretado como modalizador alético, pois ao dizer ‘*não se pode*’, o locutor está a asserir o carácter necessariamente falso da proposição. Assim, o provérbio *Filho de burro não pode ser cavalo* pode ser parafraseado pelos seguintes enunciados:

- *Filho de burro nunca pode ser cavalo;*
- *Nenhum filho de burro pode ser cavalo;*
- *É impossível filho de burro ser cavalo.*

É evidente que estes casos da expressão da impossibilidade através do modal *poder* sob o escopo da negação não invalida a afirmação já asserida de que a expressão linguística da certeza privilegia os provérbios descritivos simples, afirmativos ou negativos. Aliás, há no *corpus* provérbios que veiculam a noção de impossibilidade sem recorrerem à explicitação do modal:

- *Não há bem que sempre dure, nem mal que ature (E.C.: 123)*
- *O diabo nem sempre está atrás da porta (E.C.: 193)*

5.3. PROVÉRBIOS NORMATIVOS

Os provérbios normativos prescrevem, como já se referiu, normas de conduta e regras de comportamento prototípicas a adoptar pelos membros da comunidade. Estes provérbios têm uma força ilocutória directiva, pois o enunciador, porta-voz das regras que presidem ao funcionamento da comunidade, tem como objectivo levar o locutário a realizar uma acção.

O acto ilocutório directivo nos provérbios manifesta-se em actos linguísticos como ordem, sugestão, conselho e advertência, o que se compreende tendo em conta a relação de autoridade moral do locutor sobre o locutário, enquanto representante do conjunto de regras duma colectividade. Na ausência de performativos explícitos (ordeno-te, aconselho-te, etc.), a frase imperativa figura como o suporte privilegiado para a realização de actos ilocutórios directivos directos.

O enunciador colectivo, porta-voz da comunidade, prescreve regras comportamentais sob a forma de injunções afirmativas ou negativas. Quando a injunção é positiva, ocorre uma forma verbal no modo imperativo: *Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus* (L.C.: 354); quando a injunção é negativa, a negação afecta o modo verbal, ocorrendo então o modo conjuntivo: *A boda e a baptizado não vás sem ser convidado* (M.C.: 300); *Com teu amo não jogues as peras (...)* (L.C.: 325); *Se queres conhecer o teu corpo abre o teu porco* (L.C.: 145).

Antes de passarmos à análise das estruturas linguísticas que comportam um valor directivo, estabeleceremos uma distinção entre injunções absolutas e restritas. A validade das primeiras não depende da verificação de certas condições, as segundas são válidas desde que se verifiquem determinadas condições.

Das injunções presentes no *corpus* quatro são absolutas e uma relativa. Uma injunção é restrita “quando explicitamente se restringem as condições que devem presidir ao cumprimento dessa mesma injunção” (Lopes, 1992: 205). Assim, no provérbio *Se queres conhecer o teu corpo abre o teu porco* (L.C.: 145), explicita-se a razão ‘*Se queres conhecer o teu corpo*’ que justifica o cumprimento da injunção ‘*abre o teu porco*’.

O elemento restritor pode ser uma oração introduzida por ‘se’, como a que atrás apresentámos, ou por ‘quando’: *Quando as nuvens correm para o mar, pega nos bois e*

põe-te a lavrar que aqui não funciona como restritor temporal, mas apenas como restritor de ocasiões, parafraseável por um 'sempre que' atemporal.

Existem diversos tipos de estruturas linguísticas que no universo proverbial comportam um valor directivo. Para além da frase imperativa absoluta (com a ocorrência do modo imperativo, no caso das injunções positivas, e das formas supletivas do modo conjuntivo, no caso das injunções negativas), existem outras estruturas que viabilizam a realização indirecta do acto ilocutório directivo (note-se que o valor directivo não é expresso somente pelo modo imperativo, mas todas as construções com imperativo possuem um valor directivo):

1) *Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus* (L.C.: 354)

Faz o bem não olhes (sem olhar) a quem

Guarda o que não presta, encontrarás o que é preciso (E.C., p. 273)

2) *Quando fores bigorna, sofre, e quando fores malho, malha.*

Se queres conhecer o teu corpo abre o teu porco (L.C.: 145).

Se vires tropa, trota.

3) *A boda e a baptizado não vás sem ser convidado* (M.C.: 300);

Com teu amo não jogues as peras (...) (L.C.: 325);

Nunca deixes a certeza pela esperança.

4) *Malhar no ferro enquanto está quente*

Ao médico, ao letrado e ao abade, falar verdade

5) *Não farás horto em sombra, nem casa a par de ribeira.*

6) *Quando a lua minguar nada hás-de (deves) semear.*

7) *Cada qual com seu igual* (E.C.: 109)

A palavras loucas, orelhas moucas (A.C.: 200)

Cada coisa no seu lugar (A.C.: 144)

A filho e amigo, pão e castigo

Vinho, azeite e amigo, o mais antigo

8) *(É) Melhor um pássaro na mão que dois a voar* (A.C.: 169)

É melhor pensar e falar que falar e pensar
Mais vale prevenir que remediar
Mais vale pronto recusar que falso prometer
Antes burro vivo que sábio morto
Antes casada arrependida que freira aborrecida

9) *Morra Marta, morra farta* (L.C.: 77)
Vão-se os anéis e fiquem os dedos (L.C.: 305)

Fica, assim, bem visível como o acto ilocutório directivo figura em diferentes construções linguísticas.

Os exemplos aduzidos em 1) ilustram o imperativo prototípico, o imperativo afirmativo, aquele que recorre às 2ª pessoas do presente do indicativo e que veicula uma injunção absoluta.

Em 2) temos o imperativo afirmativo veiculando uma injunção restrita.

Em 3) temos o imperativo negativo que recobre outras formas suplementares derivadas do conjuntivo e, seguidamente, apresentam-se outros tempos que assumem também a função imperativa, como o infinitivo em 4) o futuro em 5). Porém, o acto ilocutório directivo alarga o seu domínio recorrendo ainda a usos perifrásticos (frases declarativas deonticamente modalizadas), como em 6).

Outras construções têm ainda subentendido o acto ilocutório directivo, como as construções elípticas em 7) e as construções preferenciais em 8).

Finalmente, há um subconjunto de provérbios em 9) *Morra Marta morra farta* que podem ser interpretados como exortações epicuristas do tipo: 'Que cada homem aproveite bem a sua vida' e *Vão-se os anéis, fiquem os dedos*, exortação no sentido da valorização do essencial. Vejamos, por exemplo, o provérbio *Morra Marta, morra farta* no contexto do romance *Levantado do Chão* de Saramago:

“Veio a serpente da tentação, subiu à ramada onde está João Mau-Tempo a ver Lisboa e prometeu-lhe as maravilhas e riquezas da capital a troco do pequeno dinheiro da passagem, não tão pequeno como isso para as posses, porém, *morra Marta, morra farta*, tolo é quem se negar.”(L.C.: 77)

Como ficou visto, para além da frase imperativa afirmativa, veículo de injunções absolutas ou restritas, existem muitas outras possibilidades de expressão linguística da força ilocutória directiva.

As frases declarativas deonticamente modalizadas, ilustradas em 6), ostentam os verbos modais *haver de* e *dever* sob o escopo da negação. Estas realizam indirectamente uma injunção negativa, absoluta ou restrita, através da asserção da obrigatoriedade de uma acção: dado um sistema de leis sociais ou éticas, é obrigatório realizar ou não determinada acção.

Quanto às construções elípticas *Cada qual com seu igual* (E.C.: 109); *A filho e amigo, pão e castigo*; *A palavras loucas, orelhas moucas* (AC.: 200) verifica-se a elisão da forma imperativa do verbo, respectivamente *fique*, *dá* e *faz*. Como variantes de expressão, teríamos enunciados deonticamente modalizados por *dever*: ‘Cada qual *deve ficar* com seu igual’; ‘A filho e amigo, *deves dar /deve dar-se* pão e castigo’; ‘A palavras loucas *deves fazer/deve fazer-se* orelhas moucas’. Há mesmo certas estruturas elípticas que têm subentendido o verbo modal *dever*: *Cada coisa no seu lugar* (AC.: 144), isto é, *Cada coisa deve estar no seu lugar*; *A bom comer ou mal comer* (*deve-se / devemos*) *três vezes beber*.

Outras estruturas elípticas, portadoras de actos directivos como advertências e conselhos, manifestam a elisão da forma verbal *prefere*: *Vinho, azeite e amigo, o mais antigo*; *Mulher e a lima a mais lisa*.

Ainda no âmbito das construções elípticas, que têm implícita uma forma verbal imperativa, é relativamente produtiva a configuração sintáctica ‘Nem SN¹, nem SN²’ como demonstram os muitos exemplos que figuram nos adagiários:

Nem bonita que abisme, nem feia que faça medo

Nem cantar surdo, nem barbeiro mudo

Nem casa em ladeira, nem mulher bailadeira

Trata-se de uma estrutura de coordenação entre duas injunções negativas, com elisão dos respectivos predicados verbais ‘*não queiras...*’.

Quanto às construções com infinitivo e futuro, verifica-se que tanto o futuro como o infinitivo podem ser comutados por formas verbais no imperativo. Assim:

Não faças horto em sombra, nem casa a par de ribeira.

Malha no ferro enquanto está quente

Ao médico, ao letrado e ao abade, fala verdade

Finalmente, verificamos que as construções preferenciais também muito abundantes no universo paremiológico comportam sempre um valor prescritivo, pois asserir que p é melhor que q é sugerir indirectamente que, num contexto de escolha, se deve seleccionar p em detrimento de q .

6. PESSOA E NÚMERO: breves considerações teóricas

“O tempo não passa por mim: é de mim que ele parte”

(Vergílio Ferreira, Aparição)

A noção de “pessoa” – ligada sobretudo aos pronomes pessoais e integrada na própria desinência flexional do verbo – é o eixo de uma categoria importante na língua: a deixis linguística. É a categoria pessoa que instala o ponto deictico na enunciação e que permite o estabelecimento das relações entre o falante, o espaço e o tempo da enunciação e do enunciado. Transcrevendo as palavras de Fonseca (1992: 168) “Medida de todas as coisas, o homem é também «medida» do tempo”.

Todas as categorias verbais têm como ponto de referência o sujeito falante. É em relação a este que surge o *tempo*, pois é de acordo com a posição assumida pelo falante que se processam acções simultâneas, anteriores e posteriores e o *modo* que representa a atitude do sujeito falante perante o processo verbal.

Como as outras categorias gramaticais, o verbo admite dois números: o singular e o plural. Um verbo está no singular quando se refere a uma só pessoa ou coisa e, no plural, quando tem por sujeito mais de uma pessoa ou coisa.

O verbo possui três pessoas relacionadas directamente com a pessoa gramatical que lhe serve de sujeito. A primeira é aquela que fala e corresponde aos pronomes pessoais *eu* (singular) e *nós* (plural): estudo, estudamos. A segunda é aquela a quem se fala e corresponde aos pronomes pessoais *tu* (singular) e *vós* (plural): estudas, estudais. A terceira é aquela de quem se fala e corresponde aos pronomes pessoais *ele, ela* (singular) e *eles, elas* (plural): estuda, estudam.

6.1. A PESSOA E O NÚMERO NO TEXTO PROVERBIAL

Nos provérbios constrói-se um universo virtual em que está sempre presente um “eu” (locutor) que se dirige a um “tu” (locutário).

Os pronomes pessoais de 2ª pessoa (tu, vós, vocês) comportam nos provérbios a modalidade de referência genérica, perdendo neste contexto o seu estatuto de formas deícticas, ou seja, “os pronomes pessoais que ocorrem não designam as pessoas do discurso, particulares situacionalmente definidos, antes referem todos os eventuais protagonistas de um processo de interacção verbal. Perdem, assim, o seu estatuto de deícticos, na medida em que referem o conjunto dos potenciais loquentes, funcionando como formas impessoais de denotação genérica.” (Lopes, 1992: 131). Veja-se, por exemplo, o funcionamento do pronome pessoal de 2ª pessoa no provérbio: *A quem hás-de rogar, não hás-de (deves) assanhar, tu* não reenvia para o interlocutor, antes funciona como forma impessoal de denotação genérica. O provérbio em questão pode ser parafraseado do seguinte modo: «Não se deve enfurecer a pessoa a quem se vai fazer um pedido». Do mesmo modo, no provérbio *Não deixes para amanhã o que podes fazer hoje* a injunção veiculada não se dirige especificamente a um interlocutor: o *tu* é uma variável que pode ser instanciada por qualquer elemento da comunidade. Esclarece Radefeldt (1984: 228):

“As expressões de deixis pessoal nos provérbios têm, a maior parte das vezes, a forma do pronome pessoal da segunda pessoa gramatical do singular, desempenhando assim uma função de tratamento (directo ou indirecto). O emprego de um provérbio pode ter, para além da função de comentário textual sobre acções, acontecimentos e processos, também e sobretudo a função de exprimir um conselho sob forma geral. Esta função apelativa pode aplicar-se ao próprio falante de maneira que um «tu» num provérbio pode ter a função referencial de um «eu» ao mesmo tempo. Por exemplo, quando um recém-casado se queixa da sua insónia em frente do amigo e acaba dizendo: «Casa-te e verás: perdes o sono e mal dormirás»”.

Este funcionamento peculiar dos pronomes pessoais deve-se, naturalmente, ao estatuto de citação do texto proverbial, pois “o falante que reproduz um provérbio está a citar um texto alheio, fazendo-se eco de um número ilimitado de enunciações anteriores, o que implica desde logo a não coincidência entre o eu do enunciado e o eu da enunciação, e, correlatamente, entre o tu do enunciado e o tu da enunciação” (Radefeldt, 1984: 131).

Outros pronomes à semelhança de *alguém, ninguém, quem, todo(s), tudo* ou locuções pronominais do tipo *cada um, cada qual* funcionam também como sujeitos

indeterminados que não referenciam um indivíduo em particular, antes se dirigindo a um conjunto virtual de possíveis locutários, pois, como já se notou no decorrer deste trabalho, os provérbios apresentam-se como textos mínimos de carácter genérico desprovidos de qualquer valor referencial, ou melhor, existe um potencial valor de referencialidade que só é determinado em função do contexto de uso do provérbio.

Digamos que o acto de referenciação só revive, ganhando vida e transparência num contexto de utilização. Apenas neste contexto é que o provérbio referencia um indivíduo e, ainda, assim, de forma vaga e imprecisa.

Os provérbios do *corpus* ilustram um dos dois tipos de construção injuntiva assinalados em Mateus *et alii* (1989: 249-252): as “frases simples de expressão de ordem com sujeitos nulos”, quando o locutário é uma entidade específica (tu, vós, vocês): *A boda e a baptizado não vás sem ser convidado* (M.C.: 300); *Guarda o que não presta, encontrarás o que é preciso* (E.C.: 273).

O outro tipo de construção injuntiva, a frase simples de expressão de ordem com sujeito pleno (alguém, ninguém, quem¹⁴⁴) quando o locutário é indeterminado, não figura do *corpus* pelo que podemos deduzir que são menos produtivos do que os sujeitos nulos no universos paremiológico. Acontece, porém, que a 2ª pessoa designa sempre no enunciado proverbial um qualquer potencial interlocutor, por isso mesmo um provérbio como *A boda e a baptizado não vás sem ser convidado* (M.C.: 300) admite a paráfrase *Ninguém deve ir a boda e a baptizado sem ser convidado*:

“A história dos casamentos está cheia de gente que ficou do lado de fora da porta, por isso, para evitar vexames, se avisa que *a boda, e também a baptizado, não vás sem ser convidado*” (M.C.: 300)

“A história dos casamentos está cheia de gente que ficou do lado de fora da porta, por isso, para evitar vexames, se avisa que *ninguém deve ir a boda, e também a baptizado, sem ser convidado*”.

Do mesmo modo, um provérbio injuntivo com sujeito pleno, por exemplo, *Ninguém deixe o certo pelo duvidoso* pode ser parafraseado por *Não deixes o certo pelo*

¹⁴⁴ A construção injuntiva com sujeito pleno “quem” não aparece referenciada por Mateus *et alii*. No entanto, consideramos que a relativa restritiva sem antecedente funciona como sujeito pleno da frase imperativa em frases proverbiais como *Quem a faz que a pague*.

duvidoso. Deste modo, se verifica que no contexto proverbial a injunção se dirige sempre a um locutário indeterminado pelo que se neutraliza a referida oposição.

7. VARIACÕES E MODULAÇÕES CRIATIVAS NA LINGUAGEM PARÉMICA

Desde sempre os nossos melhores escritores coloriram as suas obras com provérbios, que presentes na memória colectiva,¹⁴⁵ estão, por isso, permanentemente disponíveis em quaisquer circunstâncias de tempo e de espaço.

Disponíveis no vasto reportório da tradição oral, os textos proverbiais podem ser infinitamente reproduzidos e reutilizados pelos muitos falantes da língua, em lugares e tempos diversos, sem, no entanto, perderem a sua identidade e especificidade próprias.

São, portanto, textos anónimos¹⁴⁶, filhos de um “autor” colectivo¹⁴⁷, lexicalizados e institucionalizados. A este propósito, Anscombe (1994: 100) sustenta que “(...) l’auteur d’un proverbe est quelque chose comme une conscience linguistique collective (...). Celui qui énonce un proverbe, s’il est bien le locuteur du proverbe, n’est pas l’auteur de ce proverbe; en termes de polyphonie, il n’est pas l’énonciateur du principe qui est attaché. C’est lui en revanche qui endosse la responsabilité de déclarer ce principe applicable *hic et nunc*”.

A constante reactualização e reapropriação de um provérbio por parte de um locutor foi designado por Adam (1989: 202) de “réappropriation polyphonique”. Ainda para A. Berrendonner (1981: 207), “o provérbio é um caso típico de menção e de polifonia: o locutor apresenta a sua enunciação como sendo o simples eco de um número ilimitado de enunciações anteriores”¹⁴⁸.

¹⁴⁵ Giovanni Battista Vico foi o primeiro que no século XVIII verificou que os conhecimentos adquiridos por uma geração, em vez de se perderem, são transmitidos à geração imediata e assim sucessivamente. Estes preceitos foram expostos pelo autor na obra *Principi d’una scienza nuova* (1725). Augusto Comte e Edward B. Tylor confirmaram e ampliaram os conhecimentos previamente surpreendidos por Vico.

¹⁴⁶ A este propósito, esclarece Lopes (1992: 10) que “Pertença colectiva, o provérbio é, pois, um texto anónimo quando encarado numa perspectiva sincrónica; de um ponto de vista diacrónico, talvez seja mais correcto falar em termos de ‘anonimização’, na medida em que há sempre uma fonte remota individual responsável pela produção do enunciado”.

¹⁴⁷ O «povo» aparece sempre como o «ventre» a partir do qual são gerados. São inúmeros os escritores que imortalizam os provérbios como “filhos legítimos” do povo.

¹⁴⁸ Esta ideia vai ainda ao encontro da teoria polifónica de Oswald Ducrot (1980), que reafirma o valor do provérbio como enunciação de uma voz colectiva e não como expressão individual de um sujeito falante. Já Greimas (1970 : 309) havia notado que “On a l’impression que le locuteur abandonne volontairement sa voix et en emprunte une autre pour proférer un segment de la parole qui ne lui appartient pas en propre, qu’il ne fait que citer ».

Deste modo, ao serem enunciados, os provérbios funcionam sempre como uma **citação**¹⁴⁹, citação essa que pode ser ou não assumida e validada pelo locutor¹⁵⁰.

Com efeito, quando um falante deles se apropria e os incorpora no seu discurso, mais não faz do que citar uma voz alheia que a comunidade identifica. A enunciação de um provérbio é sempre o eco¹⁵¹, a reprodução e até a recriação de múltiplas enunciações anónimas pretéritas.

No momento da citação, a margem de criatividade e de inovação individual é restrita, já que está sujeito à imperatividade da tradição. Tais restrições à inovação estão estreitamente relacionados com o peso da função mnemónica¹⁵² dos textos de transmissão oral.

Apesar de tudo um provérbio pode manifestar variações e modulações, que constituem as suas variantes (por exemplo, o provérbio *Em casa de ferreiro, espeto de pau* concorre com uma variante: *Em casa de ferreiro, espeto de amieiro*). Como assinala Norrick, citado por Lopes (1992: 271) os provérbios admitem variantes: a condição de reconhecimento não requer uma rigidez total, embora limite a variabilidade das transformações. Porém, além de admitirem variantes, admitem também recriações¹⁵³:

¹⁴⁹ A enunciação e transmissão do provérbio enquanto citação de uma voz colectiva e alheia é preconizada por vários autores. Schmidt-Radefeldt afirma que “o ouvinte tem de efectuar uma transferência semanfórica no processo de interpretação do provérbios, uma vez que um provérbio é sempre usado, interpretado e transmitido como texto-citação”.

¹⁵⁰ Grandes escritores, nomeadamente Saramago, enriquecem as suas obras e autorizam os seus pensamentos e asserções fazendo uso da sabedoria do povo, ora sublimando-a, ora refutando-a. Se em abundantes passos textuais é assegurado o valor incontestável da sabedoria popular imerso nos provérbios (“É o senhor Escarlata que está a tocar, **é bem verdade que pelo dedo se conhece o gigante**, isto dizemos nós, uma vez que existe o provérbio e vem a propósito.” [M.C.: 225]), noutros emerge a verdade dos provérbios de forma relativizada (“Diz-se que *uma desgraça nunca vem só*, e costuma ser verdade, diga-o qualquer de nós, **porém**, desta vez, o marcador delas achou que era bastante ter morto um homem.” [M.C.: 261]) e noutros, ainda, é questionada e refutada essa mesma sabedoria popular (“(...) por isso é que *não vão os caminhos dar todos a Roma, mas ao corpo*”, [M.C.: 93]; “(...) *quem corre de gosto não cansa*, dizem, **mas** Baltasar chegou cansado e ninguém o obrigara a ir, se calhar, quem inventou o ditado tinha alcançado a ninfa e gozado com ela, assim não admira.” [M.C.: 224]).

¹⁵¹ Como preconiza Vilela (2000: 12-13): “quem cita um provérbio não é o seu autor. Quem o cita, é o locutor do provérbio, o juízo nele contido não entra na sua conta particular, não é o enunciador do seu conteúdo; é um enunciado «ecóico». Quem cita um provérbio produz como que «um eco de um eco»”.

¹⁵² Para poder resistir ao tempo e garantir a sua pervivência e a sua estabilidade configuracional, o texto oral recorre frequentemente a mecanismos que facilitam a sua memorização e posterior reprodução, em particular estruturas breves e fixas, muitas vezes marcadas por simetrias fonéticas e prosódicas.

¹⁵³ Nos meios de comunicação social, tal como nos textos literários ditos eruditos, é frequente a desfixação de provérbios e a desproverbialização (“A pobre não emprestes, a rico não devas, a frade não prometas” [M.C.: 76]). Por exemplo, em Mía Couto, as variadas e acentuadas modulações lúdicas concedidas aos provérbios não implicam a perda da sua identidade primitiva. Nos enunciados *Escrevo como Deus: direito mas sem pauta* (E.A.: 159) e *Deus escreve torto por linhas direitas* (F.H.L.: 105) reconhece-se o provérbio que lhes estão subjacentes: *Deus escreve direito por linhas tortas*, tal como no dizer “Olho por olho, dente prudente” (E.A.:...) está espelhado o provérbio: *Olho por olho, dente por dente*. Os enunciados “Contos contados são contos acrescentados” (J.P.: 100), “Quem contou um conto,

“Conheces o ditado, qual ditado, *O trabalho do velho é pouco, mas quem o despreza é louco*, esse ditado não é assim, Bem sei, onde eu disse velho, é menino, onde eu disse despreza, é desdenha, mas os ditados, se quiserem ir dizendo o mesmo por ser preciso continuar a dizê-lo, têm de adaptar-se aos tempos...” (E.C.: 269)

Na realidade, sabemos da natural propensão dos seres humanos para (re)criar e (re)inventar, enriquecendo continuamente o “imaginário” colectivo e, conseqüentemente, o adagiário popular¹⁵⁴. São muitos os escritores portugueses a «usar» e a «abusar» da linguagem parémica. Conforme nos afirma Mendes (2000: 16): “No diálogo intertextual com este e com os outros géneros populares, verifica-se a existência de um trabalho tanto de imitação como de criação e de recriação que define a literatura popularizante.” No entanto, este processo de imitação é, inevitavelmente, moldado pelos sentimentos e temperamento de quem imita, como nota Almeida Pavão (1980: 7): “(...) tal imitação sofreu, por um processo de osmose, a elaboração pessoal feita por um temperamento”. Assim, se compreende a hegemonia da função ideológica do provérbio nas obras de um escritor como José Saramago¹⁵⁵ e a supremacia da função

de não contar outro se dará desconto” (J.P.: 68), autênticas metamorfoses proverbiais, empregues por Saramago no romance *Jangada de Pedra*, parecem derivar claramente do provérbio “Quem conta um conto, acrescenta-lhe um ponto” que, como os outros, encerra uma verdade universal.

¹⁵⁴ Leite de Vasconcelos (1980: 82-83) mostra, em nota de rodapé, as múltiplas metamorfoses a que os provérbios estão, por vezes, sujeitos ao explicar a remota origem do provérbio “De Espanha nem bom vento nem bom casamento”. Assim “D’isto nasceu o provérbio: *semper aliquid mali Africa nobis adfert*, II, 387 (...) Certamente “nem bom casamento” é arredondamento rítmico, e o provérbio na origem era só a primeira metade: “de Hespanha nenhum bom vento” ou “não bom vento”. Outro arredondamento o temos em: “Deus te livre do Mouro e do Judeu, e do homem de Viseu, etc.; sem dúvida a primeira parte foi a originária, depois sucessivamente ampliada. (...) Já depois de redigida esta nota ouvi no Minho: Nunca de Braga veio bom tempo // nem de Coura bom casamento. Provérbio imitado do de cima, e também com ideia satírica, por causa da supremacia e rivalidade (Braga) e de má sonância de nome (Coura).”

¹⁵⁵ Como afirma Mendes (2000: 22): “No que diz respeito à sua utilização por José Saramago, (...) ela é absolutamente intencional, adequada à realidade narrada e indissociavelmente ligada ao seu ponto de vista.” Com efeito, o acto poético e criativo do autor não se reduz à citação e desconstrução de provérbios. Muitas vezes o narrador compraz-se em tecer comentários em torno do provérbio que revelam claramente a ideologia do autor: a dessacralização do divino e a sacralização do humano.:

“Boas contas deita Pedro, mas outras bem diferentes o patrão faz. Porém, diga-se já que este Pedro não é Orce, nem o narrador aliás sabe quem seja, embora admita que por trás do dito esteja aquele apóstolo com o mesmo nome que a Cristo negou três vezes, e estas são também as contas que Deus fez, provavelmente por ser trino e não ser forte em ciência aritmética. Costuma-se dizer que deita Pedro boas contas quando as contas que os Pedros fazem saem furadas, é um modo popular e irónico de significar que não deveriam uns decidir do que só a outros caberá cumprir, quer dizer, se errou Joaquim Sassa ao estipular cento e cinquenta quilómetros de marcha por dia, também Maria Guavaira não acertou quando emendou para noventa (...)” (J.P.: 274)

O narrador de *Levantado do Chão*, narrador “polifónico”, alarga os comentários de natureza científica, técnica e literária para comentários de natureza pessoal e subjectiva: “(...) e que *se queres conhecer o teu corpo abre o porco*, porque iguais são. A afirmação é ousada e herética, põe em causa os escrúpulos do criador, que, não sabendo que mais inventar, tendo de fazer o homem repetiu o porco, mas se tanta gente o diz, verdade será” (L.C.: 145).

lúdica nas obras de um escritor como Mia Couto. Na verdade, não é meramente casual a reiteração de um provérbio como *O sol quando nasce é para todos* nos romances de Saramago uma vez que ilustra a ideia de igualdade, *leitmotiv* da sua obra.

Este fenómeno de vitalidade proverbial, que consiste tanto na pura imitação como na criação e recriação, é possível graças à peculiar natureza do provérbio que o distingue de todos os outros tipos de texto que integram a literatura tradicional de expressão oral (contos, lendas, mitos, adivinhas, quadras, etc.): trata-se do seu potencial de adaptabilidade permanente a novos contextos situacionais. Este traço definicional constituiu mesmo a essência genésica da fórmula mágica: *Não há rifão velho, se é dito a propósito*. Este provérbio reflecte a ambivalência típica do texto proverbial: por um lado, conserva uma interpretação-padrão estável, estabelecida e fixada pela tradição, por outro, faculta um amplo leque de possibilidades interpretativas, em função do seu contexto de uso¹⁵⁶.

A flexibilidade de adequação contextual típica do provérbio explica o “eterno retorno”¹⁵⁷ dos provérbios nas situações mais heterogéneas e explica-se pelo tipo de referência genérica por eles realizada. Esta modalidade de referência genérica, associada a uma ausência de localização temporal, fundamenta a dinâmica típica do texto proverbial, ou seja, a possibilidade da sua reutilização em múltiplos contextos.

É riquíssimo o manancial de provérbios contidos nos romances de Saramago, Mia Couto, Cardoso Pires e outros. Muitos provérbios apresentam a sua forma de origem, mas a maioria sofre um processo de transformação¹⁵⁸ (vide anexo 1). Temos como

¹⁵⁶ Lopes (1995: 90) fala em texto ambivalente ou híbrido, pois apresenta-se, simultaneamente, como um texto fechado e aberto. Se, por vezes, é possível uma leitura linear, na maioria dos casos, só a sua contextualização permite a descoberta do sentido. É, sem dúvida, um dos segredos da sua perdurabilidade, a possibilidade de se adaptarem a situações e contextos diversos, não perdendo o seu valor e capacidade de adequação. Como se poderá observar nos exemplos seguidamente destacados, “os provérbios não são designadores rígidos, pois não designam sempre um mesmo conteúdo em todos os mundos possíveis” (Vilela, 2002: 10): “É o senhor Escarlante que está a tocar, é bem verdade que **pelo dedo se conhece o gigante**, isto dizemos nós uma vez que existe o provérbio e vem a propósito” (M.C.: 225); “Vamos ao outro lado da península, propôs Pedro Orce, nunca vi os Pirenéus, Também não os verá agora, metade deles ficou na Europa, lembrou José Anaiço, Não importa, **pelo dedo se conhece o gigante**. Festejavam a decisão” (M.C.: 246); “ (...) e só a [doutrina] ouviram os fiéis que mais ao perto estavam, porém, se é certo que **o hábito não faz o monge**, faz sem-dúvida a fé (...)”. (M.C.: 233.)

¹⁵⁷ Expressão que constituiu o título de uma comunicação de Ana Cristina M. Lopes: «Provérbios: o “eterno retorno”» apresentada no colóquio *Literatura Popular Portuguesa – Teoria da literatura Oral / Tradicional / Popular* realizado em 26, 27 e 28 de Novembro de 1987.

¹⁵⁸ A desconstrução característica do enunciado discursivo de Saramago abarca os provérbios que aparecem muitas vezes subvertidos consciente e propositadamente pelo narrador que confessa a dado passo textual: “(...) quem rouba por precisão tem cem anos de perdão, **bem sei que o ditado não é assim**, mas devia ser, se eu sou ladrão por ir roubar bolota, ladrão é também o dono dela, que nem fabricou a terra nem plantou a árvore (...)” (L.C.: 334). Os provérbios emergem, assim, da teia discursiva ora transformados através de um processo de negação (ex.: “(...) *não vão os caminhos dar todos a Roma*”

exemplo paradigmático de criação e recriação proverbial os romances saramaguianos a avaliar pelo trabalho de Mendes (2000).

Ler escritores que concebem um tipo de literatura “popularizante” é um prazer que se imiscui com o de recordar ou tomar, por vezes, conhecimento de um acervo enorme de adágios, uns tradicionais, outros (re)criados pelos escritores, uns transcritos literalmente, outros alterados segundo as necessidades da escrita ou da diegese, como se pode notar pelo testemunho de Teófilo Braga (1986: 263):

“As alusões e referências literárias dos escritores assim como influíram para a conservação dos anexins populares, também determinaram certas alterações já para a glosa dos seus versos, já acompanhando as modificações da linguagem em cada época.”

(M.C.: 93 > cf. *Todos os caminhos vão dar a Roma*); de afirmação (“fazer o bem olhando a quem” (M.C.: 225 > cf. *Fazer bem e não olhar a quem*) ou de substituição (“Ainda agora a procissão vai na praça”. (M.C.: 11) > cf. *Ainda agora a procissão vai no adro*); ora alargados através de um processo de adição de segmentos frásicos (“*As três foi de vez, é a conta que Deus fez*”, M.C.: 353) > cf. *As três é (vai) de vez.*), ora encurtados através de um processo de supressão de segmentos de frases, de verbos, etc. (*pequenas causas, grandes efeitos* (M.C.: 162) > cf. *Pequenas causas produzem grandes efeitos*), ora invertidos (“*Dai a César o que é de Deus e a Deus o que é de César*”. (M.C.: 158 > cf. *Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus*).

Muitas das metamorfoses operadas servem o decorrer da diegese. Por exemplo, o provérbio “A pobre não emprestes, a rico não devas, a frade não prometas” (M.C.: 76) apresenta um desenvolvimento apropriado ao contexto da diegese (o rei D. João V havia prometido a frei António de S. José a construção de um convento em Mafra), pois a forma já existente e incluída n’ *O Grande Livro dos Provérbios* é “A pobre não prometas e a rico não devas”. Fica, assim, o adagiário português enriquecido com mais uma variante, entre muitas.

¹⁵⁸ Saramago, M.C.: 92.

7.1. VARIAÇÃO MODAL, TEMPORAL E ASPECTUAL NAS RECRIAÇÕES PROVERBIAIS

Voláteis como o vento, as “vozes da sabedoria” pululam de região para região, de época para época e de idade para idade. Daí que as frases parémicas apresentem um rico e variado manancial de variantes: as variantes diatópicas¹⁵⁹, as diacrónicas¹⁶⁰, as diafásicas e as diastráticas.

Embora um dos traços do provérbio seja a sua fixidez, este admite graus e níveis de variação distintos. Como já assinalou Neal Norrick (*apud* Melo, 2002: 32), «Proverbs are never completely frozen». Com efeito, os provérbios sofrem alguns tipos de variação, nomeadamente:

- a) adição lexical, que implica a expansão do provérbio (Ex.: “**Às três foi de vez, é a conta que Deus fez**” (M.C.: 353) (cf. Às três é de vez);
- b) substituição sinonímica, para-sinonímica ou hiponímica (Ex.: “**(...) é para todos a chuva quando cai**” (M.C.: 308) (cf. “O sol quando nasce é para todos”);
- c) alteração da ordem dos constituintes da frase (Ex.: “**(...) dando ao tempo tempo** de descer à praia outro Joaquim Sassa (...)”(J.P.: 12) (cf. “Dar tempo ao tempo”);
- d) elisão do artigo (Ex.: “**A perseverança tudo alcança**” / “Perseverança tudo alcança”);
- e) elisão do verbo (Ex.: “**Grandes causas produzem grandes efeitos**” / “Grandes causas, grandes efeitos”);
- f) mudança do tempo, modo, número e pessoa verbal (Ex.: “Cada um é para o que nasce (nasceu)”);
- g) ausência de determinantes e antecedentes, aliviando os elementos dispensáveis, para acentuar a concisão, o carácter lapidar (Ex.: “Homem prevenido vale por dois”);

¹⁵⁹ Ex.: De (Castela + Espanha + Esgueira), nem bom vento nem bom casamento.

¹⁶⁰ *Dize-me (diz-me)* com quem andas, dir-te-ei que manhas *hás (tens)*; Quem pouco sabe *asinha (depressa)* o reza.

- h) construções sintáticas distintas (Ex.: A mulher e o vinho fazem errar o caminho” / “ A mulher e o vinho tiram o homem do caminho”);
- i) introdução de marcadores sintáticos de foco (Ex.: “No perigo se conhece o amigo” / “No perigo é que se conhece o amigo”).

Verificamos mesmo a existência de adágios que expressam o mesmo assunto através de “estruturas de superfície” diferentes, embora possuindo a mesma “estrutura lógica profunda”. Temos, deste modo, variantes de um mesmo adágio, operadas com alterações a nível lexical e/ou sintático, como por exemplo:

Cada coisa no seu tempo, e o nabo no advento.

Tudo se quer no seu tempo, e o nabo no mês do advento.

Melhor é estar só que mal acompanhado.

Mais vale andar só que mal acompanhado.

Estas copiosas variantes¹⁶¹ não implicam todavia alteração do significado global do provérbio, ao contrário das desconstruções ou modulações criativas, que sintacticamente inseridas na sequência discursiva, operam uma outra leitura do mesmo:

“(...) os turistas matinais são assim, no fundo problemáticos e inquietos, que sofrem com a insanável brevidade das vidas, *deitar tarde e cedo erguer, saúde não dá, mas alonga o viver.*” (J.P.: 66)

À semelhança do que afirmou Chacoto (1994: 30) entenda-se por variação “(...) toda e qualquer transformação que, ao ocorrer na FP, não lhe provoque alteração do significado global, mas que, pelo contrário, permita estabelecer entre as diversas formas do mesmo provérbio uma relação de equivalência”. Assim sendo, a variação da morfologia verbal é, basicamente, “qualquer alteração que afecte a pessoa, número, tempo ou modo verbal” e que não implica uma subversão do significado global do provérbio (1994: 64). Segundo a autora, a variação de pessoa-número é pouco frequente. Aparece em provérbios como:

¹⁶¹ O trabalho de Chacoto (1994) intitulado “Estudo e Formalização das Propriedades Léxico-Sintáticas das Expressões Fixas Proverbiais” ilustra a enorme riqueza de variantes proverbiais. Segundo a autora, são, fundamentalmente, três os tipos de variações léxico-sintáticas: comutação, realização zero de elementos ou alteração da ordem dos constituintes.

*Quem cabritos vende e cabras não tem, d'algures lhe vem*¹⁶².

Quem cabras não tem e cabritos vende, de algum lugar lhe vêm.

Nunca ninguém diga: d'esta água não beberei, nem deste pão não comerei.

Nunca digas: desta água não beberei, nem deste pão não comerei.

A variação na morfologia verbal (2ª e 3ª pessoa do singular) é provocada pela necessidade de concordância com o sujeito.

A variação do modo verbal processa-se, sobretudo, entre o indicativo e o conjuntivo:

Não guardes para amanhã o que podes fazer hoje.

O que puderes fazer hoje, não guardes para amanhã.

É de notar que a alteração do modo não modifica o semantismo da frase proverbial.

Relativamente à variação do tempo verbal, verifica-se que o presente do indicativo pode comutar com o futuro simples (*Aonde fores viver, / faz o que vires fazer; Aonde fores ter farás como vires fazer*) e com o pretérito perfeito (*Quem parte, paga; Quem partiu, pagou*).

¹⁶² O verbo nesta variante assume a forma de 3ª pessoa do singular de modo a manter a rima, fundamental para a memorização do provérbio. A preocupação mnemónica com a rima suscitou, entre outros fenómenos, um fenómeno de discordância sintáctica, o chamado solecismo: *Vento e ventura / pouco dura*, onde há uma particularidade de sintaxe (por causa da rima): concordar o predicado com um dos sujeitos, em vez de ir para o plural. Vejamos outros exemplos:

A mulher e a sardinha, quanto maior mais daninha;

Homem e porco – só depois de morto;

À mulher e à galinha torce-lhe o pescoço para a fazer boa;

O burro e a mulher a pau se quer;

Da laranja e da mulher o que ela der;

À mulher e à vinha o homem lhe dá alegria;

O mal e o bem à face vem;

Amor e fé nas almas se vê;

Amor, dinheiro e cuidado nunca anda disfarçado

Com bananas e bolos é que se engana (enganam) os tolos.

Janeiro e Fevereiro, enche ou vaza o celeiro. Var.: Janeiro ou Fevereiro enchem ou vazam o celeiro.

Mulher, tempo e ventura, asinha se muda

Não se fez Roma e Pavia num dia

Há ainda outros casos de estruturas predicativas incorrectas e tipicamente orais que deixam transparecer uma vez mais a preocupação com a rima (ex.: “À terra onde fores **ter** faz como vires **fazer**”).

A utilização de todos estes procedimentos não é de modo algum gratuita. É, com efeito, uma técnica mnemónica capaz de sustentar o ritmo de um encadeamento sonoro típico do texto proverbial.

A possibilidade de comutação do tempo verbal reside na genericidade e atemporalidade que caracteriza os enunciados proverbiais: as acções expressas pelos verbos não têm aqui um carácter pontual, não são localizadas no tempo, sendo, pelo contrário, atemporais. A este propósito, A. Greimas (1960: 60) afirma: “Le présent employé ici devient le temps anhistorique par excellence qui aide à énoncer, sous forme de simples constatations, des vérités éternelles. L’impératif à son tour, en instituant une réglementation hors du temps, assure la permanence d’un ordre moral sans variations ».

O presente do indicativo pode ainda comutar com uma forma nominal, quer se trate de um infinitivo (Ex.: *Amarra-se + Amarrar o burro à vontade do dono*), um gerúndio (*Cesteiro que faz um cesto, faz um cento, se tem + tendo verga e tempo*) e um participio (*Mudam os tempos – mudam os pensamentos; Mudado o tempo, mudado o pensamento*).

Torna-se extremamente difícil estabelecer as distinções morfossintácticas básicas entre uma variação e uma desconstrução. Por exemplo, uma mudança de tempo verbal pode implicar ou não uma alteração do significado global do texto proverbial.

Assim como em muitas variantes proverbiais (ex.: *A água corre sempre para o mar* e *A água correu sempre para o mar*) a alteração dos tempos verbais não implica a subversão no significado global do provérbio, também em diferentes exemplos de recriações proverbiais a alteração do tempo verbal não afecta a interpretação padrão veiculada pelo provérbio, pois a mesma surge por uma necessidade de adequação ao fluir discursivo. Assim, a parémia *O pior cego é o que não quer ver* surge integrada na sequência discursiva do romance *Ensaio sobre a Cegueira* com uma mudança do tempo verbal que não implica a sua invalidação *É uma grande verdade a que diz que o pior cego foi aquele que não quis ver* (E.C.: 283), tal como o enunciado proverbial *Onde come um comem dois* aparece em *A Jangada de Pedra* substituído por *Onde comiam um comiam todos* (J.P.: 91).

Com base nestes exemplos, pode-se asserir que, alguns provérbios, quando recriados e adaptados à sequência narrativa, apresentam alteração do tempo verbal que não implica uma invalidação da verdade instituída pelos mesmos. No entanto, há que sublinhar que perdem um dos valores que mais os caracteriza: a sua atemporalidade.

Outros casos de recriações não implicam igualmente a subversão do sentido do provérbio. Não há modificação do sentido quando um predicado é simplesmente comutado por um sinónimo (*Nem o pai morre nem a gente almoça > (...) nem o pai morre nem a gente come o caldo* (A.C.: 168); quando um predicado verbal é

transformado em predicado nominal (*As aparências enganam* > (...) *ficando por esta via demonstrado, mais uma vez, que as aparências são enganadoras* [E.C.: 170]) ou no caso de certas modalizações. Por exemplo, o enunciado parémico “*O diabo não está sempre atrás da porta*” aparece modalizado pelo narrador que atribui ao predicado um valor epistémico de alta probabilidade não invalidando, no entanto, a verdade do dito: “*O diabo não há-de estar sempre atrás da porta*” (A.C.: 125).

Outras transformações mínimas operadas a nível do predicado, como seja a inserção de um verbo numa frase nominal, surgem por uma exigência contextual e não afectam também o sentido original do provérbio:

- *Cada coisa a seu tempo* > *Porém, cada coisa chegará no tempo próprio, não é por muito se ter madrugado que se há-de morrer mais cedo* (E.C.: 169);

- *Casa roubada, trancas à porta* > (...) *como quem desesperadamente põe trancas depois de lhe haverem roubado a casa* (T.N.: 130).

Outras recriações proverbiais são perfeitamente adaptáveis ao fluir discursivo e, curiosamente, chegam mesmo a implicar a substituição de um verbo por um nome. Assim, *Quem vai à guerra dá e leva* transforma-se em *Quem vai à guerra empadas leva*, que como nos explica o próprio autor, deve-se a uma manifesta ligação contextual:

“(...) há uma situação conflitiva, portanto é tentador, porque uns vão empurrar outros, usar o velho ditado “*Quem vai à guerra dá e leva*”. Mas no momento exacto em que estás a escrever “...quem vai à guerra...” a associação de ideias resultante do facto das freirinhas terem vindo lá de onde vieram e estarem sentadas no Rossio a comer, leva-te a transformar o ditado “*quem vai à guerra dá e leva*” em “*quem vai à guerra empadas leva*” (apud Mendes, 2000: 28).

No entanto, muitas outras verdades proverbiais, quando apropriadas pelo escritor e integradas no corpo textual, sofrem mutações na forma verbal que implicam uma subversão no seu sentido habitual e gnómico:

“Em tempo de peregrinações se dizia que *todos os caminhos iam dar a Roma*, era só ir andando e perguntando, desta maneira se arranjam ditados que depois ficam e se repetem distraidamente, é o caso daquele outro, *Quem tem boca vai a Roma* (...)” (L.C.: 310).

O narrador, quando altera o provérbio *Todos os caminhos vão dar a Roma* para *Todos os caminhos iam dar a Roma*, literaliza o sentido metafórico do provérbio e anula, conseqüentemente, o aspecto gnómico do predicado proverbial, circunscrevendo-o a uma época e contexto específicos.

Ao literalizar o provérbio, o narrador invalida o sentido original do provérbio, retira-lhe o seu estatuto de verdade universal e atemporal e ancora-o a um tempo preciso e determinado: o tempo da história das peregrinações.

Veja-se ainda a invalidação do sentido do segundo provérbio, associado ideologicamente ao primeiro, em virtude de uma adequação contextual *Quem tem boca vai a Roma*:

“*Quem tem boca vai a Roma*¹⁶³, não é verdade, caminhos há muitos por aqui e todos vão a Montemor, cada um destes homens leva a boca calada” (L.C.: 310).

Em ambos os casos, são as observações contextuais feitas que legitimam a negação do sentido dos provérbios. A negação dos provérbios retira a Roma o carácter santo que eles veiculam, desmitificado pela substituição com Montemor, espaço de liberdade e de esperança de trabalho.

Do mesmo modo, surgem em variadas passagens textuais recriações proverbiais com formas verbais compostas que implicam uma ancoragem temporal e anulam, por sua vez, o aspecto gnómico típico dos provérbios:

Ex.: “(...) foi melhor **tê-lo feito** hoje do que guardar para amanhã” (L.C.: 255)

(cf. *Não deixes para amanhã o que **podes fazer** hoje*);

“(...) a caridade bem entendida por nós próprios é que **terá de começar**.” (E.C.: 163) (cf. *A caridade bem entendida **começa** por casa*);

“(...) ou o Senhor já **teria mandado** castigo, sem pau nem pedra, como é o seu costume” (E.J.C.: 133) (cf. *Deus **castiga** sem pau nem pedra*);

“(...) ora aqui vem muito a propósito dizer que o soneto **está a sofrer** com a emenda” (H.C.L.: 172) (cf. *É **pior** a emenda que o soneto*).

Porém, muitos outros provérbios sofrem mutações não só para se integrarem na sequência narrativa, mas, e sobretudo, para cumprirem uma clara função ideológica. É

¹⁶³ Destacado nosso.

evidente, em abundantes passagens textuais da narrativa saramaguiana uma nítida valorização do humano em detrimento do divino:

“Enquanto não adormeceram, falaram de crimes acontecidos. Não dos seus próprios, *cada qual sabe de si, Deus saberá de todos*, mas dos de gente principal, sem castigo quase sempre quando conhecidos os autores (...)” (M.C.: 44)

O processo de alteração do tempo verbal, processo ao serviço da ironia, na utilização de um provérbio referente a Deus, *Cada qual sabe de si, Deus sabe de todos*, em que a segunda forma do Presente do Indicativo é alterada para o Futuro do Indicativo, marca a ideia de dúvida, ausente no provérbio original. Ao dizer *Deus saberá de todos*, o narrador questiona a onisciência divina e invalida o poder de Deus.

Também o enunciado parémico *Deus escreve direito por linhas tortas* apresenta uma alteração verbal que invalida a supremacia e onipotência divinas “(...) o dito *deus também sabe escrever direito por linhas tortas*” (A.C.: 183).

Observando, por exemplo, o provérbio *Dá Deus nozes a quem não tem dentes* verificamos que em Sttau Monteiro (F.H.L.: 109) o provérbio surge perfeitamente adequado à sequência discursiva, sendo modelizado pela personagem que visa criticar uma situação social de miséria e desigualdade *Deus não nos deu nozes e os homens tiraram-nos os dentes...*, tal como em Mia Couto (E.A.: 112), o provérbio emerge na teia discursiva como forma contestatária: *Afinal, Deus não deu nozes a ninguém*.

Em qualquer uma das desconstruções proverbiais o predicado sofre alterações de modo a questionar a verdade instituída pelo provérbio. O mesmo acontece com as parémias: *Às três é de vez* e *Deitar cedo e cedo erguer, dá saúde e faz crescer* que apresentam em Saramago as seguintes modulações criativas: (...) *e, sendo esta conta de três, deveria ser de vez* (A.C.: 224); (...) *deitar tarde e cedo erguer, saúde não dá, mas alonga o viver* (J.P.: 66).

A mudança de tempo verbal pode ainda afectar o valor epistémico do provérbio. Assim, um provérbio com valor epistémico de alta probabilidade (*Entre mortos e feridos alguém há-de escapar*) assume na narrativa um carácter categórico e temporal: “Entre mortos e feridos **escaparam** estes” (L.C.: 150). É evidente que a presença do pronome deíctico “estes”, ao remeter para o momento do acto de enunciação, anula a atemporalidade típica do provérbio.

Portanto, as alterações sofridas pelo verbo afectam, como já vimos, o tempo e o aspecto, mas também o modo e a modalidade frásica. Assim: uma mudança de modo pode afectar também uma mudança na modalidade frásica. A necessidade de adequação contextual implica a passagem de um provérbio descritivo, epistemicamente modalizado, para um provérbio normativo cuja modalidade deontica é assegurada pelo operador modal “É preciso que...” e pelo modo conjuntivo “seja”. A assumpção de um tom imperativo pelo provérbio traduz na perfeição as vozes dos trabalhadores que exigem oito horas de trabalho:

“É preciso que Abril seja um mês de palavras mil” (L.C.: 276) (cf. *Em Abril, falas mil coadas por um funil*)

Outras vezes a alteração do modo surge em consequência da invalidação do provérbio. Como o narrador visa a negação da verdade proverbial, reforça essa mesma negação fazendo uso do modo conjuntivo – modo da pressuposição e probabilidade – em detrimento do modo indicativo – modo que traduz, por excelência, a certeza:

O futuro a Deus pertence > *Não é verdade que o dia de amanhã só a Deus pertença* (...) (M.C.: 119).

Muitas das desconstruções proverbiais operadas pelos escritores têm em vista a concretização de um objectivo. No caso da ficção de José Saramago, “considerando que o escritor apresenta situações ficcionais que representam a realidade virada do avesso, o recurso à linguagem parémica, nas suas funções socializadora e ideológica, contribui para a apresentação dessa realidade” (Mendes, 2000: 125). Deste modo, muitos dos provérbios referentes a Deus aparecem mesclados de uma componente irónica e dessacralizadora bastante acentuada. Mesmo os provérbios usados na sua forma fixada, sofrem muitas vezes uma expansão que lhes altera o sentido:

“Deus não dorme¹⁶⁴, hoje estamos em boas condições de saber porquê, Não dorme porquê: cometeu uma falta que nem a homem é perdoável” (E.J.C.: 131).

¹⁶⁴ Destacado nosso.

No entanto, a desconstrução proverbial não cumpre apenas uma função ideológica. Por vezes, ela serve simplesmente uma função lúdica¹⁶⁵, como é muito recorrente na ficção de Mia Couto¹⁶⁶.

¹⁶⁵ Na verdade, são muitos os falantes e escritores que “brincam” com os provérbios, recorrendo, por exemplo, ao uso reticente dos mesmos. Uma vez que os provérbios funcionam como ecos ancestrais cristalizados no presente é suficiente ao locutor ou escritor citar uma parte para imediatamente o ouvinte ou leitor se incumbir de completar o resto. O escritor Cardoso Pires em dado passo textual do seu romance *O Delfim* emprega um provérbio de forma reticente (“*Como é o ditado? Prà cabra e prà mulher...*”: 96), e posteriormente completa-o como se de um jogo se tratasse (“*Para a cabra e para a mulher, corda curta é que se quer*”). Com efeito, o uso reticente do provérbio alia-se ao carácter lúdico do mesmo que, por sua vez, desencadeia uma (re)utilização nos mais diversos contextos. Os provérbios para Saramago são também uma fonte de entretenimento e felicidade para as pessoas: “Candeia que vai adiante, alumia duas vezes, vale mais um toma do que dois te darei, com estes ditos se entretêm as pessoas, há até quem só desta sabedoria viva, e é feliz, e não morre por isso.”

¹⁶⁶ Observemos alguns exemplos de desproverbializações na obra de Mia Couto:

- “Siga-se o improvérbio: dá-se o braço e logo querem a mão. Afinal, quem tudo perde, tudo quer”(C.: 25)
- “Veremos, no final sem contas, que o último a melhorar é aquele que ri”(C.: 25)
- “Pela gravata morre o tímido” (C.: 85)

7.2. VARIAÇÃO LEXICAL NOS ENUNCIADOS PROVERBIAIS

A riqueza lexical em textos proverbiais revela-se um fenómeno de grande produtividade, abrangendo fortemente a classe verbal, mas não só.

É pelo facto da sinonímia verbal ocorrer com imensa frequência nestas “vozes da sabedoria” que se torna relevante e pertinente uma análise da mesma. M. Gross (1982: 169) afirma, a este propósito, que « l' extension de l'étude des expressions figées à certains sens figures constitue une contribution à la représentation des divers emplois d'un verbe, et donc de la distinction des sens associés aux phrases simples. » Em *Casa em que não há pão, todos **pelejam** e ninguém tem razão; Casa em que não há pão, todos **ralham** e ninguém tem razão*, verifica-se a substituição de um verbo pleno por outro com um significado próximo. Também no provérbio ***Pelejam** + **ralham** + **zangam-se** + **brigam** as comadres, descobrem-se as verdades*, os verbos que comutam são semanticamente equivalentes: traduzem uma situação de discórdia entre duas ou mais pessoas. No entanto, em construções ditas livres, tal equivalência (que se traduz em sinonímia) não existe. Vejamos:

Eles pelejaram contra os mouros.

≠ *Eles ralharam aos mouros.*

≠ *Eles zangaram-se com os mouros.*

Este fenómeno de variação lexical prende-se, naturalmente, com razões diacrónicas. Digamos que a variação entre “pelejar” e “ralhar” é essencialmente condicionada por constrangimentos diacrónicos, pois no século XVI e precedentes “pelejar” significava “discutir”, “ralhar”¹⁶⁷ (este termo, na altura, era raro e praticamente desconhecido). É, precisamente, a fixidez típica do texto proverbial que possibilita a preservação destes verbos que com o tempo adquiriram uma outra significação.

¹⁶⁷ “(...) talvez se tenha de admitir também para este verbo uma importação relativamente tardia, talvez do prov. *se pelejar*, «arrepelar-se, discutir». Séc. XIII: «...enton dous maryeiros fillaron-ss' a *pelejar*», *St. Maria*, N.º 248, vol. II, p. 373”. (Machado, 1990: 333)

Por exemplo, no enunciado parémico *Não há bem que sempre dure, nem mal que não acabe (ature)*, o verbo *acabar* comuta com *aturar*, sem haver mudanças de significação. No entanto, noutras construções, actualmente aceitáveis, os mesmos revelam uma significação muito distinta:

A aula só pode acabar na hora prevista.

O Pedro não quis aturar o Luís que é um chato.

Algumas das variantes parecem ter nos provérbios o único contexto em que podem funcionar como sinónimas (consequência, muito provavelmente, da fixidez e da idiomaticidade que os caracteriza). Verifica-se, por exemplo, que, por vezes, um dos verbos é mais específico e mais restrito que o(s) outro(s) com que comuta: *Quem muito abraça pouco aperta (segura) = Quem muito abarca pouco aperta = Quem muito abarca pouco abraça = Quem tudo abarca, pouco ata*. Neste caso, consideramos *ata* mais específico do que *abraça* e este último termo mais do que *aperta*. Ou seja, se os representássemos em escala gradativa de abrangência, obteríamos: *ata* < *abraça* < *aperta*. Estamos, porém, conscientes de que se trata de uma gradação subjectiva. Podemos, no entanto, argumentar que, numa construção livre, os verbos *atar* e *abraçar* são semanticamente distintos:

O Zé atou a Ana.

≠ *O Zé abraçou a Ana.*

E o verbo *abraçar* só adquire o mesmo sentido de *apertar*, se especificarmos *apertar nos braços* (nesse caso, porém, já não estaremos a falar de um verbo simples mas de uma locução verbal). Por outro lado, se *O Zé atou a Ana à cadeira* é uma frase possível do português, o mesmo não acontece com * *O Zé abraçou a Ana à cadeira*, o que permite constatar que os verbos *atar*, *apertar* e *abraçar* não têm, em geral, a mesma construção nem o mesmo valor semântico. No entanto, no contexto proverbial em análise, os três verbos são sinónimos: têm a mesma distribuição e adquirem o mesmo significado, podendo, por conseguinte, comutar.

Na série seguinte, os verbos que alternam também não provocam alterações de sentido, em contrapartida noutras construções livres os mesmos exibem distintos valores semânticos, ainda que partilhem, como os anteriores, um sema comum:

A corda arrebenta sempre pelo lado mais fraco.

A corda parte-se no lado mais fraco.

*A corda **quebra** sempre pelo mais fraco.*

O Rui parte o pão em pedaços.

≠ O Rui arrebenta o pão em pedaços.

≠ O Rui quebra o pão em pedaços.

Podemos inferir, deste modo, que os lexemas verbais em contexto proverbial necessitam, pelo menos, de um sema comum para estabelecerem uma relação de sinonímia.

Os provérbios *Olhos que não vêem – coração que não **peca** + **suspira** + **sente***; *Uma mentira **acarreta** + **descobre** + **requer** outra*, são outros exemplos do mesmo tipo, uma vez que os três verbos que funcionam como sinónimos em contexto proverbial têm significados bastante distintos nas frases livres:

A Ana descobriu a verdade.

*O acidente **acarretou** mais despesas para a família.*

*Esse vestido **requer** uns sapatos pretos.*

*Um santo não **peca**.*

*A Ana **suspira**.*

*O Zé **sente** uma grande alegria.*

*Mas: * O Zé **sente**.*

Sentir pede obrigatoriamente um complemento, o que não acontece com os outros dois verbos: *pecar* e *suspirar*, respectivamente.

Saliente-se, a propósito, que é muito provável que algumas das acepções destes verbos não se encontrem dicionarizadas, pois o valor semântico dos lexemas quando integrados em provérbios pode tornar-se não literal e o contexto linguístico em que estes mesmos lexemas ocorrem pode ser inusitado, se não mesmo único. Por exemplo, no provérbio *Com teu amo não jogues as **cristas** + **peras***, o nome *as cristas* integra a locução verbal *jogar as cristas* que significa, segundo Morais Silva, “contender”, “brigar”, “lutar”. No entanto, não nos foi possível encontrar dicionarizado o verbo composto *jogar as peras*.

Em suma, a possibilidade de comutação entre formas verbais aparentemente distintas do ponto de vista semântico (se observadas isoladamente) permite afirmar que

dois lexemas só adquirem o estatuto de sinónimos em contexto frásico. Por outras palavras, o semantismo das formas verbais (e do léxico em geral) só é perceptível através da estrutura argumental que apresentam e da construção sintáctica em que se encontram inseridas. Com efeito, como salienta E. Marques Ranchhod (*apud* Chacoto, 1994: 49), uma “palavra adquire uma significação unívoca quando, mas só quando, inserida numa forma sintáctica adequada”, ou seja, “de um ponto de vista sintáctico, uma forma isolada não tem qualquer estatuto; de um ponto de vista semântico, não faz sentido falar da significação de um verbo na ausência do seu sujeito e complementos.”¹⁶⁸

As relações de sinonímia que se estabelecem entre as formas verbais que comutam podem resultar de:

a) reforço da forma verbal (Com a boca cheia d’água não se **assopra** (**sopra**) fogo);

b) verbos com traços semânticos muito próximos, os ditos sinónimos quase-perfeitos¹⁶⁹ (*Cachorro velho não ladra à toa; Cachorro velho não late à toa*);

c) verbos que funcionam como sinónimos através de uma relação de hiperonímia (*Branca para casar, mulata para foder, negra para **trabalhar** + **cozinhar***);

d) verbos polissémicos (com várias construções e vários significados) em que um dos sentidos é coincidente (*Perdida a vergonha não **valem** + **adiantam** castigos, A fome e o frio **metem** + **põem** a lebre a caminho, Fia-te na Virgem e não **corras** e **verás** (**vais ver**) o tombo que **levas** + **dás***).

A polissemia que caracteriza estes verbos contribui para que, por um lado, eles não tenham, quando isolados, uma significação unívoca e, por outro, eles recubram facilmente acepções do(s) outro(s) verbo(s) com que comuta(m);

e) uso metafórico dos verbos. Na parémia *A ferrugem **come** (**gasta**) o ferro e o cuidado o coração*, o verbo *comer* ostenta um sentido figurado muito mais imagético do que *gastar*. O mesmo sucede noutros provérbios como *Chuva que **troveja** (**ronca**) não cai; Quando um burro fala, os outros **abaixam** (**murcham**) as orelhas*.

¹⁶⁸ Recordemos a este propósito as noções de sistema e de valor de F. Saussure: “Puisque la langue est un système dont tous les termes sont solidaires et où la valeur de l’ un ne résulte que de la présence simultanée des autres” (1969: 159) e “son (duma palavra) contenu n’est vraiment déterminé que par le concours de ce qui existe en dehors de lui. Faisant partie d’un système, il est revêtu, non seulement d’une signification, mais aussi et surtout d’une valeur” (1969: 160).

¹⁶⁹ Deve-se salientar a abundância de variantes que apresentam sinónimos quase perfeitos, isto é, lexemas que comportam o mesmo semantismo qualquer que seja o contexto frásico (Ex.: *Comer até **adoecer** + **enfermar** e jejuar até **sarar***)

Verifica-se perfeitamente que a acuidade visual invocada pelos verbos *comer*, *roncar*, *murchar* diminui aquando da sua substituição por *gastar*, *trovejar* e *abaixar*, uma vez que foi anulada a transmissão do concretismo que havia sido emprestada pelo emprego figurativo dos verbos *comer*, *roncar* e *murchar*. Há, de facto, em muitos provérbios uma preferência conceptual por categorias lexicais que convocam uma imagética mais acentuada, capaz de conferir maior nitidez à mensagem que se quer transmitir.

Em suma, dir-se-á que muitos vocábulos estabelecem com outros uma relação de sinonímia em virtude da sua metaforicidade. Como refere Silva (1992: 316): “Metáfora, metonímia e sinédoque são um dos principais factores de criatividade e dinâmica lexical. Dele resulta (ou ele determina), ora a pluralidade de significados de uma mesma palavra, isto é, a polissemia, ora a criação de novas palavras (neologia, formação de palavras) ou expressões (fraseologia). E é naturalmente decisivo na mudança semântica”.

Recorde-se, com efeito, que o valor semântico de qualquer elemento lexical lhe advém, principalmente, da sua combinação com outros. Com efeito, como advoga Vilela (1979: 33) “(...) as unidades léxicas não se definem apenas paradigmaticamente, definem-se também pelo seu lugar na frase e pelas suas relações com outras unidades (correlações sintagmáticas)”.

Sendo o léxico, no fundo, uma rede de interdependências em que cada unidade não só se relaciona como ainda é determinada pelas outras unidades da língua, a análise de alguns provérbios vai demonstrar, precisamente, como os complementos adjuntos do verbo determinam a significação do mesmo. Assim, o provérbio *Se queres conhecer o teu corpo, abre (mata) o teu porco*, alberga um lexema verbal (*abre*) cujo significado genérico em combinação com um substantivo [+humano] e [+animado] permite a comutação com outro verbo de significado muito mais específico (*mata*). Enquanto o verbo *matar* só se combina com substantivos que comportam o traço [+animado], à semelhança de *O carro matou o cão*, o verbo *abrir*, em geral, admite combinações com substantivos com o traço [+inanimado]: *O Luís abriu a porta*.

Exemplos como *Não se apanham + tomam + ganham trutas às bragas enxutas* mostram que alguns destes verbos têm nos provérbios uma construção sintáctica, uma estrutura argumental e um semantismo hoje menos usual, como é o caso do *V=*: *tomar*, construído neste enunciado com o *N=*: *trutas* (não precedido de determinante).

Os lexemas estabelecem entre si tão fortes relações dependenciais que o próprio fenómeno genésico verbal tem sempre uma explicação derivada da factualidade linguística em uso, pois como já foi dito “O homem não tem no campo linguístico liberdade para inventar fora dos moldes que o uso estabelece e impõe. Vendryes com o seu grande saber e perspicácia diz: «Il y a comme un contrat tacite établi naturellement entre les individus du même groupe pour maintenir la langue telle que le prescrit la règle. On fait souvent, non sans raison, reposer cette règle sur l’usage. Mais l’usage n’est par l’arbitraire; c’en est même tout l’opposé. L’usage est toujours déterminé par l’interêt de la communauté, qui est ici le besoin d’être compris» (Correia, 1925: 548)

No âmbito do universo paremiológico o alargamento das possibilidades derivacionais da língua derivou, sobretudo, da preocupação com a rima e a métrica. Assim, se originaram interessantes criações verbais, mas não só¹⁷⁰. Atente-se nos exemplos: *A puta não **putes** e a ladrão não **furtes**; A cuco não **cuques**, [e] a ladrão não **furtes**.*

Observemos outros exemplos de lexemas com uma existência limitada ao contexto paremiológico, pois fora deste espaço perdem o semantismo que lhes é peculiar e que lhes é conferido, por vezes, por outros lexemas do mesmo enunciado.

*Ano **meou**, ano **acabou***

*Bem sei o que **digo** que não **vido***

*Bodiar em Janeiro, vale um **carneiro***

*Comer bem e dormir bem faz o velho **meninar***

*Glória vã cresce mas não **gradece***

*Godero disse que eu **goderasse**, comesse o dos outros (do seu) e o meu **guardasse***

*Ladra só, **bêbada** só e **puta** só*

*Ovelha **gafeira** (gafeirosa) deseja **gafeirar** (gafar) um cento*

*Para mal casar mais vale nunca **casar** (**maridar**).*

*Quando o grilo **grilar**, está a seara a **aloirar***

*Quem mal **marida** sempre tem que diga*

*Quem quer **enricar** (ser rico) num ano aós seis meses o enforcam*

*Uma amora **tinge**, outra **destinge***

***Esmolou** São Mateus, **esmolou** para os seus*

¹⁷⁰ Também é frequente a presença de criações nominais em virtude da rima (a título de exemplo: Até ao dar da mão há **arrepêndão** [arrepêndimento]).

Sendo a linguagem um organismo vivo, é natural que o processo lexemático de vida e morte seja uma constante. Enquanto se criam múltiplos e variados lexemas, outros caem em desuso. Herança do passado, quer de vocabulário, quer de construção, os arcaísmos caracterizam muitos dos provérbios que mais não são do que reservatórios de ensinamentos ancestrais. Leite de Vasconcelos (1980: 301-302) afirma a este propósito que “É curioso ver como os adágios se vão alterando paralelamente à linguagem: à última parte do antigo provérbio «*cuidão os namorados que todos têm os olhos **quebrados***» corresponde em Pedro Chaves, nº 497, p.87, olhos **fechados**¹⁷¹.”

Observemos alguns arcaísmos verbais:

*A terra que sei por madre a **hei***

*É muito o pouco se com Deus **havemos***

*Gato escaldado de água fria **há** medo*

*Governo para ser bom precisa **haver** passado*

*Louco é quem quer o que não pode **haver***

*Cavalo alazão, todos o **querem** e poucos o **hã***

*Não **hajas** compaixão de quem tem cama e dorme no chão*

*Quem defeitos ruins **há** tarde ou nunca os perderá*

Como se deduz pelos exemplos apresentados, o verbo *haver* possuía em tempos idos uma significação distinta da actual, tendo sido durante largos anos usado como sinónimo do verbo *ter*¹⁷² e substituindo também, em alguns casos, o verbo *estar*: “É muito o pouco se com Deus *havemos*”. A forte carga polissémica daquele verbo foi notada por alguns gramáticos, entre outros Nunes (1919: 305):

“Na antiga língua foi este verbo muito usado como sinónimo de *ter*, mas, a par dessa significação, possuía já então outra idêntica à que no latim tinha e ainda hoje conserva o verbo *ser*; neste sentido, que é hoje o mais usual e no qual só se emprega na 3ª pessoa do singular, vinha o verbo *haver* frequentemente acompanhado no presente do indicativo do advérbio *i*; aconteceu, porém, que *este*, que em geral estava

¹⁷¹ Destacado nosso.

¹⁷² No estudo intitulado *Os Valores dos verbos “aver” e “teer” no Português arcaico* afirma-se que foi possível identificar “na evolução sintáctico-semântica de “aver” e de “teer” momentos de intensa “efervescência” com formas coexistentes e ao mesmo tempo linguisticamente «rivais» (...) “Aver”, que no início do século XIII se apresentava como o verbo principal para a expressão da posse em português, foi gradualmente cedendo o seu lugar a “teer” (Costa, 1998: 133).

separado de aquele, se lhe juntou às vezes, produzindo assim a forma *hai*, que ocorre nos clássicos e hoje subsiste apenas na língua popular”.

Incluídos em adagiários, aqueles provérbios figuram já a par de outras variantes que substituem as formas arcaicas por outras mais recentes e funcionais. Assim, o provérbio: “Gato escaldado de água fria **há** medo” coexiste a par da variante mais actual: “Gato escaldado de água fria **tem** medo”.

A frequência do auxiliar modal *haver de* em lugar de *dever* em frases deonticamente modalizadas revela igualmente o carácter arcaico dos provérbios em que ocorre (Ex.: *A quem há-de rogar não **deves** (**hás-de**) assanhar (arrojar)*, pois actualmente verifica-se o predomínio do modal *dever* em detrimento de *haver de*.

Outros lexemas verbais actualmente em desuso, conservam-se ainda nos provérbios, como *mercar* (Ex.: *Quem não tem que fazer **merque** uma pata; Engane-me embora no preço, mas não no que **merco***), *soer* (*Bezerrinho que **sói** mamar poussa-lhe o padar (paladar); Bolineiro **soía** ser, tornei-me a meu mister; Quem te honra mais do que **sói** ou te quer enganar ou ver se pode; Também a honra se ganha onde se **sói** colar infâmia)* e *cuidar*, entre outros. O verbo “cuidar”, por exemplo, figura nos provérbios com uma significação muito distinta da actual. Aparece como sinónimo de “pensar”, “julgar”, “supor” em:

*Dia em que me não enfeitei, veio a casa quem eu não **cuidei***

*O sábio sabe que não sabe e o néscio **cuida** (supõe) que sabe*

***Cuida** o ladrão que todos o são*

Figura, igualmente, no universo paremiológico uma perífrase verbal actualmente em desuso. Trata-se da perífrase: “há mister” que comuta com formas verbais simples como: *requer*, *precisa*.

(a) *Cabeça louca não **há mister** (não **precisa**) touca.*

(b) *Ovo não **há mister** sal e fogo*

(c) *Barriga lisa não **há mister** camisa*

Outro verbo que vai caindo em desuso é *obrar* já que apresenta actualmente um uso muito limitado e quase sobrevivente só em zonas rurais ou recônditas onde não é difícil detectar em cada acto de fala um “fóssil linguístico”. O leque variado de

sinónimos do lexema **obrar** não passa minimamente despercebido a qualquer amante da paremiologia, pois o mesmo figura em diversos provérbios a par de outros verbos actualmente mais operacionais e de comum significação:

*Devagar pensa e **obra** (age) depressa*

*Pensa devagar e **obra** (trabalha) depressa*

*Quem muito fala pouco **obra***

*Santo de casa não faz (**obra**) milagres*

*Cada qual tem sua razão para **obrar** assim ou assado*

No entanto, o fenómeno da polissemia também afecta este vocábulo que apresenta uma significação muito distinta da anteriormente apresentada: *Quem come fiado **obra** (caga) massaroca.*

As observações que se teceram a propósito do pouco uso e frequência do verbo **obrar** na linguagem corrente dos nossos dias também se poderiam fazer acerca do verbo **botar**, actualmente vocábulo típico da linguagem popular e praticamente substituído por *pôr*:

*Gente nova e burros velhos **botam** (deitam) o mundo a perder;*

*A Deus à ventura **botar** a nadar*

*Cavalo que não dá para sela **bota-se** na cangalha.*

Outras palavras caíram em desuso e embora persistam nos provérbios não sabemos até quando conseguirão sobreviver no universo paremiológico. É exemplo o verbo *assoalhar* ou *soalhar*, sinónimo de *ralhar*:

*Céu vermelho para o mar, velhas a **assoalhar***

*Com quem tiver moinho a andar não te ponhas a **soalhar** (ralhar).*

Outra forma verbal arcaica parece ser a forma verbal truncada da actualmente existente *guarda-te*:

*Da ave de bico encurvado **guar-te** dela como do Diabo*

*De demanda **guar-te** em que sejas parte*

Em suma, diremos que os provérbios são reservatórios de preciosismos linguísticos em virtude da sua fixidez e idiomaticidade. Contudo, ainda que os mesmos persistam no adagiário popular, é comum o seu desaparecimento no uso corrente da língua. Daí o contínuo aparecimento de variantes proverbiais que ostentam um verbo com significado semelhante ao já existente, mas mais usual e produtivo na linguagem corrente:

A boi velho não busques abrigo segue-se em termos diacrónicos a A boi velho não cates abrigo, tal como Gato escaldado de água fria tem medo sucede a Gato escaldado de água fria há medo (estes são apenas dois exemplos entre os muitos existentes).

Como organismo vivo, a língua está em contínua actualização e é, sem dúvida, o uso que os falantes fazem da mesma que determina a sua estrutura léxica. Julgamos que as variantes lexicais são, primeiramente, determinadas por factores diacrónicos, depois por constrangimentos formais¹⁷³ ligados à configuração da frase proverbial e, finalmente, por factores estilísticos ligados ao seu trânsito literário.

¹⁷³ Para Chacoto (1994: 176) "(...) a variação léxico-sintáctica não é aleatória, mas condicionada pelas estruturas silábica, rítmica e rimática, respeitando as normas impostas pela gramática da língua e não alterando o significado global dos provérbios."

8. CONCLUSÕES GERAIS

Tentámos definir, no primeiro capítulo, o que se entende por provérbio, pois o nosso principal propósito era analisar a função do verbo num contexto específico – o contexto proverbial. Apesar da bipolaridade existente neste campo, já que há estudiosos que consideram possível a definição de provérbio (Norrick, 1985; Kleiber, 1989, 2000; Anscombe, 1994 e 1997, Milner, 1969) e outros que não (Taylor, 1931), chegámos a uma possível definição de *provérbio*. Entendemos, assim, por *provérbio* um enunciado de autoria anónima, transmitido oralmente, ao qual subjaz uma verdade de carácter geral e cuja autonomia sintáctico-semântica e carácter genérico e atemporal permitem o seu emprego em múltiplas e variadas situações.

Posteriormente, definiu-se a classe verbal, por oposição à nominal, já que se tornava imperioso determinar as características essenciais que definiam o nosso objecto de estudo – *o verbo no provérbio*. Anotámos o carácter dinâmico desta categoria gramatical, que se traduz em particular nas significações que nele se acumulam de modo, tempo, aspecto, pessoa-número e voz, funcionando, geralmente, como centro dinamizador da frase e seu elemento construtor, como postulam, entre outros, Brito (1998); Vilela (1992) e Fonseca (1993). O emprego do elemento restritor “geralmente” prende-se, como é evidente, com o tema do nosso trabalho, pois o verbo no provérbio despe-se das suas mais típicas características, nomeadamente a de localizador temporal.

Deste modo, passámos à análise da função do verbo no texto proverbial, guiados pelas subcategorias verbais: tempo, aspecto, modo, pessoa e número e apoiados num *corpus* constituído pelos provérbios ocorrentes na narrativa de José Saramago e outros escritores, não deixando também de recorrer a outros exemplos presentes em notáveis colectâneas de provérbios.

Inferimos, então, que o verbo demite-se da sua função de instanciador temporal, pelo que é facilmente eliminável. Como consequência lógica, é natural que o provérbio privilegie grandemente as estruturas nominais bimembres do tipo “casamento, apartamento”, “meu dito, meu feito”. Notámos que o verbo abdica da sua função de localizador temporal, pois o provérbio nunca se circunscreve a uma data ou tempo específico, sendo, no entanto, perfeitamente adaptável a qualquer época ou local, enquanto for viva a situação que denomina. Como “denominador de situações”, o

provérbio sobrevive desde que funcione como espelho de uma situação real. Desaparecida essa realidade descrita no provérbio, desaparece o provérbio. Esta é a explicação aduzida por alguns autores para justificar o crescente desaparecimento de alguns provérbios “agrícolas” (Anscombe, 1997: 52), mais próximos do que se costuma designar como adágios.

Por outro lado, quando o verbo está presente no provérbio, o tempo gramatical que domina as “vozes da sabedoria” evocadas é, sem dúvida, o presente do indicativo, como atestámos através do *corpus* extraído dos romances saramaguianos.

Concluimos que este é o tempo privilegiado, precisamente, porque é o mais apto a perder a sua referência temporal e porque o aspecto durativo e frequentativo que o reveste permite transmitir os factos considerados verdadeiros em qualquer época ou que costumam repetir-se e verificar-se sempre da mesma maneira. É, com efeito, o tempo de eleição no processo de “construção” proverbial, dado que viabiliza na perfeição a actualização, manutenção e conservação das leis, normas e condutas que regem o mundo.

Este presente, designado por presente atemporal ou gnómico, nunca circunscreve uma localização no eixo do tempo, situando sempre o estado de coisas descrito num intervalo de tempo aberto, cujas balizas não são definidas, permitindo a sua dilatação *ad infinitum*.

Quando ocorrem outros tempos gramaticais, os mesmos também não delimitam um evento ou situação num determinado momento da linha do tempo, antes ostentam as suas virtualidades modais e aspectuais.

Assim, o futuro simples tem um valor fortemente modal, já que apenas marca a possibilidade de ocorrência de uma situação, desde que se verifiquem as condições expressas.

É um tempo com uma frequência muito mais reduzida do que o presente, visto que não possui a força actualizadora de verdade e certeza que o presente imprime aos enunciados proverbiais. Ao marcar a possibilidade de ocorrência de uma situação associa-se a um estado de coisas pressuposto e imprevisível que não serve na perfeição a função didáctica, normativa e moralizadora do provérbio.

Embora tenhamos verificado que o futuro simples não opera somente no domínio da possibilidade, mas também no domínio do necessário, funcionando, neste caso, como substituto do modo imperativo (esta função “imperativa ou compulsiva” é dada pela 2ª pessoa do singular ou do plural), verificámos que a injunção veiculada pelo futuro tem

uma força deôntica menos peremptória e eficaz (*Não farás horto em sombra, nem casa ao pé de ribeira*), do que a injunção veiculada pelo presente (*Faz o bem não olhes a quem*).

O futuro perifrástico, tal como o simples, também não deixa de ostentar nos provérbios mais um valor modal do que temporal. É o caso do futuro dito profético, presente na frase proverbial: “Quem ceia e se vai deitar, má noite **há-de passar**”. Este e outros provérbios que comportam o verbo modal ‘*haver de*’ exprimem um valor epistémico de alta probabilidade. Correlacionam-se situações-tipo, estabelecendo-se entre elas um nexos de causa-efeito.

Passando aos pretéritos, concluímos que a noção de anterioridade inerente aos mesmos é incompatível com a noção de atemporalidade que caracteriza os provérbios, pelo que podemos concluir que os mesmos não ostentam nos provérbios as suas virtualidades temporais, mas e somente as suas virtualidades modais e aspectuais.

Quanto ao pretérito perfeito, o aspecto pontual que o caracteriza é anulado nos provérbios ou pelos advérbios *sempre* e *nunca* ou então pelos lexemas genéricos envolventes que não permitem que o facto ou situação se prenda a um ponto específico na linha do tempo.

Em relação ao pretérito imperfeito, o seu emprego no texto proverbial é também nitidamente modal. Justifica-se, em parte, pela sua possibilidade de operar um contraste e pela capacidade de levantar hipóteses ou probabilidades, ocorrendo, geralmente, em frases compostas: a principal que enuncia uma verdade ([...] *muita gente andava de muletas*) e a subordinada de onde emerge uma hipótese ou probabilidade (*Se a inveja fosse coxa [...]*). Não é alheio à função de operar um contraste, o facto de o pretérito imperfeito ser utilizado em construções condicionais contrafactuais substituindo o condicional ou futuro do passado: “*Se a inveja fosse coxa muita gente **andava** de muletas*”. Note-se que o imperfeito e o condicional funcionam como almas gémeas quando os enunciados permitem uma leitura de contrafactualidade, pelo que o condicional também ocorre em enunciados proverbiais onde é possível essa leitura.

Quanto às formas nominais, o gerúndio ocorre com alguma frequência, mas é mais notável o emprego do infinitivo. Relativamente ao gerúndio, verificamos que a arte mnemotécnica que preside à criação dos provérbios optou pelo uso do mesmo em vez das extensas orações com verbos finitos, sendo o mesmo parafraseável por um *quando* ou *sempre que* acompanhado do presente do indicativo. O presente do indicativo é, de facto, em termos de polivalência e anulação temporal, o tempo gramatical mais apto a

transmitir a unicidade “doutoral”, moral e ética que o provérbio conserva e transmite ao longo de gerações.

No que respeita ao infinitivo, o mesmo ocorre, por vezes, nos textos proverbiais como substantivo verbal, à semelhança do particípio passado, exprimindo uma acção em geral e sem fazer referência a nenhum sujeito. A entidade envolvida na denotação destes SN's é uma situação-tipo, uma situação ou estado de coisas que contém elementos indeterminados. É por representar pura e simplesmente a ideia do verbo, não ter desinência própria e não conter valores temporais que se justifica o emprego relativamente abundante do infinitivo nas frases proverbiais cuja característica precípua é a atemporalidade. O infinitivo, porém, em alguns contextos assume um valor modal, funcionando à semelhança de um imperativo, pois ambas traduzem de igual modo um conselho ou injunção.

Passámos, de seguida, ao estudo do aspecto verbal e chegámos à conclusão de que nos textos proverbiais o aspecto assume uma posição de relevo, ao contrário da categoria linguística “tempo”.

Nas frases parémicas emerge um valor aspectual gnómico, quer pela ausência de uma localização temporal (deíctica ou anafórica), correspondendo à descrição linguística de um estado de coisas sem fronteiras delimitadas, quer pela presença de sintagmas nominais genéricos que não permitem uma ancoragem espácio-temporal.

Verificámos que a primitiva natureza aspectual do predicado altera-se em contexto proverbial, quer pela ausência de localização temporal, quer pelos adjuntos adverbiais e pelos auxiliares aspectuais, quer ainda pelo valor referencial genérico do SN sujeito, que interage decisivamente com o valor aspectual intrínseco do predicado. Recapitulando, no provérbio o verbo só é denotador de uma situação gnómica graças à presença dos complementos adjuntos, pelo que o enunciado proverbial possa ser gnomicamente interpretável sem a presença do verbo: *Casamento, apartamento*.

Torna-se, assim, evidente que perante o carácter atemporal da predicação, as situações representadas nunca sejam eventos, estados de coisas circunscritos a um intervalo de tempo com fronteiras delimitadas, mas estados não contingentes, que configuram as regularidades do mundo e representam verdades de carácter universalizante e permanente. Daqui se compreende a flexibilidade de adequação contextual do provérbio. O mesmo pode ser citado e correlacionado com uma série enorme de situações episódicas já que alia ao valor temporo-aspectual gnómico uma

referência nominal não específica, cabendo naturalmente ao interlocutor operar as especificações referenciais que garantam uma efectiva relevância contextual.

O nosso estudo debruçou-se, seguidamente, sobre o modo e as modalidades verbais. Ainda que de modo muito sucinto, verificámos que o emprego do indicativo presente é o mais abundante, pois permite ao locutor veicular uma conduta, uma regra de comportamento, sem os impor directamente numa espécie de “jogo do dizer sem dizer”.

O modo indicativo figura, em geral, nos provérbios descritivos e o modo imperativo nos provérbios normativos. Os primeiros, com um valor ilocutório assertivo, descrevem através do indicativo estados de coisas que veiculam uma cosmovisão do mundo, ao mesmo tempo que o enunciador manifesta a crença de que uma dada proposição é verdadeira, enquanto os provérbios normativos, com um valor ilocutório directivo, ocorrem em frases de tipo imperativo e expressam normas de conduta e regras de comportamento prototípicas, funcionando como um código não escrito de uma ética popular.

Deduzimos também que, embora não haja uma correspondência biunívoca entre actos ilocutórios e tipos de frases, não há dúvida de que a frase declarativa, a mais abundante nos enunciados parémicos, parece constituir o suporte linguístico por excelência do acto ilocutório assertivo.

O modo conjuntivo por estar, geralmente, associado à expressão da incerteza ou por pressupor apenas um potencial de verdade, tem um uso mais restrito, comutando em algumas frases proverbiais com o indicativo, sem implicar uma completa mudança de significação.

No que respeita às subcategorias verbais “pessoa” e “número”, verificámos que nos provérbios constrói-se um universo virtual em que está sempre presente um “eu” (locutor) que se dirige a um “tu” (locutário) com a particularidade de que os mesmos se revestem sempre de uma modalidade de referência genérica. Daí que perdem neste contexto o seu estatuto de formas deícticas fazendo referência a todos os eventuais protagonistas de um processo de interacção verbal e funcionando sempre como formas impessoais de denotação não específica.

Num último capítulo, achamos interessante estudar um pouco o comportamento temporal, modal e aspectual do verbo nas muitas variantes e desconstruções proverbiais. Daqui concluímos que o verbo nas variantes proverbiais ou se mantém igual ou assume outro tempo e modo gramaticais que não implicam uma subversão no seu sentido

habitual. Já nas desconstruções quando ocorre alguma transformação verbal a mesma é, na maioria das vezes, responsável por uma leitura subversiva do provérbio. Verificou-se que a utilização e recriação da linguagem parémica em Saramago, além de demonstrar a perfeita adesão do narrador-autor a estas formas populares¹⁷⁴, surge em nítida ligação contextual e ao serviço de uma clara função ideológica: elevação e sacralização do humano e dessacralização do divino. O testemunho de Cerdeira da Silva (1989: 60) confirma precisamente a existência de uma nítida função ideológica nos romances de Saramago:

“O homem é, pois, apresentado, naquilo que constitui a camada mais profunda do romance, como o verdadeiro criador do mundo e das verdades que o sustentam. Essa visão não é metafísica, mas ideológica, e coloca o homem – trabalhador como sendo o centro do mundo: «faltando os homens o mundo pára.»

No que respeita à variação lexical em contexto proverbial, também se verificou que muitos vocábulos que funcionam como sinónimos nos provérbios têm uma significação muito distinta nas construções ditas livres em virtude da sua fixidez e idiomática. Notou-se, ainda, que a rima e a métrica originaram interessantes criações verbais, que só têm existência e significação própria no contexto proverbial, daí que muitas delas tenham caído em desuso.

Ao longo deste trabalho, tentámos sistematizar as principais funções do verbo no texto proverbial – o verbo como instanciador lexical, modal, temporal e aspectual e julgamos ter retirado importantes ilações. Embora haja tópicos que ficaram por explorar ou que foram apenas a florados, esperamos ter contribuído, com esta dissertação, para um melhor entendimento da função do verbo nas frases parémicas.

¹⁷⁴ É de notar que o narrador-autor ao aderir e o reproduzir a linguagem parémica reproduz simultaneamente a sua visão do mundo.

BIBLIOGRAFIA ACTIVA:

- COUTO, Mia, *Cronicando*, Caminho, Lisboa, 1991.
- COUTO, Mia, *Estórias Abensonhadas*, Caminho, Lisboa, 1994.
- COUTO, Mia, *Mar me quer*, Caminho, Lisboa, 2000.
- PIRES, José Cardoso Pires, *O Delfim*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1999.
- MONTEIRO, Luís de Sttau, *Felizmente há Luar*, Areal Editores, Porto, 2002.
- SARAMAGO, José, *A Caverna*, Caminho, Lisboa, s.d.
- SARAMAGO, José, *Ensaio sobre a Cegueira*, Caminho, Lisboa, s.d.
- SARAMAGO, José, *Evangelho segundo Jesus Cristo*, Caminho, s.d.
- SARAMAGO, José, *História do Cerco de Lisboa*, Caminho, Lisboa, s.d.
- SARAMAGO, José, *Jangada de Pedra*, Caminho, Lisboa, s.d.
- SARAMAGO, José, *Levantado do Chão*, Caminho, Lisboa, s.d.
- SARAMAGO, José, *Memorial do Convento*, Caminho, Lisboa, s.d.
- SARAMAGO, José, *Todos os Nomes*, Caminho, Lisboa, s.d.

BIBLIOGRAFIA PASSIVA:

ABREU, António Suárez, "Metáfora – Uma visão funcionalista" in *R. Letras*, PUC-Campinas, Campinas, 2000.

ADAM, Jean-Michel, *Pour une pragmatique linguistique et textuelle, L'Interprétation des textes*, in Molino, Jean et al., Hachette, Paris, 1989.

AFONSO, Maria Elisete Conde Pereira, *O Papel dos adágios na vida e na língua de uma comunidade linguística: contributo para uma análise sociolinguística*, Dissertação de Mestrado, Vila Real, 2000.

ALI, M. Said, *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, Edições Melhoramentos, S. Paulo, 1966.

ALMEIDA, Francisco Sá de, *A semântica das frases genéricas*, Dissertação de Mestrado, Porto, 1996.

ALMEIDA, João de, *Introdução ao estudo das perífrases verbais de infinitivo*, S. Paulo, 1980.

ALMEIDA, Maria Elisete, "L' imparfait français et l'imperfeito português, prétendus «temps du passé»" in *Actes du XXII Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, vol. VI, Niemeyer, Bruxelles, 1998.

ALMEIDA, Maria Elisete, « Temporalité et spatialité en portugais et en français » in *Etudes Linguistiques Romano-slaves offertes a Stanislaw Karolak*, Wydawnicza « Edukacja », Cracovie, 2003.

ALMEIDA, Maria Elisete, « Tempos verbais numa perspectiva contrastiva : o pretérito perfeito » in *Aprolúguas – Línguas: Futuro Mais-que-perfeito? Actas do VI encontro da associação portuguesa de línguas estrangeiras no ensino superior*, Fundação Calouste Gulbenkian, Aveiro, 2002.

ALMEIDA, Maria Elisete, *La Deixis en Portugais et en Français*, Éditions Peeters, Leuven, 2000.

ANSCOMBRE, Jean-Claude, "Reflexiones críticas sobre la naturaleza y el funcionamiento de las paremias" in *Paremia*, 6, Madrid, 1997, pp. 43-54.

ANSCOMBRE, Jean-Claude, « Proverbes et formes proverbiales: valeur évidentielle et argumentative », in *Langue Française*, n° 102, Paris, 1994.

AZEVEDO, Domingos de, *Grammatica Nacional*, Livraria Editora, Lisboa, 1899.

BACHE, C., "Aspect and Aktionsart: towards a semantic distinction", in *Journal of Linguistics* 18, 57-72, 1982.

BARBOZA, Jerónimo Soares, *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*, Tipografia da Academia, Lisboa, 1862.

BARROSO, Henrique, *O Aspecto Verbal Perifrástico em Português Contemporâneo – visão funcional /sincrónica*, Porto Editora, Porto, 1994.

BARWISE, J., “Conditionals and Condicional Information” in Traugott e al.(orgs), 1986, pp. 21-54

BASTOS, José Joaquim Rodrigues de, *Colecção de pensamentos, máximas e provérbios*, Em casa de Cruz Coutinho – Editor, Porto, 1865.

BATALHA, Ladislau, *História Geral dos Adágios Portugueses*, Livrarias Aillaud e Bertrand, Paris-Lisboa, 1924.

BECHARA, Evanildo, *Moderna gramática portuguesa*, Nacional, São Paulo, 1977.

BENVENISTE, Émile, « La phrase nominale », in *Problèmes de linguistique générale 1*, Gallimard, Paris, 1966, pp.151-167.

BENVENISTE, Émile, *O homem na linguagem*, Veja Universidade, Lisboa, 1992.

BENVENISTE, Émile, *Problèmes de Linguistique Générale*, II, Gallimard, Paris, 1974.

BERRENDONNER, A., *Elements de pragmatique linguistique*, Minuit, Paris, 1981.

BÓLEO, Manuel de Paiva, “Os Valores temporais e modais do futuro imperfeito e do futuro perifrástico em Português” in *Biblos*, vol. XLI, Coimbra, 1965.

BÓLEO, Manuel de Paiva, « A Metáfora na Língua Portuguesa Corrente » in *Biblos*, vol. XI, Coimbra, 1935.

BOSQUE, Ignacio, *Indicativo y Subjuntivo*, Taurus Universitária, Madrid, 1990.

BRAGA, Teófilo, *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1986, vol. II.

BRAZÃO, José Ruivinho, *Os provérbios nos cancioneiros medievais galego-portugueses: estudo paremiológico e recolha de textos*, Lisboa, 1993, (Dissertação de Mestrado).

BRITO, Ana Maria, “O Papel do V na estruturação da frase/enunciado” in *Linguística e Didáctica das Línguas*, UTAD, Vila Real, 1998.

CAMARA Jr., J. Mattoso, *Dicionário de Linguística e Gramática*, Vozes, Petrópolis, 1997.

CAMARA Jr., J. Mattoso, *Estrutura da Língua Portuguesa*, Vozes, Petrópolis, 1979.

CAMARA Jr., J. Mattoso, *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, Padrão Livraria Editora, Rio de Janeiro, 1979.

CAMARA Jr., J. Mattoso, *Princípios de Linguística Geral*, Padrão – Livraria Editora, Rio de Janeiro, 1989.

CAMPOS, M^a Henriqueta Costa, “O Verbo e a Estruturação da frase/enunciado” in *Linguística e Didáctica das Línguas*, UTAD, Vila Real, 1998.

CAMPOS, M^a Henriqueta Costa, “Para uma reinterpretação de alguns fenómenos aspectuais” in *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, vol. II, Lisboa, 1994, pp.77-93.

CAMPOS, M^a Henriqueta Costa, “Sobre a Modalidade” in *Sentido que a Vida Faz – Estudos para Óscar Lopes*, Campo das Letras, Porto, 1997.

CAMPOS, M^a Henriqueta Costa, *Tempo, Aspecto e Modalidade – Estudos de Linguística Portuguesa*, Porto Editora, 1997.

CARRUSCA, Maria de Sousa (Coor.), *Vozes da Sabedoria*, Tip. da União Gráfica, Lisboa, 1974.

CARVALHO, José G. Herculano, SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen, *Estudos de Linguística Portuguesa*, Coimbra Editora, Coimbra, 1984.

CARVALHO, José Herculano de, *Estudos Linguísticos*, Coimbra Editora, Coimbra, 1984, vol.3.

CARVALHO, José Herculano de, *Teoria da Linguagem*, Coimbra Editora, Coimbra, 1984, vol.II.

CASTILHO, Ataliba T. de, “Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa” in *Alfa*, 12, FFCL de Marília, Departamento de Letras, 1967, pp. 11-117.

CHACOTO, Lucília Maria Vieira Gonçalves, *Estudo e formalização das propriedades léxico-sintáticas das expressões fixas proverbiais*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, 1994.

CHAVES, Luís, “No campo da paremiografia portuguesa: O Homem e os animais” in *Ocidente*, vol. XLII, Editora Império, Lisboa, 1952.

CHAVES, Luís, “Nos domínios da Etnografia e do Folclore” in *Ocidente*, vol. XLVI, Editora Império, Lisboa, 1954.

CHAVES, Pedro, *Rifoneiro português*, Domingos Barreira, Porto, 1945.

COAN, Márluce, “Tempos verbais em variação: o caso dos pretéritos perfeito e mais-que-perfeito” in *Actas do XIV Encontro Nacional da A.P.L.*, Braga, 1999.

COELHO, Adolfo, *Cultura Popular e Educação*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1993.

COMRIE, Bernard, *Aspect*, Cambridge University Press, New York, 1976.

CONCA, M., *Paremiologia*, Universitat de València, València, 1987.

CONSTANCIO D. M., Francisco Solano, *Grammatica Analytica da Língua Portuguesa*, Officina Typographica de Alph. Lemale, Pariz, 1855.

CORREIA, João da Silva, “Problemas Filológicos – Criação originária de vocábulos” in *Biblos*, vol.I, Coimbra Editora, Coimbra, 1925.

COSTA, José Ricardo Marques da, *O Livro dos Provérbios Portugueses*, Editorial Presença, Lisboa, 1999.

COSTA, M^a João Marques Alves da, *Os Valores dos Verbos “Aver” e “Teer” no Português arcaico, Estudo diacrónico de carácter sintáctico-semântico*, Dissertação de Mestrado, Coimbra, 1998.

COUTINHO, M^a Antónia, “Variação linguística e sinonímia” in *Variação Linguística no espaço, no tempo e na sociedade*, A.P.L., Edições Colibri, Lisboa, 1994.

CUESTA, Pilar Vásquez, LUZ, M^a Albertina Mendes de, *Gramática da Língua Portuguesa*, Edições 70, Lisboa, 1971.

CUNHA, Celso Ferreira da, *Gramática da Língua Portuguesa*, FENAME, Rio de Janeiro, 1975.

CUNHA, Xavier da, *Filosofia Popular em Provérbios*, David Corazzi Editor, Lisboa, 1883.

DELGADO, Manuel Joaquim, *A Etnografia e o Folclore no Baixo Alentejo*, Edição da Assembleia Distrital de Beja, Beja, 1985.

DIAS, Augusto Epiphonio da Silva, *Grammatica Practica da Língua Portuguesa*, Typographia do Jornal do Porto, Porto, 1870.

DIAS, Augusto Epiphonio da Silva, *Syntaxe historica portuguesa*, Clássica, Lisboa, 1970.

DUARTE, Inês, *Língua Portuguesa – Instrumentos de Análise*, Universidade Aberta, Lisboa, 2000.

DUCROT, Oswald, e al., *Les mots du Discours*, Éditions de Minuit, Paris, 1980.

ESTERMANN, Pdre. Carlos, *Etnografia do Sudoeste de Angola*, Imprensa Portuguesa, Porto, 1956.

FARIA, Isabel Hub, “Expressões idiomáticas, metáforas, emoções, sentidos figurados e sujeitos experienciadores” in *Lindley Cintra, Homenagem ao Homem, ao Mestre, ao Cidadão*, Edições Cosmos, Lisboa, 1999.

FERNANDES, Ana L. Estevinho, *Da Teoria da Argumentação na Língua: Topoi e Provérbios*, Porto, F.L.U.P., 1998 (Dissertação de Mestrado).

FERNANDES, Joana Alexandra, “Polissemia e Metáfora no Paradigma Verbal do Português – O Verbo Colher” in *Linguas e Literaturas*, F.L.U.P., Porto, 2000, pp. 203-230.

FERREIRA, Idalina de Almeida, *O Tempo nas Construções Condicionais*, Dissertação de Mestrado, Porto, 1996.

FILHO, João Lopes, “Animais e Plantas em Provérbios Cabo-Verdianos”, in *Isleña*, nº 22, Jan.- Jun. 1998.

FILHO, Leodegário A. de Azevedo, “O Estudo do Provérbio” in *Revista de Portugal – Língua Portuguesa*, vol. XXXII, 1967.

FONSECA, Fernanda Irene, “O Perfeito e o Pretérito e a Teoria dos Níveis de Enunciação” in *Biblos*, vol. LVII, Coimbra, 1982.

FONSECA, Fernanda Irene, *Deixis, Tempo e Narração*, Fundação Eng.º António de Almeida, Porto, 1992.

FREIRE, António, *Lições de Filologia e Língua Portuguesa*, Publicações da Faculdade de Filosofia, Braga, 1983.

FUNK, Maria Gabriela Cabral Bernardo, *A função do provérbio em português e em alemão*, dissertação de doutoramento, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1993.

GUÉRON, Jacqueline, “Sur la syntaxe de l’aspect” in *Temps et Aspect*, Sciences du Langage, 2002, pp. 99-121.

GUERREIRO, Manuel Viegas (Coord.), *Literatura Popular Portuguesa – Teoria da Literatura Oral / Tradicional / Popular*, ACARTE – Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1992.

IMBS, Paul, *L’emploi des temps verbaux en français moderne. Essai de grammaire descriptive*, Klincksieck, Paris, 1960.

KLEIBER, G., “Sur la définition du proverbe” in *Coll. Recherches Germaniques*, nº 2, 1988, pp. 232-252.

KLEIBER, Georges, “Sur le sens des proverbes” in *Langages*, 139, Larousse, Paris, 2000, pp. 39-58.

LACAZ-RUIZ, Rogério, «O Referencial Comum dos Provérbios e a Personalidade Humana» in <http://www.usp.br/fzea/zab/oreferen.htm>

LE GUERN, Michel, *A Semântica da Metáfora e da Metonímia*, Telos Editora, Porto, 1973.

LIMA, Augusto César Pires de, “Curiosidades Linguísticas” in *Língua Portuguesa*, vol. XV, Universitas, Lisboa, 1950.

LOPES, Ana Cristina Macário, “Da ambivalência do texto proverbial” in *Discursos 10*, Univ. Aberta, 1995, pp. 77-94.

LOPES, Ana Cristina Macário, “Para uma análise semântica e pragmática do pretérito-mais-que-perfeito do indicativo em português contemporâneo” in *Sentido que a Vida Faz – Estudos para Óscar Lopes*, Campo das Letras, Porto, 1997.

LOPES, Ana Cristina Macário, “Provérbios: o «eterno retorno»” in *Literatura Popular Portuguesa*, ACARTE / Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1992.

LOPES, Ana Cristina Macário, “Sobre a referência nominal genérica” in *Discursos 4*, Univ. aberta, 1993, pp.115-133.

LOPES, Ana Cristina Macário, “Tempo, Aspecto e Coesão Discursiva” in *Actas do XI Encontro da APL*, Lisboa, 1995, pp.351-371.

LOPES, Ana Cristina Macário, “Tipos de genericidade: algumas questões” in *Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Coimbra, 1993, pp. 285-296.

LOPES, Ana Cristina Macário, *Texto Proverbial Português – Elementos para uma análise semântica e pragmática*, Dissertação de Doutoramento, Coimbra, 1992.

LOPES, Óscar, *Gramática Simbólica do Português. Um esboço*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1971.

LYONS, J., *Semântica 1*, Editorial Presença, Lisboa, 1980.

LYONS, J., *Semantics*, Volume 2, Cambridge University Press, 1977.

MACHADO, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990.

MACHADO, José Pedro, *O Grande Livro dos Provérbios*, Editorial Notícias, Lisboa, 1998.

MAILLARD, Michel, “La conception métagrammienne du temps verbal” in *Le Langage et L’Homme*, vol. XXXIII, n° 2-3, Peeters, 1998.

MARQUES, Rui, *Sobre o valor dos Modos Conjuntivo e Indicativo em Português*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, 1995.

MATEUS, M. H. Mira et alii, *Gramática da Língua Portuguesa*, Caminho, Lisboa, 1989.

MATOS, Sérgio, "Aspectos da semântica e pragmática do imperfeito do indicativo" in *Línguas e Literaturas*, Faculdade de Letras do Porto, Porto, vol. XIII, 1996, pp. 435-473.

MATOS, Sérgio, "Usos não-temporais de operadores de Tempo e Aspecto" in *Sentido que a Vida Faz – Estudos para Óscar Lopes*, Campo das Letras, 1997.

MATTOSO, José, *O Essencial sobre os Provérbios Medievais Portugueses*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1987.

MELLO, Fernando Ribeiro de, *Nova Recolha de Provérbios Portugueses e outros lugares-comuns*, Edições Afrodite, Lisboa, 1986.

MELO, Gladstone Chaves de, *Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa*, Ed. Poseidon, Albufeira, 1979.

MELO, Leonor Jesus Marcos de, *Os Textos Tradicionais na aula de Português: Os Provérbios*, Almedina, Porto, 2002.

MENDES, Helena Margarida Ramos Vaz Duarte Tavares, *Estudo da Recorrência Proverbial de Levantado do Chão a Todos os Nomes de José Saramago*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000.

MUÑOZ, Julia Sevilla, "Las paremias españolas: clasificación, definición y correspondencia francesa" in *Paremia*, 2, Madrid, 1993, pp.15-20.

NAKAU, Minoru, "Tense, Aspect and Modality" in *Syntax and Semantics*, Japanese Generative Grammar, Masayoshi Shibatani, vol. 5, 1976.

NORRICK, N., *How proverbs mean. Semantic studies in English proverbs*, Mouton Publishers, Berlin, 1985.

NUNES, José Joaquim, *Gramática Histórica Portuguesa*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1919.

OLIVEIRA, Bento José de, *Nova Grammatica Portugueza*, Livraria de J. Augusto Orcel, Coimbra, 1880.

OLIVEIRA, Fátima et alii, "O lugar da semântica nas gramáticas escolares: O caso do tempo e do aspecto" in *A Linguística na Formação do Professor de Português*, CLUP, Porto, pp. 65-81.

OLIVEIRA, Fátima, "Algumas considerações acerca do Pretérito Imperfeito" in *Actas do 2º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, 1986, pp. 78-95.

OLIVEIRA, Fátima, "Algumas peculiaridades do aspecto em português" in *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, vol. II, Lisboa, 1994, pp.151-190.

OLIVEIRA, Fátima, "Algumas questões semânticas acerca da sequência de tempos do português" in *Línguas e Literaturas*, Revista da Faculdade de Letras do Porto, Porto, vol. XV, 1998, pp. 421-436.

OLIVEIRA, Fátima, "Frasas Genéricas" in *Sentido que a Vida Faz – Estudos para Óscar Lopes*, Campo das Letras, Porto, 1997.

OLIVEIRA, Fátima, "Funções discursivas de alguns tempos do passado em português" in *Encontro de Homenagem a Óscar Lopes*, F.L.U.P., Porto, 1991, pp.165-185.

OLIVEIRA, Fátima, "Modais e Condicionais" in *V Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, 1989, pp.145-161.

OLIVEIRA, Fátima, "O Futuro em Português: alguns aspectos temporais e/ou modais" in *1º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, 1985, pp.353-373.

OLIVEIRA, Fátima, *Para uma Semântica e Pragmática de Dever e Poder*, Dissertação de doutoramento, Universidade do Porto, Porto, 1988.

PAIVA, Maria Bernardete Gomes, *Contribuição para o estudo da categoria verbal Aspecto em Português*, Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, Lisboa, 1959.

PARAFITA, Alexandre, *A Comunicação e a Literatura Popular*, Coleção Plátano Universitária, Lisboa, 1999.

PAVÃO, José de Almeida, *Popular e Popularizante*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1980.

PERES, João A., "Sobre a Semântica das construções perfectivas do Português" in *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, vol. II, Lisboa, 1994, pp.33-58.

PERINI, Mário A., *Sintaxe Portuguesa – Metodologia e Funções*, Editora Ática, S. Paulo, 1989.

PINTO, Álvaro (Dir.), "Provérbios e Sentenças Práticas" in *Revista de Portugal – Língua Portuguesa* (Série A), Vol. XVII, Editora Império, Lisboa, 1952.

PINTO, Isabel M^a do Poço Lopes, *Estudo Sintáctico e Axiológico das Formas "Cantava" e "Cantaria" em Português*, Dissertação de Mestrado, Coimbra, 1995.

REBELO, Luís Manuel Tecedeiro, *Fraseologias em Português e Chinês – Uma Abordagem Contrastiva*, Coleção Estudos de Macau, Macau, 2000.

ROCHA, Regina, *A Enunciação dos Provérbios*, Annablume Editora, S. Paulo, 1995.

SANTOS, Diana, “Integrating tense, aspect and genericity” in *Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Coimbra, 1993, pp. 391-405.

SANTOS, M^a Joana de Almeida Vieira dos, *Os usos do Conjuntivo em Língua Portuguesa (uma proposta de análise sintáctica e semântico-pragmática)*, Dissertação de Mestrado, Coimbra, 1999.

SANTOS, M^a Teresa Damásio Bento dos, *O Universo Oral na obra de Mia Couto*, Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1996.

SANTOS, Pedro, “Duas espécies de genéricas” in *Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Coimbra, 1993, pp. 407-420.

SANTOS, Pedro, “Observações acerca de Condicionais” in *Sentido que a Vida Faz – Estudos para Óscar Lopes*, Campo das Letras, Porto, 1997.

SARAIVA, António José e LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, Porto Editora, Porto, 1989.

SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen, “Descrição semântica e funções semanfóricas do provérbio” in *Estudos de Linguística Portuguesa*, Coimbra Editora, Coimbra, 1984.

SEARLE, John, *Sens et Expression (Études de théorie des actes de langage)*, Minuit, Paris, 1982.

SERBAT, G., “Le prétendu «présent» de l’indicatif: une forme non-déictique du verbe » in *L’information Grammaticale* 38, 1988, pp.32-36.

SERENO, M^a Helena Sampaio, “O Sol, quando nasce, é para todos – provérbio e ocorrências” in *Língua Portuguesa: Estruturas, usos e contrastes*, CLUP, Porto, 2003, pp. 303-316.

SILVA, António de Moraes, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10^a edição, Editorial Confluência, Lisboa, 1949.

SILVA, Augusto, “Metáfora, metonímia e léxico” in *Diacrítica* 7, pp. 313-330, 1992.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e, “Variação e Mudança no português arcaico: ter ou haver em estruturas de posse” in *Miscelânea de Estudos Linguísticos filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1995, pp. 299-311.

SOUSA, Maria Teresa da Costa Gonçalves Neves de, *Contributo para o Estudo de “Os Estereótipos da Mulher no texto proverbial português”*, Vila Real, 2001 (Dissertação de Mestrado).

SOUSA, Otilia da Costa e, *Construindo Histórias – Quando. Então. Depois. Marcadores aspecto-temporais em narrativas de crianças*, Editorial Estampa, Lisboa, 1996.

TAYLOR, A., *The proverb*, Bern-Frankfurt am Main-New York, Peter La, 1931 / 1985.

TLÁSKAL, Jaromir, “Observações sobre Tempos e Modos em Português” in *Estudos de Linguística Portuguesa*, Coimbra Editora, Coimbra, 1984.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos, “O verbo e a ordenação referencial de situações em diferentes tipos de texto” in *Verbo e Estruturas Frásicas – Revista Fac. de Letras – Línguas e Literaturas*, Porto, 1994, pp. 225-239.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos, *O Aspecto Verbal no Português – A Categoria e sua Expressão*, Universidade Federal de Uberlândia, Rio de Janeiro, 1985.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis, *Lições de Filologia Portuguesa*, Dinalivro, Lisboa, 1912.

VASCONCELOS, José Leite de, *Opúsculos – Filologia*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1928.

VASCONCELOS, José Leite de, *Textos Arcaicos: para uso da aula de filosofia portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, Liv. Clássica Ed., Lisboa, 1959.

VASCONCELOS, José Leite, *Etnografia Portuguesa*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1980.

VASCONCELOS, José Leite, *Lições de Filologia Portuguesa*, Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, Lisboa, 1926.

VELLASCO, Ana Maria de Moraes Sarmiento, “Colectânea de Provérbios e outras expressões populares brasileiras” in <http://www.deproverbio.com/Dpbooks/VELL.../INTRODUÇÃO.htm>

VIEGAS, M^a Filomena Beata, *Aspectos da Semântica dos Localizadores Temporais em Português*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, 1996.

VILELA, Mário, “O Lexema Predicativo como elemento dinâmico da frase e do texto” in *Linguística e Didáctica das Línguas*, UTAD, Vila Real, 1998.

VILELA, Mário, “Prefácio” in *Os Textos Tradicionais na aula de Português: Os Provérbios*, Almedina, Porto, 2002.

VILELA, Mário, “Semântica do «lugar comum»” in *Sentido que a Vida Faz – Estudos para Óscar Lopes*, Campo das Letras, Porto, 1997.

VILELA, Mário, *Estruturas Léxicas do Português*, Almedina, Coimbra, 1979.

VILELA, Mário, *Gramática da Língua Portuguesa*, Almedina, Coimbra, 1995.

WEINRICH, Harald, *Estrutura y Función de los tiempos en el lenguaje*, Editorial Gredos, Madrid, 1974.

WEINRICH, Harald, *Le temps*, Collection Poétique, Seuil, Paris, 1973.

ZULUAGA OSPINA, A., *Introducción al estudio de las expresiones fijas*, Verlag Peter D. Lang, Frankfurt, 1980.

ANEXO I

DESCONSTRUÇÕES PROVERBIAIS EM SARAMAGO¹⁷⁵

- *A ocasião nem sempre faz o ladrão* (E.C.: 25)¹⁷⁶ *A ocasião faz o ladrão* (43)¹⁷⁷
- *A pobre não emprestes, a rico não devas, a frade não prometas* (M.C.: 76). Ao pobre não prometas e a rico não devas. (84)
- *Água mole em brasa viva tanto dá até que apaga* (E.C.: 213) *Água mole em pedre dura tanto dá até que fura* (63) *Ainda agora a procissão vai na praça.* (M.C.: 11) *Ainda agora a procissão vai no adro* (64).
- *As guerras são como as desgraças, nunca vêm só*s (J.P.: 166) (596)
- *Às três foi de vez, é a conta que Deus fez* (M.C.: 353) *Às três é (vai) de vez.* (96)
- *Boas contas deita Pedro, mas outras bem diferentes o patrão faz* (J.P.: 274) *Boas contas deita o preto, mas melhor as faz o seu amo* (111)
- *Cada qual sabe de si, Deus saberá de todos.* (M.C.: 44) / *Cada um sabe de si e Deus sabe de todos.* (125)
- *Com a ajuda dos santos, que sendo para baixo acodem todos* (E.C.: 286) *A descer todos os santos ajudam* (24)
- *Dai a César o que é de Deus e a Deus o que é de César.* (M.C.: 158) *Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus* (163).
- *De louco todos temos um pouco* (M.C.: 199) *De médico e louco todos temos um pouco* (170)
- *De noite todas são pardas* (J.P.: 60) *De noite todos os gatos são pardos* (171)
- *Deitar tarde e cedo erguer, saúde não dá, mas alonga o viver* (J. P.: 66) *Deitar cedo e cedo erguer, dá saúde e faz crescer* (175)
- *Deus dá a nuvem conforme a sede* (E.C.: 225) *Deus dá o frio conforme a roupa* (181)
- *É para todos a chuva quando cai* (M.C.: 308) *O sol quando nasce é para todos*

¹⁷⁵ Estas são algumas das desconstruções operadas por Saramago nas suas narrativas mais popularizantes. É evidente que outras referências poderão ter escapado, mas isso não desmerece o rigor e valor deste trabalho que não exigia para uma análise correcta do seu objecto de estudo um levantamento mais profundo. Veja-se, a este propósito, o trabalho de Mendes (2000).

¹⁷⁶ Todos os exemplos de desconstruções proverbiais aparecem integrados no fluir da narrativa.

¹⁷⁷ Estas páginas correspondem a *O Grande Livro de Provérbios* de José Pedro Machado.

- *Em Abril, falas mil (L.C.: 332) Em Abril águas mil... Em Abril queijos mil (204-205)*
- *Falemos de filhos e de cadilhos (L.C.: 217) Quem tem filhos tem cadilhos (529)*
- *Fazer o bem olhando a quem (M.C.: 225) Fazer bem e não olhar a quem (231)*
- *Fazer o bem olhando a quem (M.C.: 225). Faz o bem não olhes (sem olhar) a quem. (229)*
- *Filhos cadilhos, netos impecilhos (L.C.: 40) Quem tem filhos tem cadilhos (e) quem os não tem cadilhos tem (529)*
- *Mas o que nenhuma dívida tem é não durar o bem sempre (M.C.: 251). O bem não dura e o mal chega (370)*
- *Morrendo o bicho acabava-se a peçonha (E.C.: 89) Morreu a cobra acabou (-se) a peçonha (299)*
- *Não há mal que sempre dure nem chuva que se não acabe (J.P.: 268) Não há mal que sempre dure, nem bem que se não acabe (328)*
- *Não vão os caminhos dar todos a Roma (M.C.: 93) Todos os caminhos vão dar a Roma (582)*
- *Nem sempre galinha, nem sempre sardinha, umas vezes companhia de Jesus, outras vezes companhia de João (M.C.: 304) Nem sempre galinha, nem sempre sardinha. (351)*
- *O homem põe, o cão dispõe (J.P.: 153) O homem põe (propõe) e Deus dispõe. (381)*
- *O mundo dá tantas voltas (J.P.: 311) O mundo dá muitas voltas (387)*
- *O peixe morre pela boca (L.C.: 287) Pela boca morre o peixe (432)*
- *O pior cego foi aquele que não quis ver (E.C.: 283) O pior cego é o que não quer ver (390)*
- *O sol não nasce ao mesmo tempo para todos os cegos (E.C.: 195) O sol nasce para todos (401)*
- *O trabalho do velho é pouco, mas quem o despreza é louco (E.C.: 269) > Trabalho de menino é pouco mas quem o desdenha é louco. (585)*
- *Onde comem dois, comem três (J.P.: 224) Onde come um, comem dois. (407)*
- *Pela casca não se conhece o fruto, se lhe não tivermos metido o dente. (M.C.: 23-24) Pela casca se conhece o pau (432)*

- *Pequenas causas, grandes efeitos* (M.C.: 162) Pequenas causas produzem grandes efeitos (435)
- *Quem de gosto carrega não cansa.* (M.C.: 269) Quem corre por gosto não cansa (482)
- *Quem me viu e quem me vê* (L.C.: 327) Quem te viu e quem te vê (527)
- *Quem rouba por precisão tem cem anos de perdão* (L.C., 334) Ladrão que rouba a ladrão tem cem anos de perdão (266)
- *Quem voa mais alto, a mais queda se condena* (M.C.: 101) Quanto maior é a subida, maior é a queda. (466)
- *Se perdido estiver por cem, por mil se perca* (L.C.: 238) Perdido por cem, perdido por mil (436)
- *Tem cada coisa seu tempo.* (M.C.: 71) Cada coisa tem o seu tempo (121)
- *Todo o pássaro come trigo, só o pardal é que paga* (J.P.: 35) Todo o pássaro come trigo, mas quem paga é o pardal (582)
- *Todos os caminhos iam dar a Roma* (L.C.: 310) Todos os caminhos vão dar a Roma (582)
- *Um homem mesmo sem boca vai a Roma* (L.C.: 207) Quem tem boca vai a Roma (527)
- *Uma palavra nunca vem só* (L.C.: 331) Uma desgraça nunca vem só (596)
- *Vão-se os dedos e fiquem os anéis* (L.C.: 324) Vão-se os anéis e fiquem os dedos (601)